



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Taissa Suzane Correia de Souza

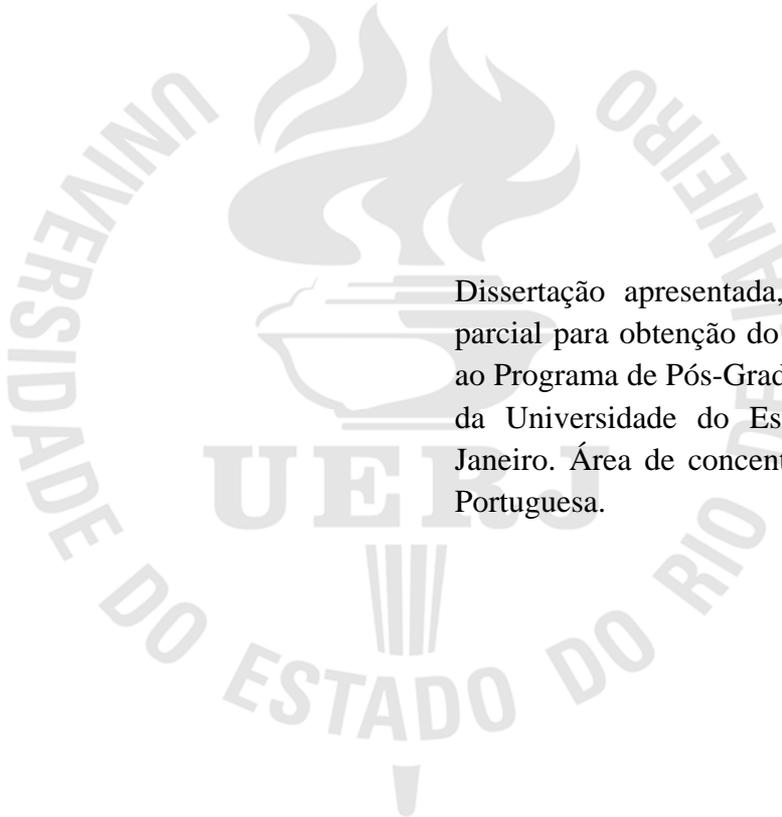
**O período de Garrett na Bélgica (1834-1836) em *Memorias Biographicas*  
(de Gomes de Amorim, 1881-1884) e em *A Lua de Bruxelas* (de Amadeu  
Lopes Sabino, 2000)**

Rio de Janeiro

2012

Taissa Suzane Correia de Souza

**O período de Garrett na Bélgica (1834-1836) em *Memorias Biographicas* (de Gomes de Amorim, 1881-1884) e em *A Lua de Bruxelas* (de Amadeu Lopes Sabino, 2000)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

G239 Souza, Taissa Suzane Correia de.  
O período de Garrett na Bélgica (1834-1836) em Memórias biographicas (de Gomes de Amorim, 1881-1884) e em A lua de Bruxelas (de Amadeu Lopes Sabino, 2000) / Taissa Suzane Correia de Souza. – 2012.  
121 f.

Orientador: Sérgio Nazar David.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Garrett, Almeida, 1799-1854 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Garret, Almeida, 1799-1854 - Biografia - Teses. 3. Amorim, Francisco Gomes de, 1827-1891. Garrett: memórias biographicas - Teses. 4. Sabino, Amadeu Lopes. A lua de Bruxelas - Teses. 5. Ficção autobiográfica – Teses. 6. Portugal – História – Revolução, 1820 – Teses. 7. Portugal – Política e governo – 1826-1853 – Teses. I. David, Sérgio Nazar, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Taissa Suzane Correia de Souza

**O período de Garrett na Bélgica (1834-1836) em *Memorias Biographicas* (de Gomes de Amorim, 1881-1884) e em *A Lua de Bruxelas* (de Amadeu Lopes Sabino, 2000)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 10 de abril de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)

Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Madalena Vaz Pinto

Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia da Silva Cardoso

Faculdade de Letras da UFPR

Rio de Janeiro

2012

## DEDICATÓRIA

Às minhas mulheres, Ana e Sonia, por serem inspiração de vontade e força, sempre me ensinando a ser guerreira.

À minha família, pelo incentivo, apoio e dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador Sérgio Nazar David, pelo grande entusiasmo com que sempre transmite os conhecimentos oitocentistas e pela força. Força!

À Professora Maria Helena Sansão, pelo auxílio e pela contribuição para os meus estudos metaficcionalis.

À Fabiana e à Bianca, pelas horas de telefone e por dividir comigo angústias e aflições.

À amiga Angela, por sempre estar disposta a me ajudar.

A todos os professores pelos ensinamentos.

## RESUMO

SOUZA, Taissa Suzane Correia de. *O período de Garrett na Bélgica (1834-1836) em Memórias Biographicas (de Gomes de Amorim, 1881-1884) e em A Lua de Bruxelas (de Amadeu Lopes Sabino, 2000)*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O propósito desta dissertação é analisar o período no qual Almeida Garrett esteve em Bruxelas (1834-1836) como Encarregado de Negócios Estrangeiros e Cônsul Geral de Portugal. Para isso, serão tomadas como base as obras *Garrett – Memórias Biographicas* (1881-1884) de Francisco Gomes de Amorim e *A Lua de Bruxelas* (2000) de Amadeu Lopes Sabino. Estas obras apresentam as dificuldades financeiras de Garrett, devido ao desprezo do governo português. A biografia é marcada pelo discurso moldado de Amorim, por causa da forte relação de amizade que teve com Garrett, sendo este seu pai literário. Já Sabino apresenta um romance centrado nessa temporada, misturando narrativa histórica, dados biográficos e ficção. Dessa forma, neste trabalho, os discursos serão comparados, explicitando o tom específico de cada um: ambos apresentam as relações do intelectual com o país e com a sociedade, em uma época de grandes mudanças; porém, Amorim guarda um certo verniz e silencia sobre alguns acontecimentos, principalmente relacionados ao casamento de Garrett. Sabino tem, nesse relacionamento com a esposa (Luísa Midosi), o teor do seu romance documentado, se pautando exatamente a partir do que Amorim deixa como enigma.

Palavras-chave: Devorismo. Memórias Biographicas. Almeida Garrett. Bruxelas. Biografia. Ficção.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyse the period in which Garrett was in Brussels (1834-1836) as in Charge of Foreign Affairs and General Consul of Portugal. For this, will be taken based on the books *Garrett – Memórias Biográficas* (1881-1884) of Francisco Gomes de Amorim and *A Lua de Bruxelas* (2000) of Amadeu Lopes Sabino. These works show the financial difficulties of Garrett, due to the contempt of the portuguese government. The biography is marked by the Amorim's moulded discourse, because of the strong friendship that he had with Garrett, his father literary. Sabino presents a novel centered at this space of time, combining historical narrative, biographical facts and fiction. Thus, in this work, the discourses are compared, explaining the specific tone of each other: both have the intellectual's relations with the country and the society, in a time of great changes. However, Amorim polish things and make silence about some events, mainly related to the marriage of Garrett. Sabino support this relationship with Garrett's wife (Luísa Midosi) as a content of this documented novel, basing it exactly from what Amorim leaves a riddle.

Keywords: Devorism. Memórias Biográficas. Almeida Garrett. Brussels. Biograph. Fiction.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia e assinatura de Almeida Garrett na contracapa do tomo I de <i>Garrett – Memórias Biographicas</i> .....	9
Figura 2 – Fotografia de Francisco Gomes de Amorim por Emilio Pimentel .....	9
Figura 3 – Fotografia e assinatura de Francisco Gomes de Amorim, em 1858 .....	49
Figura 4 – Gravura de Bruxelas edificada, inserida na obra <i>A Lua de Bruxelas</i> .....	86
Figura 5 – Retrato de Luísa Cândida Midosi com 18 anos de idade .....	86

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
	<b>PROCESSO POLÍTICO: O DEVORISMO DA REVOLUÇÃO</b>	
1	<b>LIBERAL</b> .....	18
1.1	<b>O Liberalismo em Portugal</b> .....	18
1.2	<b>O Devorismo (1834 – 1836)</b> .....	34
2	<b>GARRETT E O PAPEL DO HOMEM POLÍTICO: O PERÍODO DA BÉLGICA</b> .....	50
2.1	<i>Garrett – Memórias Biographicas</i> , de Francisco Gomes de Amorim .....	50
2.2	<b>O drama político de Garrett em Bruxelas através de suas correspondências</b> .....	74
3	<b>A LUA DE BRUXELAS: UMA NOVA VERSÃO</b> .....	87
3.1	<b>A biografia e a ficção</b> .....	87
3.2	<b>Retratos ficcionais do período de Bruxelas</b> .....	100
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	115
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119



*Almeida Garrett*

Figura 1 – Fotografia e assinatura de Almeida Garrett na contracapa do tomo I de *Garrett – Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.



Figura 2 – Fotografia de Francisco Gomes de Amorim por Emilio Pimentel. Inserida n' *A Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1888, 4º ano, nº 41, p. 5

## INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário *Michaelis* eletrônico, revolução significa “movimento súbito e generalizado, de caráter social e político, por meio do qual uma grande parte do povo procura conquistar, pela força, o governo do país, a fim de dar-lhe outra direção”<sup>1</sup>. As primeiras inspirações desse tipo que apareceram no século XIX se diziam em prol das mudanças e do progresso. Entenda-se aqui que se queria pôr abaixo o absolutismo e todas as instituições que lhe davam suporte.

Novos ideais, reflexos da Revolução Francesa e do Iluminismo, chegavam e a nação via que isso era mais do que esperado. Essas doutrinas apareciam repentinamente, entrando em conflito com os moldes que formaram a monarquia e o cristianismo. As ideias liberais penetravam, inquietando os reis absolutistas, os padres, os católicos, enfim, a tradição. Essa ideologia pregava a liberdade como direito fundamental do ser humano, de pensar o que quer e ser o que deseja.

Resumidamente, um sistema político-econômico baseado na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal. Observou-se, então, a progressiva supressão dos dogmas e a crescente busca pela ciência e pela medicina; esses últimos intimamente ligados ao poder da razão, do pensamento filosófico e da intelectualidade. Já era incompatível a explicação teológica para a realidade mundana, tendo em vista que a preocupação principal desses filósofos estava em separar a religião da política e enfraquecer os argumentos religiosos que sustentavam governos absolutistas e tiranos. Ideias tradicionais sobre Deus, sobre a existência humana e o universo foram questionadas, abandonadas e modificadas.

Toda essa transição repercutia na vida das pessoas da época. Alguns conseguiam enxergar como essas alterações iriam fazer bem para o país e, por isso, facilmente se adaptavam; outros, simplesmente tinham dificuldades em aceitar. Logo, grupos foram se formando ao redor de uma ou de outra causa: o conservadorismo, aliado da Igreja, continuava a seguir o que pregavam reis e rainhas; o liberalismo, aliado dos homens sábios, versados em letras, corria atrás da democracia e do bem-estar social. O país foi dividido em facções, que passaram a combater.

Sem dúvida que a revolução não acontece sem a sociedade, principalmente sem os intelectos. Intelectuais foram responsáveis por levantar e agir; eles já tinham diagnosticado os males daquela sociedade e, portanto, diziam-se capazes, regidos pelo pensamento moderno,

---

<sup>1</sup> REVOLUÇÃO. In: *Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

de traçar um plano eficiente pelo qual a estrutura social e o conjunto de atitudes da coletividade poderiam ser modificados para melhor. Ao contrário dos seus antecessores sacerdotais que nunca se mostraram competentes para tal.

Previa-se usar todas as correntes em favor da liberdade, utilizando a mente, ou seja, através da produção artística, pela transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos mediante o uso da palavra. Alicerces para o desvendamento da nação de que fazem parte, os influentes queriam legitimar o território e modificar a cena pública. O mundo político deveria: legislar para o povo acima de tudo e proteger o direito das minorias.

A literatura era uma aliada no extravasamento de ânimos para a manifestação pública; ela executava um papel social porque buscava representar a realidade da sociedade em constante transfiguração. Os romancistas e jornalistas procuravam retratar de forma crítica os fatos memoráveis do século para fazer o povo despertar; os escritores usavam as temáticas sociais como pano de fundo e as personagens representativas geravam conhecimento sobre as faces que a reforma estava tomando. Ideólogos, eram conscientes do seu papel de mestres de mentes que ainda estavam por abrir, ao passo que trabalharam, por muitos anos, talhados, sem muito espaço para expressar suas doutrinas.

Grande objeto de comunicação do século, as cartas também revelavam aspectos políticos, além de explicitarem como pensavam, viviam, que lado defendiam e como conviviam com aquela realidade nem sempre agradável. Através da correspondência, intelectuais passavam para outros iguais, políticos e admiráveis, assim mesmo de igual para igual, sobre o que lhes afligia.

Almeida Garrett registra tudo isso em algumas de suas obras. Muitas são as personagens que retratam o anticlericalismo, a visão do religioso, da mulher, da amante, do político etc. Em todos os campos artísticos e culturais que pregavam o Estado livre, estava Almeida Garrett. Desde a faculdade de Direito até sua morte, o poeta nunca deixou de lutar pelo seu país. Sua fé era o liberalismo, sua facção a democracia consciente, não arbitrária. Ele tinha uma posição única e independente, muitas vezes não concordando com um lado nem com outro.

Como outros liberais, ele foi exilado duas vezes. Ser expulso da sua pátria naquela altura em que o país fervilhava de ideias, não estava nos seus planos. Inúmeras vezes esquecido, o país não lhe pagava os salários devidos; implorava por cartas que lhe pagassem. Sabe-se que Garrett não era abastado, pelo contrário, algumas vezes teve de vender as próprias roupas para pagar seu sustento. Noutras também, fora demitido sumariamente.

Resolveu fazer dos exílios algo produtivo: aproveitou todo o momento para estudar as leis e os costumes ingleses e franceses.

Desempregado, Garrett ainda era continuamente perseguido por infâmias, de gente que não concordava com ele. Foi alvo de críticas e, às vezes, seu serviço era colocado em dúvida por pessoas que sabiam certamente o que ele tinha feito. Mesmo assim, sempre se preocupou em ser útil à pátria; procurava por todos os meios um jeito de alargar seus conhecimentos para empregá-los no serviço da nação portuguesa.

Em 4 de fevereiro de 1834, Garrett foi nomeado Encarregado de Negócios Estrangeiros na Bélgica. Recebeu ordenados e ajuda de custo adiantados; após esse tempo, foi esquecido e ficou sem dinheiro. Em cartas ao governo de Portugal, explica tudo que passava, mas nada consegue. Garrett tinha que recorrer à ajuda de amigos e políticos, sensibilizando-os com a sua causa; logo ele que passou por todos os martírios da história, como o miguelismo, a guerra civil e a anarquia liberal, mostrando que sempre foi um atuante.

Vendendo os móveis da casa para ganhar algum dinheiro, Garrett não recebe ajuda nenhuma do país pelo qual lutou. Nas suas correspondências mostrava a insatisfação com a situação e decepção com o país. Francisco Gomes de Amorim, seu biógrafo, registra que esse foi um dos motivos que fez Garrett aceitar o cargo em Bruxelas: se encontrava desgostoso com o cenário do país, desenganado com os rumos que seus amigos liberais estavam dando aos assuntos públicos. O período da Bélgica pode, portanto, ser compreendido quase como um terceiro exílio.

Garrett sustenta que ele e a mulher necessitavam, pela posição que ocupavam, de meios que os preservassem na escala social. Aclamava também por um secretário, alguém que lhe ajudasse no cargo. Novamente, não era atendido. Ainda, soldados portugueses que estavam em Bruxelas por ocasião da guerra não recebiam ordenados já havia muito tempo; como um escape, o poeta era o único meio de conseguirem seus salários. Insistentemente, Garrett mandava cartas para saber a posição do governo sobre o caso; sem resposta, como é óbvio.<sup>2</sup>

O presente trabalho tem como objetivo analisar o período belga de Garrett, concentrando os esforços em definir seus costumes na região, suas relações sociais, sua frustração com o governo, sua correspondência particular, seu foco nos estudos das leis do país estrangeiro e seu empenho nas relações diplomáticas com aquele país, levando em consideração que era um intelectual sem meios de sustento; ainda, permeando com o que pensava o homem de letras do século XIX e qual era enfim o seu papel nessa sociedade.

---

<sup>2</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. II, p. 72-139.

Sobre essa passagem, dois autores serão estudados: Gomes de Amorim, na sua biografia, e Amadeu Lopes Sabino, no seu romance. Dois tipos de textos irão mostrar visões diferenciadas sobre a vida do poeta: dando importância ao aspecto descritivo daquela e metaficcional deste.

Nascido em Aver-o-mar, Portugal, em 1827, Amorim vem de uma família modesta. Emigrou para o Brasil com apenas 10 anos, junto com seu irmão mais velho, e trabalhou como caixeiro e roceiro na Amazônia, aprendendo a ler somente com 12 anos de idade. Segundo sua própria confissão, em Alenquer, Pará, encontra o poema *Camões*, de Almeida Garrett, dentro de uma residência indígena; assim, depois de lê-lo, resolve escrever ao escritor, exprimindo-lhe a sua admiração. Garrett decide apadrinhá-lo, promovendo o seu regresso a Portugal, que acontece em 1846, e Amorim tem garantida a vontade de estudar sob a direção de um mestre da literatura.

A partir desse momento começa a sua formação: poeta, dramaturgo, romancista e jornalista, Amorim consegue atingir um considerável prestígio na cultura portuguesa do seu tempo, tal como demonstra o reconhecimento que recebeu ao longo de sua vida. Da mesma forma, sua íntima relação de amizade com o autor de *Viagens na Minha Terra*: contemporâneo e próximo, Amorim acompanhou de perto os mais importantes fatos que envolveram as revoluções e o progresso pela razão, sempre travados por Garrett.

Além das lutas irrompidas em busca de um Portugal liberalista, Amorim também observava a evolução da vida pessoal do poeta, sua relação com a família, amigos, amores e filha. Isso tudo lhe rendeu o seu mais famoso livro, após anos de estudo: *Garrett – Memórias Biográficas*, uma biografia em três volumes inteiramente dedicados a Garrett, publicada em 1881 (1º volume) e 1884 (2º e 3º volumes).

Em sua obra, Gomes de Amorim retrata toda a história de vida de Garrett com seus conflitos, enquadrada pelos problemas sociais e políticos de uma sociedade que passava por enormes transformações. A biografia ora parece uma representação de um relato de aventuras, ora o percurso de um ideal heroico romântico: o amor pelo seu biografado e a familiaridade com o mesmo podem levar a refletir sobre até que ponto tudo o que relata foi certo ou se não existirá na sua narração parte de uma construção coerente com os moldes do romantismo.

Ainda, é notório que Amorim somente se encontra pessoalmente com Garrett em 1846; a partir dessa data, presencia todos os acontecimentos de sua vida pela estreita relação que havia entre eles. Os fatos anteriores a 1846 que aparecem na biografia são resultados de árdua pesquisa; Amorim passou mais de trinta anos fazendo um levantamento minucioso sobre a intimidade de Garrett, com a ajuda de parentes e amigos do autor. Também, com base

no que foi relatado pelo próprio Garrett.

A obra, ao mesmo tempo em que é biografia, é também ficção: querendo se consagrar como escritor, Amorim pode ter usado de mecanismos para deixar a vida de Garrett mais interessante, meios condizentes com as tendências literárias do século XIX. Não esquecendo que Amorim, igualmente, procura o conhecimento pessoal como via de aperfeiçoamento.

A forma que Amorim conta, por exemplo, como achou o poema *Camões*, dentro de uma cesta em uma casa indígena, é rodeada de metáforas típicas do romantismo, usando-as na valorização desse acontecimento, pois, segundo ele, foi o momento que mudou sua vida:

Mas, um dia, aos treze annos, talvez guiado pelo archanjo da poesia, entrei na modesta residencia de uma família indigena; e encontrei lá, aberto, o livro do meu destino, a ordem que me enviava a Providencia, para que mais tarde se cumprissem os seus mysteriosos desígnios. Era o *Camões*, o immortal poema de Garrett. Como e porque iria ali parar esse monumento litterario, a mãos de gente que não sabia ler, senão para que eu viesse a receber piedosamente o derradeiro adeus d'aquelle que o tinha levantado á gloria da sua pátria?! (AMORIM, 1881, t. I, p. 3).

A evasão sentimental dessa passagem mostra que Gomes de Amorim tem exímia consideração e afeto por esse evento, cabendo a dúvida se há fantasia, característica também muito presente em textos românticos. No seu autorretrato, que faz na introdução de *Cantos Matutinos* (1858), Amorim revela uma porção de melancolia e alegria: a primeira por sentir saudade desse tempo que culminou no encontro com seu mestre; a segunda por representar o princípio do seu crescimento e sua modificação de posição social:

Depois de vagar um anno pelas matas e cachoeiras do Xingú, subi o Amazonas, e fui completar meu decimo terceiro anniversario na *villa de Alenquer*, situada em um braço do mesmo rio, entre os dois grande lagos – Curumú, e Surubiú. N'essa povoaçãozinha, de que não posso lembrar-me sem uma doce melancolia, encontrei um dia, em casa d'uma familia indigena, e dentro de cesto forrado de folhas de bananeira brava, quatro ou cinco livros velhos. Um destes era o poema *Camões*, de Almeida Garrett, edição do Rio de Janeiro. Li-o, e a essa leitura, repetida muitas vezes depois, se devem não só os **Cantos Matutinos**, porém todos os meus modestos opusculos. (AMORIM, 1858, p. XIV-XV, grifo do autor)<sup>3</sup>.

Amorim coloca como seu objetivo o enaltecimento de Garrett enquanto homem que exerceu atividades constantes na revolução. Então, afirma seu compromisso com os leitores em estabelecer os paradigmas verdadeiros, mostrando as qualidades de seu amigo; porém, deixa claro que não será totalmente isento do seu julgamento de valor. Amorim desenha, assim, o herói Garrett: de acordo com ele, seu professor não é um homem comum ao século por ser dotado de grande inteligência, mas é cheio de defeitos como qualquer um, apenas usa-os em prol da luta pela liberdade e do seu país.

<sup>3</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858.

Perdoe-me o leitor indulgente se, além d'estes, encontrar muitos outros fragmentos das minhas proprias memorias misturados com as memorias de tão grande homem. Entendi que para o estudo da sua existencia deviam aproveitar-se todos os elementos que lhe dessem relevo; e nas relações d'elle para commigo manifesta-se tão pronunciadamente a bondade e grandeza de sua alma e a generosidade do seu coração, que abstando-me de as referir perderia muitos dos mais bellos traços physionomicos que o caracterisam. (AMORIM, 1881, t. I, p. 17).

Em muitos momentos, Amorim usa o superlativo, objetivando intensificar o qualificador. Por ser aquele que o acolheu, Amorim não consegue enxergar Garrett de outra forma: seu pai literário lhe inspira e, para ele, é evidente o seu caráter nobre e grandioso; assim, segundo ele, deixando de lado as suas percepções, também não mostrará aos leitores quais são as melhores feições de Garrett.

Na obra, Amorim auxilia a desvendar algumas teses levantadas sobre a vida pessoal do romancista e, ainda, elucida os conflitos do século, ajudando a entender as modificações que o sistema português atravessava à luz das percepções mais íntimas de Garrett. Amorim passa tudo aos leitores sempre prezando pela fidedignidade, levando em consideração ter sido escolhido pelo próprio para escrever sua biografia.

O biógrafo reúne em seu livro informações valiosas sobre os lugares pelos quais Garrett passou, pessoas com as quais conviveu e se relacionou, datas marcantes, referência às suas obras, levantando o exato momento em que começaram a ser escritas, transcrições de cartas, que eram trocadas com outros homens de letras, com o irmão e com ele próprio, e principalmente os entraves políticos da época. O poeta-operário constrói, dessa maneira, uma visão rica e bem próxima de Garrett, elaborando uma imagem mais fiel e complexa do autor de *Camões*, tendo em vista que Amorim foi um homem também presente na sociedade oitocentista e secretário particular do mesmo.

A intelectualidade mais destacada de meados do século XIX convivia com Amorim, muitos nomes eram visitas em sua casa e com ele se correspondiam. Além de Garrett, Amorim mantinha relacionamento com personalidades políticas e literárias. Francisco Gomes de Amorim, por intermédio deles frequentava os salões sociais e as festas literárias; com isso, sua produção cultural estende-se, sendo ele não só biógrafo: escreveu as poesias *Cantos Matutinos* (1858) e *Efêmeros* (1866), o romance *Os Selvagens* (1875), o conto *Frutos de Vário Sabor* (1858) e as peças teatrais *Aleijões Sociais* (1860), *O Cedro Vermelho* (1856), que denunciam a exploração e o tráfico, *Ódio de Raça* (1854) e *Fígados de Tigre* (1857). Ainda colaborou em jornais e revistas como *Jardim Literário*, *Revolução de Setembro*, *Regeneração*, entre outros.

Do período belga, Amorim transcreve muitas das cartas que Garrett mandou ao governo, aos homens da política e influentes. Desse modo, consegue-se ter uma ideia clara do que esse período representou na vida do poeta: desilusão, mas não com a pátria em si, e sim com as pessoas. Seu desespero era por estar longe e sem notícias, sem ordenados, sem respostas, sem saber por que o ignoravam. No segundo capítulo deste trabalho, esses aspectos serão discutidos.

Outro autor a ser analisado para se entender o episódio é Amadeu Lopes Sabino. Nascido em Elvas, em 1943, foi advogado, jornalista e docente universitário em Portugal. Preso e incorporado em regime disciplinar militar, exilou-se na Suécia entre 1973 e 1975. Por conseguinte, usa como tema a expatriação dos exílios e a evocação da vivência no estrangeiro. Também residente em Bruxelas, seu tom de conhecimento sobre o local dá fidedignidade ao drama.

No seu romance *A Lua de Bruxelas*, publicado em 2000, recria um período da vida de Almeida Garrett, entre 1834 a 1836, quando este estava em missão diplomática em Bruxelas ao lado da sua esposa, Luísa Midosi. As dificuldades financeiras de Garrett, a fragilidade do governo português e as dificuldades sentimentais do poeta em relação ao comportamento de sua esposa dão o tom desse romance.

O narrador, que também se assume como autor do romance, oferece ao leitor um misto de narrativa factual, baseada nos seus estudos histórico-biográficos, e inventada, que ele revela ao longo de sua construção ficcional. Além da relação limite entre ficção e história, o narrador ainda apresenta um diálogo entre o passado histórico narrado e o seu presente de escrita. A figura do narrador, autor do romance e que também se insere como personagem, enriquece a obra por meio de suas digressões, jogos intertextuais, diálogo com o leitor e pelo desvelo de sua própria formação ficcional. O romance está inserido, assim, no rol das metaficções historiográficas na medida em que desconstrói alguns mitos e dá novas interpretações para aquele momento determinado.

Sabino ocupa um lugar singular na Literatura Portuguesa do tempo atual. Suas principais obras são: *O Cavaleiro Cego* (1982), *O Retrato de Rubens* (1985), *A Capa Escarlata* (1989), *Novelas Imperfeitas* (1991), *A Homenagem a Vénus* (1997), literatura que tem como pano de fundo o salazarismo, *Vidas Apócrifas* (2005), novela que ilustra a forma como a corrente iluminista foi introduzida em Portugal e no Brasil, e seu último livro *A Cidade do Homem* (2010).

Na mesma linha de “biografias imaginadas”, *A Cidade do Homem* tem como protagonista Antônio Diniz da Cruz e Silva (1731-1799) e propõe ao leitor uma viagem ao

século XVIII. Magistrado e poeta que viveu e trabalhou em Portugal e no Brasil, Cruz e Silva foi participante ativo nas polêmicas que, durante o consulado de Pombal, agitaram o reino. Esses dois textos da espécie biografia ficcional trazem claramente as fontes de informação e casam história e ficção, realidade e fantasia.

Enquanto que em Gomes de Amorim tem-se uma noção maior do lado político do período belga, delineado pelas autoridades e pelos negócios públicos, em Sabino tem-se o lado mais pessoal, caracterizado pela relação de Garrett com a esposa. Ambos apresentam relações do intelectual com o país e com a sociedade, em uma época de grandes mudanças. Esse será o objeto de estudo desta pesquisa, que fará um trabalho de investigação do período belga de Almeida Garrett, com base no romance e na biografia, fazendo uma comparação entre esses discursos.

Assim, dentro desse contexto, será levado em consideração como que a biografia de Francisco Gomes de Amorim, ao mesmo tempo em que é cercada da objetividade típica desse gênero textual, também funciona como ficção, permeada com a subjetividade do autor; além disso, como o romance, que é ficcional por natureza, também é cercado da objetividade de uma biografia, pois recria o material documental coletado.

Portanto, no primeiro capítulo, intitulado *Processo político: o devorismo da revolução liberal*, será feito um panorama da questão liberal no século XIX e, especificamente, dos anos de 1834 a 1836, período em que se instalara o devorismo. O segundo capítulo, intitulado *Garrett e o papel do homem político: o período da Bélgica*, tem por objetivo apresentar a biografia *Garrett – Memórias Biográficas*, de Francisco Gomes de Amorim, e analisar a forma como Amorim, pela sua grande intimidade com Garrett, apresenta seu biografado e os dois anos (1834 a 1836) em que este esteve em Bruxelas. Por fim, no terceiro capítulo, intitulado *A Lua de Bruxelas: uma nova versão*, pretende-se apresentar o romance *A Lua de Bruxelas*, de Amadeu Lopes Sabino, e examinar como o narrador faz um levantamento dos dados biográficos de Almeida Garrett, apontando um entrelaçamento entre a ficção e a história.

# 1 PROCESSO POLÍTICO: O DEVORISMO DA REVOLUÇÃO LIBERAL

## 1.1 O Liberalismo em Portugal

Entre tantas crises e guerras civis, o liberalismo marcou a nova era de um país que se construía, moldando suas ideologias e fortalecendo o povo. O século XIX foi marcado pelo surgimento de uma nova fase histórica na qual novos ideais políticos e sociais surgiam. Uma nova civilização que deixava para trás aquela que servia de suporte para a Igreja.

Sendo assim, pergunta-se: qual o papel da Igreja nesse novo espaço? O catolicismo se palpava no modelo monárquico absolutista; a autoridade do direito divino prevalecia e, por sua vez, inspirava os ânimos do conservadorismo. A luta entre os dois sistemas movimentou toda a estrutura de Portugal na primeira metade do século XIX.

Essa revolução na Europa tinha assumido uma dimensão anticatólica. Assim, surgem Estados politicamente laicos, avessos à religião com papel ativo na Constituição. Também, os povos levados pelo movimento nacionalista já estavam incompatíveis com a situação que surgira. Dessa forma, cai a aristocracia junto com o preceito de poder divino e desponta uma sociedade vinculada ao progresso material e econômico, visando o lucro.

Como antes a Igreja atacava o capitalismo, as novas ideias atacavam os fundamentos do cristianismo. A doutrina católica não estava preparada para enfrentar o novo mundo que agora despontava; verificava-se, então, o afastamento de vários religiosos da Igreja. Tudo conspirava para um renascimento intelectual marcante – o tempo era propício aos avanços filosóficos e científicos e, ainda, ao surgimento de uma nova expressão literária.

Segundo Manuel Augusto Rodrigues, no artigo *Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu*, era acentuada a crise dos estudos teológicos e as publicações religiosas encontravam-se em estado deplorável; assim, “o idealismo kantiano e hegeliano, o materialismo de Feuerbach e o positivismo comtiano abalaram profundamente o pensamento católico.” (RODRIGUES, 1981, p. 441)<sup>4</sup>.

Nesse ínterim, um dos capítulos mais relevantes diz respeito à posição quanto ao liberalismo: enquanto católicos fervorosos defendiam a Igreja autoritária e antiliberal, o outro lado afirmava que a mesma deveria ir ao encontro do mundo moderno, preconizando o humanismo. O liberalismo era um enorme perigo para a Igreja Católica, pois ele era contrário

<sup>4</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto. *Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu*. In: REIS, Jaime; MÓNICA, Maria Filomena; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). *O Século XIX em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 437-457.

ao poder absoluto do papado na sociedade vigente. Era clara a incompatibilidade entre a doutrina cristã e os modos de pensar e agir que se propunham “liberais” no século XIX.

O clero e as ordens religiosas tentavam a todo o momento resguardar a sua situação de privilégios. O governo não parecia querer abdicar de nada que podia pôr risco os interesses nacionais, de modo que criticavam a pretensão da Igreja em continuar vinculada aos fatos do passado. Dividindo opiniões, para alguns seria certo que o cristianismo continuasse voltado ao passado, ao passo que para outros a Igreja Católica deveria se inserir no tempo, na realidade social presente, como nos outros países.

A questão era de como conciliar a fé com a razão, a liberdade com a autoridade, o progresso com o passado. O cientificismo e o positivismo colocavam em destaque que para um grupo a razão não podia existir juntamente com a fé, que o ideal de progresso não poderia ser acompanhado pelo atraso do dogma católico.

Intelectual de seu tempo, Almeida Garrett defende o cristianismo como uma religião que é liberal por sua natureza; e intercede por um liberalismo mais cristianizado e um cristianismo mais liberal. No romance, *Viagens na Minha Terra*, Garrett acrescenta que “para entender a liberdade é preciso crer em Deus, para acreditar na igualdade é preciso ter o Evangelho no coração” (GARRETT, 1965, p. 217) – como se a verdadeira religião fosse o evangelho e, por isso, o verdadeiro liberalismo devesse pautar-se no mesmo. Nunca houve por parte do autor uma desesperança com relação ao século, uma vontade de voltar ao passado; ele foi liberal e democrata até o fim de sua vida.

O clero tradicional vinha enfraquecendo a supremacia ideológica: o controle das publicações passava agora para o Estado. Maria de Lourdes Lima dos Santos, no texto *Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)* ressalta o surgimento de uma “inteligência nova” em proveito da “inteligência tradicional”<sup>5</sup>. A nova maneira de pensar cooperava político-socialmente para ampliar a crise do antigo regime e consolidar o acesso da burguesia ao poder público, manifestando as diferentes expressões das facções.

O que estava em pauta nas polêmicas dos liberais era a necessidade de asseverar a preponderância política da nova classe ascendente sobre a velha dominante. Os liberais sabiam que, para conseguir essa proeza, necessitavam de uma base de apoio mais ampla para a qual legislavam. Preconizavam atitudes eficientes que diminuíssem a larga distância que tinham com o povo, ganhando sua confiança a fim de criar condições para uma prudente modificação das mentalidades.

---

<sup>5</sup> SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*. In: *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1979, vol. XV, p. 69.

A formação desse novo discurso ia desalojando a tradição. Para sua difusão e recrutamento foram criadas novas organizações, que muitas vezes foram dispostas para funcionar clandestinamente, diferentemente das conservadoras já existentes como a Igreja. Essas sociedades secretas eram o espaço favorável à divulgação dos ideais de libertação da humanidade e seus associados instrumentos de propagação; essas lojas multiplicavam em seu seio o espírito revolucionário e o patriotismo acima de tudo. Não havia alternativa a não ser a criação dessas organizações ocultas para apregoar a ideologia liberal na sociedade portuguesa: as perseguições eram crescentes, mas o discurso mais inovador continuou crescendo.

Aos poucos, formou-se e estabeleceu-se a maçonaria, tornando-se visível a sua contribuição para a instauração do liberalismo e, mais tarde, do republicanismo. A maçonaria esteve, através dos seus mais insígnis dignitários e oficiais, envolvida nas lutas políticas. O entusiasmo pela ideia da liberdade, que maçons e liberais propugnavam, contribuiu para a instalação de um espírito de conspiração contra a orientação absolutista da monarquia portuguesa.

A facilidade de contato com os livros franceses favorecia a irradiação do engenho revolucionário entre a juventude da universidade. Em Coimbra, a maçonaria aparecia também em um clube denominado *Sociedade dos Jardineiros*, clube que recrutou grande número da mocidade acadêmica. Exemplarmente no ano letivo de 1817, fundou-se uma associação, da qual Almeida Garrett e Passos Manuel<sup>6</sup> faziam parte, que preparou e fez eclodir a revolução liberal de 1820. Era nessas sociedades às escondidas que João Baptista, como os outros, pregava o fim da anarquia da qual sempre foi inimigo, falando em nome da pátria oprimida e manifestando a linguagem dos homens livres.

Para poder, sem receio de ser denunciado, e com menos risco de pagar cara a sua audácia, discutir os sucessos do tempo, e auxiliar por sua parte a tendencia dos espiritos, que pareciam encaminhar-se para a evolução liberal, lembrou-se, de accordar com outros amigos, de fundar uma associação secreta. [...] As perseguições que n'esses tempos calamitosos se faziam á maçonaria, accusando-a calumniosamente de inimiga do christianismo, para angariar fanaticos á política absolutista, obrigaram naturalmente a destruir todos os documentos da sua existencia. (AMORIM, 1881, t. I, p. 135).

O envolvimento intenso dos intelectuais nos problemas da época definia o trajeto da sua configuração enquanto categoria social distinta. Eles fomentavam a democracia e a cultura das luzes; por isso, eram vistos com grande suspeita pelas forças conservadoras, principalmente quando se reuniam, testemunhando a crise dos velhos valores. Esse grupo

---

<sup>6</sup> Manuel da Silva Passos (1801-1862). Deputado em 1834-36. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 27.

inteligível era composto por aristocratas estrangeiros, já atualizados da concepção francesa, literatos, magistrados e alguns eclesiásticos; esta última classe evidenciava o desenvolvimento da doutrina liberal dentro da própria Igreja. Também fazia parte um sensível número de juristas, conjunto de estrutura social rigidamente hierarquizada.

O século, considerando que as universidades desde os primórdios funcionam como meios de produção de conhecimento e formação de opinião, teve na Universidade de Coimbra um importante centro de desenvolvimento da nova inteligência, principalmente no curso de Direito. O corpo da faculdade, por sua vez, permanecia em alerta para eliminar com hostilidade as possíveis fontes de revolução, vendo a subversão institucionalizar-se nela própria; isso acabaria de vez com sua hegemonia e com os privilégios dos seus membros. Outra instituição legitimadora do novo pensamento estava na Academia Real das Ciências; ser membro da Academia era uma honra ostentada por um número considerável de intelectuais.

Os letrados firmavam o conceito de cultura a ponto de deslocar o saber e a ciência do mais alto grau inalcançável para os baixos, juntando-lhes com o conhecimento tecnológico ainda pouquíssimo difundido. Começam a aparecer, desse jeito, estabelecimentos científicos, literários e artísticos, o que tornava tudo mais acessível à classe popular. Nesse ambiente e também nas lojas secretas, a produção literária começava a ganhar fisionomia: os escritos dos intelectuais eram basicamente ensaios e artigos na imprensa política.

Eram tomadas medidas que visavam transformar os aparelhos do Estado, fazendo-os corresponder aos interesses das novas forças de poder; para isso, legislava-se para a maior liberdade do ensino e da imprensa. Esperava-se que eles juntos renovassem a mentalidade dos cidadãos, o que representaria o alargamento do suporte ao constitucionalismo. Maria de Lourdes faz suas as palavras de Mouzinho da Silveira<sup>7</sup>:

As armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa; e, na ordem dos escritos impressos, nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que cheguem a menor número de leitores e tolher que as luzes se espalhem; é o mesmo que não querer que as ideias anticonstitucionais se combatam. (SILVEIRA, J. X. Mouzinho da. *Apud* SANTOS, 1979, p. 71).

Era uma preocupação corrente dos intelectuais oitocentistas: o ensino como condição para a prosperidade da nação. Reabria-se então a questão da reforma pedagógica, que era cada vez mais urgente, sobretudo ao nível do ensino superior, que precisava da formação de um

---

<sup>7</sup> José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849). Alta personalidade da maçonaria. Ministro da Fazenda e da Justiça (1832). Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 22.

novo quadro dirigente. Entrava-se de qualquer maneira na questão da facção: uns lutavam pela manutenção do monopólio da genuinidade da cultura coimbrã e outros pregavam como ponto de partida a livre concorrência, considerando o domínio do mercado cultural.

Garrett foi em 1834, antes de partir para Bruxelas, membro da *Comissão para a Reorganização da Instrução Pública*. Tendo como base os conhecimentos pedagógicos adquiridos na França, Almeida Garrett propunha um plano geral de estudos, educação e ensino público, com a criação de novos estabelecimentos literários e com a reforma dos já existentes, compreendendo a universidade, as academias, os colégios e as escolas.

Começar-se-ia denunciando a natureza abertamente clerical da Universidade de Coimbra, que estava entranhada quer nas matérias ministradas, quer nos métodos de ensino, quer nas celebrações acadêmicas, quer ainda no próprio vestuário dos alunos e dos professores. Outra mudança estaria em diminuir a abundância de discentes na faculdade de Direito: na medida em que os estudos jurídicos eram condição essencial para a magistratura, ofereciam a garantia de boa colocação profissional. Maria de Lourdes Lima dos Santos diz que “o Conselho Superior de Instrução recomendava dois recursos para reduzir o número de estudantes em Direito – aumentar o rigor do exame preparatório” e criar “um curso de estudos econômico-político-administrativo para os empregados da fazenda e da administração civil” (SANTOS, 1979, p. 100).

Em 1820, alguns intelectuais conseguiam eclodir o golpe para dar fim ao país ancião; logo depois, em 1823, foi restaurada a monarquia absoluta novamente. Começavam as deportações, os sequestros de bens e as prisões. Os liberais nesse tempo se viram obrigados a formas escondidas de atuação, instalando sua sede de lutas nos países de exílio. Porém, a conjuntura internacional permitiu que expatriados desempenhassem um papel importante para o futuro – estes iriam passar por experiências diferentes, sofrer novos estímulos.

Quando os liberais tomaram o poder novamente, existiu certa demarcação entre os intelectuais que tinham sido exilados e os que tinham ficado no país. Começava então a corrida pelas vagas das alas políticas e administrativas do governo; os ex-exilados logo procuravam se reconhecer como autênticos representantes, pelas demonstrações de patriotismo; os outros retrucavam evocando os sucessos dos que tinham permanecido e mantido a fidelidade à causa. Até mesmo quando retornaram à pátria, os que tinham lutado pela liquidação do antigo regime agora se viam atados na trama das relações sociais composta pelo modelo de privilégios, que os próprios amigos de exílio ajudavam a fermentar. A prática do protecionismo era denunciada por muitos intelectuais emigrados. Garrett escreve carta anônima, datada de 1830, ao governo sob o pseudônimo de Múcio Cévola:

E quem nos trouxe a tanta baixeza e vergonha? [...] Viemos cobertos de lagrimas, muitos de sangue, todos de opprobrio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e nem a terra estrangeira nos pôde ser refugio contra a dominação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a patria. [...] Que mais ou que menos do que isto nos tem feito os Palmellas, os Guerreiros, os Candidos, os Balbinos, os Franciscos d'Almeida, os Carvalhos, os Magalhães? Esta liga de aristocraticos e parasitos, de privilegiados e privilegiandos, foi, é, e será a nossa perda e ruina, se emfim não accordamos para nos *libertarmos*, e os *punirmos*. (GARRETT, 1830, p. 2-4, grifo do autor)<sup>8</sup>.

Irritado pelos abusos dos que distribuíam dinheiro sem propósito, irado com as promessas de bajulação de futuros empregos sem mesmo os tê-los efetivamente, cansado de sofrer humilhações e indignado por depender dos subsídios desses senhores, João Baptista não concordava com os juízos impostos ao liberalismo. Através dos donativos espalhados, das promessas de cargos públicos e da arbitrariedade no pagamento de subsídios, a camarilha conseguia manter-se no poder.

No que diz respeito à acumulação de riqueza cultural e à preparação de oportunidades de carreira, a solidão do exílio foi muito produtiva, em particular para a geração mais jovem. Alguns exilados puderam frequentar assiduamente bibliotecas, museus, estabelecimentos científicos, teatros, círculos culturais, salões da alta sociedade aristocrática dos países de exílio e, até mesmo, seguir cursos. Em dezembro de 1831, Almeida Garrett estava emigrado na França e frequentava o elegante salão da duquesa de Abrantes:

[...] rodeada de todo o esplendor do seu ocaso aquela formosa estrêla do Império. [...] Nem bela nem mōça, nem airosa de fazer impressão era a Duquesa de Abrantes. Mas em meia hora de conversação, de trato, descobriam-se-lhe tantas graças, tanto natural, tanta amabilidade, um complexo tão verdadeiro e perfeito da mulher francesa, a mulher mais sedutora do mundo [...]. (GARRETT, 1965, p. 187).

A imprensa da emigração, para além de ser um instrumento de luta política, também era um meio de obter lucros para a subsistência, principalmente àqueles que estavam miseráveis e não recebiam a quantia de auxílio do governo há um tempo, e uma forma de tornarem-se conhecidos, exercitando o que têm de melhor. Em regra, em meio aos amigos influentes, era necessário arranjar subscritores; uma vez a obra impressa, a venda em território brasileiro garantiria vendas positivas. Gomes de Amorim transcreve um manuscrito valioso de Garrett ao amigo Duarte Lessa<sup>9</sup>, enquanto aquele residia em Havre, pedindo-lhe que arranje subscritores para o poema *Camões*:

<sup>8</sup> Ver GARRETT, Almeida. *Carta de Múcio Cévola: ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em português se publicar*. Londres: Edição Princeps, 1830. Texto recuperado pela 2ª ed., in: *O Pelourinho*, nº 5, Angra, 1831.

<sup>9</sup> Duarte Lessa (1788-1832).

Desde que resido no Havre tenho-me constantemente ocupado de uma obrita [...] Já tenho subscritores em Portugal e aqui, desejava obtê-los em Inglaterra: ao Sr. agora, e logo a outros amigos vou pedir que se interessem em os diligenciar. [...] A obra é um poema em dez cantos, cujo título, e assunto é – Camões [...] A *acção* é a composição d’*Os Lusíadas* [...] Dei-lhe um tom e ar de romance para interessar os menos curiosos de letras [...] Todavia a obra pode entrar na imprensa logo, logo, apenas haja uma subscrição que me assegure a – não perda – e que haja com que suprir as despesas dela, o que me não permitem minhas *circunscritas circunstâncias*. Já tomei informações e daqui o posso com facilidade fazer em Paris – daqui poderei depois mandar para todos os portos do Brasil, onde (se o amor-próprio me não illude) cuido que terei certa e útil venda. (GARRETT, 1963, p. 1382-83, grifo do autor)<sup>10</sup>.

Outra vantagem do exílio também estaria em permitir a publicação e a difusão de obras que provavelmente em Portugal seriam censuradas. É o caso de *Camões*, *Dona Branca*, *Adosinda* e *Lírica de João Mínimo*, obras compostas no exílio.

O conhecimento da história, da administração e da organização civil e política dos países do exílio eram objetos de constante estudo. Isso tudo viria a moldar um estimável capital cultural para tentar uma melhor posição no mundo intelectual e bons postos de trabalho.

A leitura no exílio das modernas leis francesas e inglesas mostrava-lhes como as portuguesas estavam fora dos padrões europeus. Surgia o objetivo de encurtar as distâncias sociais através de uma literatura mais clara e direta. Presumivelmente, o público leitor era ainda muito pequeno; apesar disso, os insignes escritores e jornalistas propuseram uma produção cultural não-elitista e de consumo irrestrito. Garrett afirmava: “no drama e na novela da atualidade ofereci-lhe [ao leitor] o espelho em que se mire a si e ao seu tempo” (GARRETT, 1965, p. 49).

Ele apoiava a ideia de verossimilhança na escrita do romance – inventava personagens e enredos, dando o efeito de que realmente existiam, para atrair os leitores, pois era contra escrever fora da realidade e contra a eloquência vazia. Os seus enredos buscavam assuntos sociais e políticos da época. Ele frisava o fato de que, no novo mundo, o homem precisava experimentar do bem e do mal, colocando-o mais realista. O povo dessa sociedade não é mais puro, porque já havia se perdido há tempos; o homem agora forma a estrutura da sociedade.

A imprensa clandestina complementava a ação dessas sociedades secretas e concedia-lhes maior vastidão, demonstrando a importância do jornalismo na orientação da opinião pública. Mesmos os jornais proibidos de circular, era preciso uma articulação desses impressos com a atividade maçônica, acontecendo que muitos intelectuais da maçonaria eram redatores ou simplesmente escreviam para esses jornais. A censura do impresso também se estendia às livrarias: os estabelecimentos eram fechados e seus donos presos sob a acusação

<sup>10</sup> Ver GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1.

de vender e receber livros que serviam como veículos contrários aos bons costumes e favoráveis ao sacrilégio.

A consagração do intelectual ganhava espaço com o público. O estabelecimento do romance e do drama como gêneros de leitura da população aumentava a aproximação entre o escritor e o leitor, que, por sua vez, ampliava a gama de interessados nos assuntos liberais. Mais do que esses gêneros, o jornalismo era uma forma privilegiada de contato com o público. Lidos diariamente, os periódicos garantiam uma mais ampla divulgação do produto. O próprio jornal serviu como um meio difusor dos romances, publicados em folhetins. O crescimento dessa gama de impressão desencadeou o aumento da capacidade geradora de trabalhos literários, científicos, inclusive dramáticos. Além disso, a profissão de jornalista constituía uma posição de prestígio e uma forma de ascensão social, embora não oferecesse condições de independência econômica; a pessoa entrava para o grupo intelectualizado, frequentando os salões da alta sociedade.

João Baptista fundou dois jornais com o amigo Paulo Midosi<sup>11</sup>. O *Português* teve seu primeiro número em 30 de outubro de 1826 e depois o *Cronista* em 1827. “Após curto espaço de tempo, o *Português* tinha duas mil assinaturas e via ir-se reanimando em torno de si todo o partido constitucional”<sup>12</sup>, apontava Gomes de Amorim. Garrett teve a experiência da rede editorial da França e da Inglaterra e buscava isso para seu país:

Logo que o poeta viu o rumo perigoso que tomavam os negocios públicos, resolveu fundar um jornal politico de grandes dimensões, com o intuito de formar e esclarecer a opinião e de reanimar o partido liberal. Em Inglaterra e França aprendera como se organisavam e viviam essas empresas colossaes, que nunca tinham existido até ali entre nós, e que eram lá fora os mais solidos elementos vitaes dos partidos politicos. (AMORIM, 1881, t. I, p. 407-8).

De uma forma geral, as condições sociais de existência desses letrados dificilmente lhes proporcionavam satisfação de organizar e exercer plenamente suas funções. Somente restava a eles uma opção: a instância política ainda era o que sobrava como alternativa para se ganhar dinheiro para sobreviver. Porém, nos provimentos dos lugares do Estado domina o esquema de favores. O funcionalismo público era afligido pela mudança de bando no poder com substituições e demissões. Ainda, o fato de serem acadêmicos exaltava os olhos da repressão como uma ameaça à ordem social; muitos foram presos ou exilados.

De qualquer forma, o intelectual tinha facilidade na exposição didática dos assuntos pertinentes à liberdade de consciência, por isso fomentando a unidade da república literária nas pessoas e nos meios sociais. Garrett, por exemplo, evocava seus almejos explorando a sua

<sup>11</sup> Paulo Midosi (1789-1858). Primo do pai de Luísa Cândida Midosi (esposa de Garrett).

<sup>12</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, t. I, p. 409.

qualidade de homem de letras independente e utilizando, sem dúvida, o princípio máximo da oratória, conduzindo quem lia ou quem escutava aos esclarecimentos necessários.

Tudo surgia conspirando a favor da revolução. A acrescentar às lojas maçônicas, à imprensa clandestina e à literatura, o teatro era outra forma resistente em que a inteligência inovadora tentava ganhar seu espaço de expressão. Entre os seus dinamizadores estavam vários estudantes ligados à maçonaria, perfizeram um movimento teatral encorajado e bem montado, muitas vezes em residências particulares, pois o teatro funcionava em uma situação precária, à vigilância constante. Nas representações existiam personagens atuantes da moralidade política, que mostravam a diversidade dos tipos humanos, inclusive nas suas formas patológicas e vulgares; homens e mulheres, estereótipos da sociedade, eram encenados para dar um caráter grotesco e sublime à grande derrocada social.

Também no ano letivo de 1817, Garrett e alguns companheiros da sociedade secreta começaram a pôr em cena composições na casa da família Coutinho, chamado *Teatro dos Coutinhos*. Nas suas peças, eram levantados vários temas concernentes às dificuldades da arte dramática e, até mesmo, decepções do autor em relação ao regime liberal. Naquele mesmo salão funcionaria, em 1820, uma loja maçônica com o padre Joaquim Cordeiro Pereira.

Os estudantes de Coimbra foram sempre muito dados a theatros. Além do que havia nos baixos do collegio das Artes, protegido por lentes e reitor, e por cidadãos abastados da cidade, fundaram elles em 1814-1815 o chamado theatro dos Coutinhos, por ser na rua d'esse nome e em predio da familia Coutinho. [...] No anno lectivo de 1817 a 1818 começaram ali as representações em que Garrett tomou parte, com Joaquim Larcher e José Maria Grande. [...] Para esse theatro emendou Garrett a tragedia *Xerxes*, fez a *Lucrecia* e outras pequenas composições [...]. (AMORIM, 1881, t. I, p. 137).

O movimento teatral, a atividade maçônica e a imprensa continuavam a ser perseguidos pelos antiliberais. O Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa prosseguia com o julgamento dos autores e insistia em acabar com as obras constitucionalistas. Tudo que ia de encontro ao despotismo e à restrição dos direitos era combatido. O argumento era de que o povo não estava preparado, por ser, há muito tempo, atrasado e ignorante. O Portugal velho ainda estava longe de se ver livre disso. O *Retrato de Vênus*, obra de Garrett julgada pelo abuso da liberdade de imprensa em 1822, foi denunciada por ser “materialista e ímpia” e o poeta “imoral e irreligioso”<sup>13</sup>.

Por altura do setembrismo, criava-se um novo tipo de homem cultural. Formavam-se dois estabelecimentos destinados a propagar uma instrução científica superior, eram estes: a Escola Politécnica de Lisboa, que tomava o lugar do Colégio dos Nobres, onde se ministrava

<sup>13</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, t. I, p. 264-5.

o ensino literário, e a Academia Politécnica do Porto, que substituíra a Academia da Marinha e do Comércio. Esses novos espaços funcionavam por formar nova camada de políticos e intelectuais que não cursaram a Universidade de Coimbra.

As Escolas Politécnicas em Lisboa e no Porto preparavam o terreno para a introdução da filosofia positivista, através de uma disciplina especificamente científica. Era o especialista, espécime engenheiro, que acumulava a atividade política e literária junto com a sua profissão técnica. A burguesia setembrista fomentava o saber para a aceleração do progresso, coexistindo uma sociedade regulada por um sistema natural de leis democratizantes.

Com a incidência de mão de obra técnica, eram esperadas ampliações nas estradas e na ferrovia, modernização material. Logo apareceu o tema do caminho-de-ferro que dividiu opiniões. Garrett registrou em *Viagens na Minha Terra*: “Nos caminhos de ferro dos barões é que eu juro não andar” (GARRETT, 1965, p. 368); para ele, o caminho-de-ferro construía-se apenas nas palavras dos políticos e eles eram sofistas, como os barões, figura histórica que também não aprovava. Para ele, a sociedade devia se transformar, mas não com os barões e nem fora da religião; deveria existir um liberalismo depurado das vontades dos barões. Já para Lopes de Mendonça<sup>14</sup>, outro notável de seu tempo, o progresso social vem acompanhado da marcha econômica, por isso os caminhos-de-ferro abririam as portas de Portugal para o mundo.

Maria Filomena Mónica, no artigo *Uma polémica sobre os caminhos de ferro*, completa:

A polémica começou a 18 de Abril de 1853, com um artigo de Herculano no *O Português*. Significativamente, o que mais o preocupava era a questão da identidade nacional. Sendo Portugal um país pequeno [...] a construção de uma linha de caminho de ferro, ligando-o a Espanha, poderia significar o aniquilamento da Pátria. Herculano não negava que se devesse construir uma rede de caminhos de ferro: o problema residia no fato de ser aquele governo, *inconsciente, incompetente e voraz*, a fazê-lo. (MÓNICA, 1999, p. 18, grifo nosso)<sup>15</sup>.

Um pouco mais tarde, o movimento cultural encontrava outras vias para se expandir: jovens alunos das novas escolas politécnicas, no início da sua carreira de intelectual, engendravam-se em associações de amigos das artes e das letras, responsáveis por aumentar o conhecimento dos sócios ou do público no decurso de leitura, análise e discussão, ao mesmo tempo em que trabalhava pela difusão da instrução nacional. Essas associações culturais

<sup>14</sup> Antônio Pedro Lopes de Mendonça (1826-65). Jornalista, romancista e dramaturgo.

<sup>15</sup> Ver MÓNICA, Maria Filomena [et al]. *Uma polémica sobre os caminhos de ferro. Alexandre Herculano e A. P. Lopes de Mendonça*. In: *Para a História do Caminho de Ferro em Portugal. Estudos Históricos 1*. Edição CP – Caminhos de Ferro Portugueses – Gabinete de Relações Públicas, 1999, vol. 2.

distinguiam-se por dois tipos – as anteriores aos anos 50 tinham uma atividade restrita, ou seja, eram voltadas para a sua corporação; as posteriores eram associações mais abertas, ou seja, instruíam um público recrutado nas camadas populares, demonstrando a origem da iniciativa do intelecto.

Relativamente às primeiras, um grupo de estudantes das escolas superiores fundou, em 1839, a *Sociedade Escolástico-Filomática*, que tinha como presidente honorário Almeida Garrett. Além dele, Herculano<sup>16</sup>, Castilho<sup>17</sup> e Silvestre Pinheiro<sup>18</sup>, que também eram sócios honorários, assistiam às sessões.

A criação do conservatório desenvolvêra o gôsto de se associarem e reunirem os moços estudiosos, para discutir assumptos que interessavam os progressos moraes da patria. Entre as sociedades que com esses nobres intuitos se fundaram, foi das mais fecundas e brilhantes a escolastico-philomatica, bafejada tambem em seus principios pelo sôpro creador de Garrett, seu presidente honorario desde 1839. Ali se revelaram os mais formosos e possantes talentos da nova geração d'esse tempo, alguns dos quaes illustram ainda hoje as letras e as sciencias. (AMORIM, 1884, t. II, p. 706).

Um dos objetivos desse tipo de sociedade era o aprimoramento da prática da retórica. Assim, a Escolástico-Filomática foi fundada como preparação prática dos primeiros exercícios parlamentares e da arte de falar em público na eloquência das assembleias. As sessões logo se tornaram conhecidas e comentadas na sociedade; tanto foi que Garrett criou outra sociedade denominada *Amadores da Cena Portuguesa*, com sócios recrutados da Escolástico-Filomática, do Conservatório e da Sociedade do Timbre, da qual foi eleito presidente; e depois o Grêmio Literário.

Esse tipo de associação não era clandestina. Para isso, nos artigos dos estatutos dessas sociedades eram legalmente proibidas polêmicas políticas. Isso impedia a eventual perseguição e proibição da associação e ainda representava uma atitude de tolerância quanto à admissão de membros de diferentes facções. Os políticos, embora possuidores de cargos públicos, eram agora capazes de separar a sua vida de escritor das suas convicções, isolar o nível cultural dos outros níveis da sua função e organizarem-se em nome do saber.

Nesse sentido, é exemplar o parecer redigido por Garrett na Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, criada em 1846, e publicado na *Revista Universal Lisbonense*, sobre a neutralidade literária; ele criou condições para a expansão do mercado de bens culturais, principalmente a imprensa e o comércio de livros, e ofereceu uma alternativa profissional ao intelectual sujeito à dependência política. No texto *Sobre os intelectuais*

<sup>16</sup> Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877).

<sup>17</sup> Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875). 1º visconde de.

<sup>18</sup> Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846).

*portugueses no século XIX*, Maria de Lourdes transcreve uma parte desse documento que atrai atenção. Assinavam Rodrigo da Fonseca Magalhães<sup>19</sup>, Herculano e Garrett.

Os abaixo assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheio às questões materiais e positivas do governo da nação, e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que, por isso, não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresas, ou sociedades represente ideias diversas das suas nas questões políticas da atualidade. Declaram também que consideram esta nobre tolerância como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilização e como prova de ânimo generoso. (GARRETT, 1846, p. 188)<sup>20</sup>.

Os intelectuais ainda dispunham de outros modelos menos formais de associação, como os salões e os cafés. Políticos de alto relevo e intelectuais eram convidados pelas famílias representantes da antiga nobreza liberalizada e pelos representantes de negócios, como os banqueiros, os quais tinham a seu cargo animar a vida social na capital. Não só aconteciam muitos bailes, como também serões culturais e espetáculos dramáticos privados. Eram frequentes as encenações de peças teatrais na casa de D. Maria Krus<sup>21</sup>, amiga de Garrett, cujo marido, Pedro Brito do Rio<sup>22</sup>, foi subtutor de sua filha Maria Adelaide; nesta casa, lia-se, em 1843, *Frei Luís de Sousa*, em uma das festas culturais realizadas. Também eram regulares as reuniões na casa da marquesa de Penalva, reuniões assistidas também por Gomes de Amorim. Com o caráter galante com que recebiam as pessoas, mandava-se prestar homenagem às senhoras, verdadeiras anfitriãs e juízas das resoluções da sociedade; a dona da casa era um dos elementos fundamentais dos salões.

O marquez atual, então na força da mocidade, amava a litteratura e cultivava a poesia. Tudo quanto havia de mais celebre nas letras e nas sciencias frequentava assiduamente aquella residencia fidalga. Apesar de obscuro e humilde, tive eu tambem a honra de assistir a esses serões instructivos e deleitosos [...]. A marqueza, senhora tão distincta pelas qualidades do coração e pelos dotes do espirito, como pelo nascimento, acolhia todos com igual bondade, e fazia as honras de sua casa com distincção suprema. Lhano, affavel, delicado e instruido, o marquez sabia conciliar de tal modo os animos, que concorriam ali pessoas de todas as côres politicas. (AMORIM, 1884, t. III, p. 260).

Em uma dessas noites, Garrett foi chamado para ler “uma comédia ou qualquer capítulo inédito”. Gomes de Amorim descreve que “no dia aprazado, as salas encheram-se das senhoras mais ilustres da sociedade lisbonense, e dos homens mais notáveis pelo saber e

<sup>19</sup> Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858). Deputado em 1834. Ministro do Reino em 1835 e 1839. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 21.

<sup>20</sup> Ver GARRETT, Almeida. *Parecer da Comissão sobre a Unidade Literária: relatório*. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunais, 1846, p. 188-9. In: *Revista Universal Lisbonense*, t. 5, nº 16, 10 de setembro.

<sup>21</sup> Maria Krus (1815-1884).

<sup>22</sup> Pedro Brito do Rio (1809-1869).

inteligência.” (AMORIM, 1884, t. III, p. 260), dando uma excelente ideia de como eram os costumes e os indivíduos que iam amiúde às sessões culturais. Só por si essa pequena descrição é indicativa de várias funções do salão: ele possibilitava o contato dos literatos da nova geração entre si e com o público, nesse instante mais heterogêneo.

Ainda havia jantares e chás literários que eram exclusivamente seguidos por exímios homens de letras, como os jantares na casa de Herculano. Tais ocasiões eram comprovações da existência de uma espécie de sociedade baseada no apoio mútuo; eles, apesar de informais, concretizavam-se por serem bem desenvolvidos, tinham hierarquia, presidente e rituais de acesso marcados. Por exemplo, o jantar oferecido para a apresentação de Gomes de Amorim:

Na festa litteraria, que me foi offercida pelos mais illustres escriptores que n’esse tempo havia em Lisboa, reuniram-se todos os homens notaveis da sciencia, da imprensa e da tribuna, sem excepção de côres politicas. Ali encontrei pela primeira vez, e tive a fortuna de travar relações íntimas com elles [...]. (AMORIM, 1881, t. I, p. 15).

Variantes de espaço, estavam nos novos cafés, mais abertos, os centros de opiniões. Eles anunciavam os acontecimentos dos últimos dias, conspiravam com a propaganda política, abalavam as famas, compunham artigos para revistas e jornais e liam as provas dos livros, ainda para um público selecionado. Todos esses espaços apresentados se mostraram adequados aos novos tempos.

No final do século, profundos temas ainda consternavam os espíritos: um era a defesa da Igreja contra os racionalistas; dentro do grupo católico era o que gerava conflitos entre progressistas e conservadores; dentro do conjunto racionalista, os moderados e os extremistas. Ou seja, alguns intelectuais tinham a opinião de que seria possível a religião caminhar junto com o progresso, desde que aquela não bloqueasse o pensamento para as circunstâncias revolucionárias a favor do crescimento da sociedade.

No século XIX, reis absolutistas e homens liberais tinham o papel de líderes dos dois movimentos que arrastavam muitos seguidores, cuja filosofia de vida era sempre lutar por Portugal. Os primeiros se apresentavam nas fileiras de D. Miguel I, rei deposto e banido por altura das guerras liberais que volta ao poder em 1828, após a morte de seu pai D. João VI. Os segundos tinham como exemplo D. Pedro, irmão de D. Miguel, que se dirigia à Europa a fim de restaurar a legitimidade do trono da sua filha D. Maria II e, ainda, pôr em execução a Carta Constitucional. Iam com D. Pedro na fragata *Rainha de Portugal* Almeida Garrett, além de

Alexandre Herculano, Joaquim Antonio de Aguiar, Julio Gomes da Silva Sanches, Antonio Fernandes Coelho, André Joaquim Ramalho, entre outros conhecidos.<sup>23</sup>

A vitória definitiva do liberalismo começou na Ilha Terceira, nos Açores, onde permaneceu viva a faísca de resistência liberal; agora, moderados e radicais se uniam a D. Pedro face à violência da repressão miguelista. A 3 de março de 1832, ao chegar à ilha, D. Pedro proclama-se regente e logo nomeia seu primeiro governo liberal composto por personalidades do lado moderado como Palmela<sup>24</sup>, Agostinho José Freire<sup>25</sup> e José Xavier Mouzinho da Silveira.

Concluídos os preparativos nos Açores, ergue-se a fragata *Rainha de Portugal* rumo ao norte do país. Primeiramente, a escolha foi a região do Porto e, após, o Algarve, para assim partir à capital. Em meados de 1833, a situação era desesperadora: fome, epidemias, deserções, atrasos de pagamento etc. A tomada de Lisboa deu-se em julho de 1833, prevendo já o fim do reinado de D. Miguel.

A 26 de maio de 1834, tem-se o fim da guerra civil portuguesa: na localidade de Évora Monte, foi assinada uma convenção que contava com a rendição dos miguelistas e seu líder; ainda com a proposta de paz, a *Convenção de Évora Monte* previa anistia de todos os crimes políticos, regresso às suas casas, além de continuidade da posse de bens pessoais. É notório que D. Pedro foi clemente com seus adversários; desse modo, alguns liberais não aceitaram o fato de a convenção ainda garantir benefícios a D. Miguel, como uma pensão anual no valor de 60 contos de réis, e aos militares de sua causa. Os radicais eram a favor de uma rendição incondicional.

Novamente acentua-se o conflito entre liberais radicais e conservadores. Primeiro, os radicais não estavam satisfeitos com a indulgência dada aos miguelistas; segundo, com a exclusão dos radicais do comando do governo. Nos ministérios saídos da guerra civil, ocupava cadeiras a ala liberal mais conservadora, fiel à Carta Constitucional de 1826, portanto denominada de cartista; a ala liberal mais radical foi deixada de lado. Eram nomeados para cargos públicos parentes e amigos dos conservadores. Francisco Gomes de Amorim é pontual ao frisar a quimera de que a família constitucional se uniria finalmente em torno do governo legítimo agora restabelecido:

<sup>23</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, t. I, p. 550-1.

<sup>24</sup> D. Pedro de Sousa Holstein Palmela (1781-1850). 1º conde, 1º marquês e 1º duque de. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 19.

<sup>25</sup> Agostinho José Freire (1780-1836). Ministro da Marinha (1832) e da Guerra (1832-34). Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 23.

Porém, os chamados *amigos de D. Pedro* pensavam e procediam mui diversamente. As intrigas continuaram, e os ministros, se não todos, pela maior parte, eram os primeiros que entibiavam o entusiasmo de Lisboa e dificultavam a fusão. Era ainda d'esse modo que manifestavam o seu patriotismo! (AMORIM, 1884, t. II, p. 4, grifo nosso).

É certo que as clientelas burocráticas e militares, surgidas por altura da guerra civil, encontravam-se divididas por diferentes tendências políticas desde o primeiro constitucionalismo, assim fomentariam no exílio e agravariam nos primeiros anos de governo liberal. O clima de concorrência entre esse conjunto de clientes de D. Pedro já se fazia sentir: Almeida Garrett já explanava a situação quando os liberais encontravam-se em São Miguel e o mesmo colaborava com Mouzinho da Silveira na reforma legislativa:

A minha curta estada nas ilhas foi impregada quasi toda nos trabalhos de legislação e organização administrativa a que allí se procedeu, e de que me encarregou a amizade e confiança de um amigo particular, então em grande valimento, ao qual e á dura necessidade de me achar eu unico allí que tivesse estudado aquellas materias, teve de ceder forçosamente a ciosa malevolencia dos accaparadores que ja na esperança estavam *devorando* as ruínas de Portugal a que almejavam chegar – pelos esforços e risco alheio [...]. (GARRETT, 1863, p. 18-19, grifo nosso)<sup>26</sup>.

Anos mais tarde essa confluência se tornaria mais intensa. Para se assegurar de apoios, D. Pedro distribuía, sem critérios pré-definidos, cargos e honrarias. A nomeação de comissões como hábito constituiu um inventivo recurso para unir o regime de favor com o princípio da competência.

Importava pouco se o homem convinha ao emprêgo, ou o emprêgo ao homem. Todo o iniciado mettia a mão na urna e tirava o que lhe cabia. Jurava defender a facção, prégar suas doutrinas, fazer guerra mortal de calúmnias, de injurias, de infamias a quantos não fossem do gremio, e ficava constituido dignitario *in partibus* de tal emprêgo, de tal honra, em tal sitio que os nossos soldados e voluntarios haviam de conquistar. Não bastavam os empregos antigos? fazia-se uma lei e creavam-se novos. (GARRETT, 1836, p. 2)<sup>27</sup>.

Com a morte de D. Pedro em setembro de 1834, foi decidida a maioria da rainha D. Maria II. Nesse primeiro período de restabelecimento da Carta, a situação ainda era de agitação social e tumultos; na Câmara dos Deputados, os mais radicais sentavam-se do lado esquerdo, enquanto os mais conservadores, que se identificavam com o regime vigente, tomavam assento à direita. Designavam-se mutuamente como direita e esquerda, ministeriais e antiministeriais.

O estado das finanças públicas era muito grave. Diversos empréstimos internos e externos, com juros elevados, tinham sido contraídos para fazer face às despesas da guerra. Em particular no primeiro ano que se seguiu à completa restauração do regime constitucional,

<sup>26</sup> GARRETT, Almeida. *Romanceiro*. Lisboa: Bertrand, 1863, vol. I, p. 18-19.

<sup>27</sup> GARRETT, Almeida. In: *O Português Constitucional*, nº 1, 2 de julho de 1836.

o estado financeiro agravou-se; a última dívida tinha em vista amortizar outras mais antigas, pagar vencimentos atrasados e indenizações, resgatar papel-moeda entre outros. A venda de bens nacionais era comumente realizada e a situação só piorava.

O descrédito das instituições parlamentares parecia evidente: para um grupo o mal estava no modelo de regime definido pela Carta Constitucional, que impedia a participação alargada da sociedade na vida política. Múltiplas razões justificavam essa crise: o preço superior ao real, inclusive do pão, a falta de pagamento dos funcionários públicos e das pensões, além da depressão causada pela venda de bens nacionais.

Culminava, à vista disso, em reações antiliberais pelas crises e injustiças nas quais a população passava. Foi então que em setembro de 1836, a rainha obriga-se a convocar cortes extraordinárias; dessa maneira, ocorre a ascensão do governo setembrista: favoráveis à Carta Constitucional de 1822, esse era composto pelo grupo mais radical do liberalismo, ou seja, membros da oposição anticartista. Os setembristas eram chefiados por Torres Novas<sup>28</sup>, Bernardo de Sá Bandeira<sup>29</sup> e Passos Manuel.

Segundo António Martins da Silva no livro *História de Portugal*, organizado por José Mattoso, os primeiros atos do governo setembrista tinham a função de disciplinar:

A preocupante situação financeira impunha também uma atuação disciplinada e disciplinadora: preferiram-se empréstimos internos e modificou-se o modo de venda dos bens nacionais, na expectativa de se conseguir mais dinheiro efetivo para ocorrer às despesas públicas e, em particular, aos elevados encargos resultantes da dívida externa [...]. Meio ano depois de o governo ter entrado em funções, o déficit orçamental tinha já sido reduzido para cerca de metade. Mas foi sobretudo no plano cultural e educacional que a primeira governação setembrista empreendeu sérios esforços: ordenaram-se medidas que visavam não só a criação e a reestruturação de estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência, como também o aproveitamento e a seleção de obras especializadas das livrarias dos extintos conventos para serem distribuídas por aquelas instituições. (SILVA, 1993, p. 102).

Não foi nada fácil o primeiro governo setembrista: menos de dois meses no poder, a rainha D. Maria II demite todo o poder supremo, inclusive Passos Manuel, e o substitui por um outro de feição contrário. Com a queda de Passos, cresceram as movimentações contra o regime vigente, ou seja, deixaram os cartistas motivados a voltar ao poder, em julho de 1837.

Depois disso, uma nova Constituição foi elaborada pelas Cortes Constituintes; essa nova lei representava uma união das Constituições de 1822 e 1826. Foi assim que, promulgada a Constituição de 1838, depositaram-se esperanças de uma união entre as duas correntes liberais. A rainha e outras figuras sociais importantes acreditavam no pacto; porém,

<sup>28</sup> Antônio César de Vasconcelos Torres Novas (1797-1865). Único visconde e 1º conde de.

<sup>29</sup> Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo Sá da Bandeira (1795-1876). 1º visconde e 1º marquês de. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 27.

a verdade é que esse novo documento não agradava nem aos setembristas nem aos cartistas e tornou-se, de certa forma, mais um motivo de discórdia.

Até aqui, foi feito um panorama de toda a questão liberalista do século XIX, além de um assentamento minucioso sobre a década portuguesa de 30. Agora, especificar-se-á sobre o período devorista, levando em conta os intelectuais precursores, as posições humanistas e a contrariedade de valores da sociedade. Os anos de 1834 a 1836 serão analisados a fundo, para se ter uma ideia mais relevante do que se sucedeu com o país e quem estava no poder.

## **1.2 O Devorismo (1834 – 1836)**

Fazendo um panorama do século XIX em Portugal chegamos aos mais notáveis esquemas da revolução liberal e à decadência da conservadora estrutura social portuguesa. O país que enfrentava guerras marcadas pela oposição entre as facções liberais e miguelistas tinha mentalidades já há muito enraizadas, que se opunham vivamente às mudanças necessárias à instituição de uma nova ordem social, política e econômica.

Os discursos contrarrevolucionários até então vigentes apresentavam a nação como um conjunto de portugueses que se afirmava através de uma identidade nacional, baseada nas instituições tradicionais, no rei e na Igreja. Com isso, os liberais imprimiram um caráter demolidor a esse tipo de nacionalismo, associando os amigos da pátria aos defensores da Constituição e os inimigos da pátria aos realistas.

A primeira pulsão liberal está intimamente ligada a um movimento intelectual aliado ao pensamento iluminista, à maçonaria e a uma nova mentalidade pré-romântica. Em todos esses objetos, os intelectuais da época, sendo políticos ou homens de letras, foram insígnias, considerados defensores dos ideais que pregavam a queda do absolutismo e a ascensão das ciências e das artes.

As cabeças pensantes eram participantes ativas nas lutas revolucionárias, propagavam valores entusiastas e defendiam a democracia com veemência. A literatura tinha uma responsabilidade sócio-educativa e era colocada a serviço da multiplicação da ideologia restauradora.

Almeida Garrett, por exemplo, não era contra o catolicismo, mas sim contra a beatice ignorante que se fazia presente, buscando um Cristianismo conveniente ao modelo liberal. Foi um homem presente nos momentos cruciais da história do seu tempo, estando em meio aos

paradoxos que se elevavam como a religião partida e, até mesmo, a divisão dentro do próprio liberalismo. Alvo tanto de absolutistas como de liberais, Garrett tinha uma posição independente, que fazia com que os mais exaltados o criticassem.

O liberalismo venceu, mas custou a se consolidar. O antigo regime foi derrotado, porém suas aspirações ainda se mantiveram. Por D. Pedro, foram afastados do poder todos os partidários absolutistas, aristocratas de origem. A prioridade era formar um ministério cartista, ou seja, o governo dito dos amigos de D. Pedro, dos ditadores, ou dos chamorros; sobretudo, os ditadores começaram combatendo o partido aristocrático e, à esquerda, o radicalismo.

A Carta Constitucional de 1826 serviu para eleger a primeira Câmara dos Deputados desse período. Os bens da coroa, da Igreja, da Universidade de Coimbra eram considerados bens nacionais e, agora, anunciadas suas vendas. Além disso, a morte de D. Pedro, única autoridade que estava acima de todas as facções, abriu os caminhos das desventuras.

Antes de morrer, D. Pedro encarregou Palmela de formar um governo universal. O ministro, nesse primeiro ano, foi um dos grandes mentores dos rumos da política portuguesa. Em tal grau, ele tentava a todo custo conciliar os vencidos com os vencedores e representava intencionalmente a paz com o que restava do antigo regime, ao mesmo tempo em que se mapeava um governo cujos vintistas representariam a ordem revolucionária e os radicais seriam a garantia de futuras agitações. Vasco Pulido Valente escreve em *Os Devoristas*:

Na nobreza titular, na pequena fidalguia, na Igreja e até na magistratura, de puro pânico, o conservadorismo fora por uns tempos *palmelista*. Procurava em Palmela uma cabeça e um protetor. Mas Palmela assistira inerte às reformas da *ditadura* e à terrível perseguição aos vencidos. Durante um ano, exibira à saciedade a sua impotência. Quando recebeu o poder, se não estivesse já desacreditado, as manobras de aliciamento da Esquerda [...] e o torpe conúbio com os *ditadores*, principais responsáveis pela política de guerra e destruição, que ele tão veementemente condenara, teriam acabado por o liquidar. Na aparência triunfante, com a oportuna morte do regente, Palmela estava só. Odiado pelos *miguelistas*, odiado pelos *radicais*, odiado pelos próprios parceiros. (VALENTE, 1993, p. 21-2, grifo do autor).

Os radicais aos poucos começaram a perceber que apenas sobraria um papel coadjuvante para eles nesse governo. Palmela declarou-se presidente do conselho; desse modo, palmelistas e ditadores tinham a maioria da Câmara dos Deputados, da Câmara dos Pares e, ainda, a vantagem real, pois D. Maria Ihes apoiava.

Encarregado da administração local como Ministro da Fazenda, Mouzinho da Silveira, outro homem político contribuinte da vitória liberal que ditava as direções, sempre foi preocupado com as indenizações e com a venda dos bens nacionais; às vezes também tinha algumas posições arredias: extinguiu os tributos indiretos que a esquerda defendia. Segundo Garrett, na sua *Memória Histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira*, de 1849, o político:

[...] não tomou parte nas contendas políticas em que tudo então fervia; antes, seu espirito recto e eminentemente práctico, naturalmente fugia d'aquellas supremas questões de theoria, d'aquellas lutas dogmáticas em que a revolução se gastava [...]. (GARRETT, 1849, p. 988)<sup>30</sup>.

Também Francisco Gomes de Amorim cita esse mesmo texto de Garrett sobre a relação com Mouzinho:

Mouzinho da Silveira que inteiramente se tinha apoderado do animo de D. Pedro, [...] aproveitou, digo, aquella ocasião certamente unica, para fazer acceitar e converter em leis as suas refórmas radicaes e tremendas. [...] Garrett trabalhou na maioria d'ellas, discordando muitas vezes das opiniões de Mouzinho, disputando em muitos pontos, especialmente nas questões de circumstancias e de tempo, nos detalhes de muita cousa, em que era quasi sempre vencido, não tanto pela auctoridade do logar quanto pela da pessoa. (GARRETT, 1849, p. 993).

No poder judiciário, a esquerda também não tardaria em perder lugar: a reforma administrativa estabelecida por Mouzinho da Silveira colocou nos tribunais de primeira e segunda instâncias juízes de direito, que eram escolhidos pelo governo.<sup>31</sup> Assim, estava garantido o domínio completo do poder dos ditadores; debilitadas as grandes instituições do antigo regime, como a Igreja e o clero, e derrotados os grupos sociais que o sustentavam, esse vazio que restou clamava por uma autoridade incondicional. Perante o estado que tinha chegado o país, o poder tinha que ser forte e estável, senão doutrinaria o caos.

Provadores da desordem, é notório, ainda, que milhares de miguelistas eram mortos a cada dia e, por isso, muitos viviam na clandestinidade, ao passo que a guerra civil continuava. O exército se dissolveu em pequenos bandos de salteadores, que matavam em proveito das suas vinganças pessoais. Na verdade, a violência não vinha mais de um lado do que de outro, vinha do buraco causado pelo antigo regime, vinha da desintegração da guerra que nada ainda substituíra. Pulido Valente define bem esse momento da história: “a desordem do país, o colapso das instituições do Antigo Regime e a fraqueza do partido liberal não eram as únicas razões que impunham e justificavam a *ditadura*” (VALENTE, 1993, p. 32, grifo do autor).

Sabe-se que os homens de grande cultura literária e política é que orientavam as direções; esses sabiam muito bem sobre a arte e a ciência de governar de acordo com seus interesses e concatenavam seus princípios e opiniões públicas com o povo, moldando-o de acordo com a sua conveniência. Diante disso, questiona-se o fato de Palmela ter feito questão de acentuar a divisão dentro do liberalismo, enquanto as circunstâncias suplicavam para que eles se unissem; parecia querer, a todo o momento, colocar o radicalismo contra a ditadura, e

<sup>30</sup> GARRETT, Almeida. *Memórias Biográficas*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1. p. 986-1000.

<sup>31</sup> Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 28.

não associá-los, como D. Pedro tinha lhe recomendado. Para ele, a conciliação com o regime antigo absolutista era possível, mas, por sua vez, nunca falava em uma harmonia dentro da própria família liberal.

Para reconstruir essa ordem social perdida era necessário solidificar o que restava do sistema antigo e moldá-lo no sistema liberal. Não bastava somente força armada, nova administração e tribunais, pois sem os padres, sem os pequenos fidalgos e sem os magistrados do absolutismo a confusão continuaria. Todos esses deveriam ser bem-vindos e instruídos dentro dos novos preceitos de um governo liberal, dando novas formas à sociedade portuguesa em formação. Mouzinho tinha uma opinião enérgica: “o governo precisava dos *migueis* inteligentes e probos, até para ir neutralizando os outros” (VALENTE, 1993, p. 33).

Tratava-se da afirmação da legitimidade. Nomear homens com posição neutra ou que não estiveram na prisão e no exílio, ao invés de liberais que lutaram e deram todas as suas forças em defesa do novo regime. A melhor ideia de moderação seria uma monarquia sem fanatismos e sem facções, em que católicos e liberais – radicais e moderados – governassem.

Passaram a odiar os *devoristas*, ou seja, os aristocratas e os chamorros que, uma vez unidos no governo como estavam, se propunham a *devorar* o país. Os miguelistas nunca iriam esquecer o passado e aceitar o presente. Gomes de Amorim diz:

Se, como por mais de uma vez se tem dito n'estas memorias, D. Miguel soubesse aproveitar-se das dissidencias do partido liberal, houvera sido inteiramente diverso o resultado da lucta. Mas os partidarios do usurpador confiavam menos no seu grande exercito do que nos beatos e milagreiros. (AMORIM, 1881, t. I, p. 578).

Ainda, os moderados desprezavam completamente o partido radical, pois acreditavam que os cargos importantes do exército e da administração eram seus por direito; nesse meio, não foi difícil para os radicais, inclusive guerrilheiros voluntários da pequena-burguesia, instigarem a raiva contra esse regime. Rodrigo da Fonseca Magalhães, outro insigne na luta liberal, opinava: “salvo raríssimas exceções, os radicais eram indivíduos sem serviços e sem talentos, que nas horas de angústia e de perigo não tinham aparecido e, no exílio, se tinham aplicado a desvairar o espírito, a desunir e a enfraquecer os combatentes da liberdade.” (VALENTE, 1993, p. 36).

O primeiro passo dado contra o devorismo estava em destruir a ideia falsa de que permaneciam no poder os verdadeiros fundadores do liberalismo, únicos a terem lutado na guerra; a vitória liberal deveu-se ao sacrifício e à coragem de milhares de soldados, não exclusivamente do lado moderado, patriotas, que buscavam na razão, no progresso e na

justiça, quebrar as algemas do povo e iluminar seus caminhos para o futuro. Passos Manuel, era favorável a essa teoria:

Falais no campo de Lóbios? Estivemos lá quase todos. Falais nas águas da Terceira em 16 de Janeiro de 1829? Aí estiveram o general Saldanha, o coronel Pizarro e o sr. Leonel Tavares. Falais em 11 de Agosto? Aí estiveram o sr. Bernardo Joaquim Pinto e o sr. Pina Cabral. Falais no cerco do Porto? Também tinham lá estado quase todos, muitos no de Lisboa, muitos no de Marvão, muitos no de Faro e muitos sempre onde fora preciso, nas prisões, no exílio, na guerra. (VALENTE, 1993, p. 38).

O segundo estava em abrir os olhos dos habitantes sobre as indenizações concedidas e os empregos arrançados. Palmela, a essa altura, já tinha acumulado diversos cargos como Presidente do Conselho, Presidente da Câmara dos Pares, capitão dos arqueiros da Guarda Real, marechal de campo entre outros; além disso, já tinha nomeado para funções públicas vários de seus parentes mais próximos. De vez em quando recebia grandes quantias do Estado sem declaração precisa, verbas que às vezes não entravam no orçamento; como ele, outros chamorros também usavam da sua influência para se ressarcirem do prejuízo da guerra, mesmo com o pouco dinheiro que havia na caixa do governo.<sup>32</sup>

Todos sentiam a ausência de uma ordem social. Os portugueses tinham deixado de ser um povo disciplinado por leis ao seu benefício e consistente de identidade; agora, eram apenas um conglomerado de indivíduos. O devorismo não era apenas uma facção, era algo que consumia o país na sua parte mais profunda e destruía-o, dissipando a monarquia e a democracia.

As principais reivindicações dos radicais eram, além de uma nova reforma administrativa, sem a exclusão de seus partidários do poder central, um maior rigor nas indenizações, nos empregos e nas patentes do exército. Aos poucos, os radicais iam conseguindo certo espaço, quando, declarada a absoluta incompatibilidade entre a oposição e o governo. Foi nesse momento que Silva Carvalho<sup>33</sup>, ministro da fazenda que fora membro do sinédrio juntamente com Almeida Garrett, aliou-se a Passos Manuel para tentar negociar com o lado radical.

Entrou em vigor o plano de Silva Carvalho: colocar em funcionamento regular as finanças do Estado. O país, atolado em dívidas que nem se contabilizavam, dívidas velhas contraídas por D. Miguel e novas adquiridas pelos liberais, havia abolido os impostos.

<sup>32</sup> Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 39-40.

<sup>33</sup> José da Silva Carvalho (1782-1856). Ministro da Fazenda em 1832. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 23.

Primeiramente, Carvalho queria extinguir o papel-moeda; depois, queria converter parte da dívida externa em interna. Outra ideia era a de levantar a agricultura.

Na parte dos bens nacionais, Silva Carvalho tinha a intenção de fazer fortes mudanças na divisão das propriedades e, com isso, proliferar os pequenos proprietários. Nesse projeto, era aceito todo o tipo de títulos em troca de bens nacionais. Acontece que os notáveis do regime já eram proprietários da maioria dos títulos, o resto estava concentrado em poucas mãos e as pessoas que os possuíam, na verdade, desejavam ver-se livre deles. Dessa forma, acabava que os bens eram vendidos por preços muito abaixo do seu valor verdadeiro.

Continuava assim a desvantagem: os principais compradores eram fatalmente gente que já tinha muita terra e muito dinheiro. Mais uma vez, eram favorecidos funcionários de altos cargos em detrimento dos que tinham se escondido, tinham sido presos e pequenos lavradores, ou seja, gente que não tinha garantias de melhoria de vida. Além disso, os *devorados* ainda somente conseguiam pequenos terrenos locais, diferentemente dos outros que compravam especialmente em Lisboa.

De imediato o que se concluiu foi a grande quantidade de papel absorvida e emitida pelo Estado. O crédito público, objetivo de Silva Carvalho, não se fortaleceu. O principal resultado foi o enfraquecimento do sistema geral dotado por Carvalho sobre os bens nacionais.

Quanto às indenizações, os radicais eram a favor de apoderar-se dos bens miguelistas; qualquer reparação a ser paga deveria sair do patrimônio de quem atuou, contribuiu e participou do miguelismo. Era correto, diante de uma sociedade que brigava pela liberdade e pelo crescimento de um Portugal igualitário sem injustiças, lucrar com os bens da repressão? Passos Manuel foi categórico ao dizer que “os culpados do triunfo do ex-Infante e da guerra civil não tinham sido só os miguelistas, mas toda a nação, a nação que não tivera coragem para se opor à tirania e que se deixara avassalar e oprimir por um malvado comum” (VALENTE, 1993, p. 73).

O radicalismo, desse modo, caiu em cima de Passos e logo o fez romper com a extrema esquerda, chamando-a de partido *irracional*, composto por homens “abjetos, sem consciência, sem honra e sem princípios”. Outro liberal participativo, Rodrigo, era contra as indenizações e acreditava que “a liberdade das nações jamais se comprava por barato preço e que a liberdade de um povo valia todos os sacrifícios que esse povo por ela fizesse” (VALENTE, 1993, p. 75).

Também da mesma opinião, Herculano, outro grande homem letrado fiel aos princípios liberais, não dava crédito ao crescimento do país devorando também os vencidos e, portanto, afirmava:

[...] tratava-se de evitar que se taxassem os exílios, as perdas efetivas, os lucros cessantes, as perseguições. A religião do juramento, a fé nos princípios, a lealdade à dinastia deviam ser uma herança de honra e não mero capital com juro. Os heróis não se podiam converter em chatins. (VALENTE, 1993, p. 76).

Por fim, a vitória nas leis das indenizações termina, não obstante, por transferir os bens da Igreja e da Coroa para uma pequena classe de distintos privilegiados, culminando na depreciação da grande massa militante da revolução, que se encontra sem títulos, sem dinheiro e sem propriedade.

Outro importante ponto que dividia as opiniões dos liberais, era a questão dos empregos cedidos: os radicais queixavam-se de que os empregos públicos eram manipulados, destinados às pessoas indiferentes à causa liberal e aos miguelistas. O projeto de lei apoiado pela esquerda pregava a expulsão dos miguelistas dos cargos públicos; mas, como identificá-los? A Câmara não os caracterizava com uma lei explícita e, assim, taxaram de miguelistas toda a gente que não fosse comprovadamente da esquerda, critério ao qual, para eles, seria a defesa legítima dos sacrifícios. Aguardavam ansiosamente por esses empregos, porém, poucos cargos ficaram vagos, já que, de acordo com um decreto de 6 de agosto de 1833, apenas eram considerados miguelistas quem fora nomeado pelo próprio, não aqueles que tinham qualquer participação.

O radicalismo, assim, perdera sua terceira batalha. Entretanto, com o boato de que Palmela haveria envenenado o príncipe Augusto, primeiro marido de D. Maria II, o cenário começou a mudar, contribuindo para a queda do duque. Sabia-se que agora os radicais partiriam para a violência. Recomeçaria a colaboração política da plebe urbana e, agora, a da Guarda Nacional ao radicalismo; esta última estava mais popular, sendo seus baixos escalões logo comandados por irracionais. Foi nesse momento, em abril de 1835, que acabou o poder efetivo de Palmela.

De maneira geral, os vários grupos faccionistas refletiam nas correntes políticas do país. Eles representavam um eco que eclodia, deixando vestígios por onde passassem; e a democracia estava ali para justamente se fazer repetir. Milhares de notáveis tinham se incompatibilizado com a direção que o governo seguia e, assim, resolviam seguir tacitamente a outra, por suas próprias convicções. Esses sim eram quem movimentava toda a história. Se resolvessem excluir os *palmelistas*, os *saldanhistas*, os *passistas* e os *rodriguistas*, juntos com

os radicais, tanto moderados como *irracionais*, no fim o que restava? Meia dúzia de pessoas que eram indiferentes a qualquer movimento reformador. E de tal sorte quem seria causador da revolução?

Caído o governo de Palmela, muitos outros políticos vinham à tona, e os anos que se seguiram foram determinantes. Cada um com sua filosofia entrava e saía do poder deixando sua marca; porém, os governos que passaram, a partir desse momento até a Revolução de Setembro, não foram duradouros. Portugal estava desacreditado no cenário internacional, “ninguém queria, aliás, arriscar um tostão num país em que os governos mudavam de três em três meses”. (VALENTE, 1993, p. 164).

Seguiram então Linhares<sup>34</sup>, cujo governo durou 21 dias. Uma tentativa de fusão de Palmela e Saldanha<sup>35</sup>, que durou 44 dias. Até aqui, a preocupação estaria em saber quem seriam os novos detentores do poder; os portugueses continuavam em um cenário deplorável. Não só não se tomara nenhuma iniciativa para pôr fim ao caos administrativo e judicial, como também para garantir a segurança de bens e, principalmente, pessoas.

As negociações para um novo ministério vinham, em tal caso, agora com a volta de Silva Carvalho e Rodrigo. Este trazia uma nova fórmula, na tentativa de acertar os gostos dos grupos de conflito: percebera a forma leviana de tentar neutralizar o radicalismo, pois achava que a esquerda, assim, nunca sosseitaria. A única maneira de civilizar o lado radical seria integrá-lo no regime, lugar em que sempre se achou excluído. Isso, indubitavelmente, implicaria nomear alguns representantes esquerdistas no ponto principal.

Acabar com a desordem na província era o que Rodrigo previa. Pensava que a família liberal deveria, de uma vez por todas, se unir para só, desse jeito, assentar o país. Quis reformar a instrução pública, a primeira do constitucionalismo liberal, para que o ensino primário oferecesse a promoção da civilização e da ideologia política. Desprezava a Universidade de Coimbra, achando-a retrógrada, e iria anunciar a omissão da Faculdade de Teologia; com esse perigo iminente, que mexia com os interesses dos radicais, eles combateram, não apoiaram Rodrigo e tanto foi que o governo sucumbiu.

Realmente parecia que a extrema esquerda nunca estava satisfeita. Estavam mais inquietos em destruir o predomínio da facção moderada da direção dos negócios públicos do que apreensivos com as reformas administrativas, fiscais, judiciais etc. Vinham, portanto, com novas reivindicações: queriam a redução dos ordenados dos deputados, o pagamento de um

<sup>34</sup> D. Vitório Maria de Sousa Coutinho Linhares (1787-1856). Conselheiro de Estado e par do Reino. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 94.

<sup>35</sup> João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876). 1º conde, 1º marquês, 1º duque de. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 20.

único ordenado, a proibição de acumulação de cargos e, a velha reclamação, demitir miguelistas<sup>36</sup>.

Das poucas vezes que foram aplicados programas positivos, com o objetivo de beneficiar a população e o país, nenhum teve uma economia considerável capaz de tirar o capital da baixeza. Ao invés disso, as despesas públicas só cresciam – acontecia que o número de moderados nomeados excedia o número de homens demitidos, o que ocasionava um desequilíbrio. Entretanto, a pequena burguesia radical focava suas forças na repugnância que sentia pelos dominadores; excluída do prestígio pelo Estado, o seu foco supremo consistia, acima de tudo, em derrubar a oligarquia do momento. Pouco se importavam com melhoramentos destinados a estabelecer o princípio da igualdade e criar uma verdadeira democracia. O ódio entre ministeriais e a oposição era maior do que a raiva que deveriam uní-los contra os miguelistas.

O último instrumento de ordem também estava abalado: a exibição devorista intensificava a facção radical no exército, que começava a dissolver-se. A maioria dos oficiais nada tinha recebido ainda e vivia na miséria. Portugal continuava ao arbítrio de pequenos grupos armados. Em outras palavras, o governo se apresentava como o partido da ordem, mas a arruaça reinava; ele dizia-se dono da salvação financeira, todavia se limitava ao estado de insolvência. Não fizera nada para restabelecer a disciplina no exército, pelo contrário só fazia crescer o descontentamento.

Para Portugal, se oferecia uma direita fraca e uma esquerda medíocre. Ainda assim, contra a máquina do Estado e do Ministério, mesmo deficiente e débil, nenhuma rede de intrigas ou organização voluntária ainda podia competir. A aristocracia do país, que fora governado por reis e príncipes até Palmela, evidenciara um prolongamento dessa velha legitimidade; ainda estava por levantar a plebe revolucionária, ocupando o lugar principal no governo. Constantemente havia tentativas de abater o conjunto que constituía o gabinete governativo – ora, para a oposição ganhar as eleições, devia-se, primeiramente, eliminar o governo, por meios legais ou ilegais; com isso, não existia devoto do radicalismo que não experimentasse.

Nesse ínterim, a Guarda Nacional, já cansada de ser devorada, aparecia pela primeira vez como legítima representante do povo. O radicalismo tinha agora instituído a Guarda e o exército, esperando apenas seu consentimento para uma revolta. Podiam usar o aparelho do

---

<sup>36</sup> Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 111.

Estado em seu benefício. Para isso, nomeou-se Francisco Antônio de Campos<sup>37</sup>, liberal perito em filologia e gramática, que tinha como política de governo aumentar as economias para aliviar o país; tratava-se de colocar um fim ao devorismo e à devassidão.

Queria cortar metade dos ordenados dos ministros, dando a outra metade ao Estado, recensear os titulares de pensões e outros ganhos, fato que o Estado já não mais controlava, e estabelecer impostos progressivos. Não obstante, mais do que um plano financeiro, o orçamento de Campos visava atacar diretamente os devoristas.

Outra meta estava em acabar com os detentores de papel e valorizar o metálico, pois considerava que este último era o único meio genuíno de pagamento. Acontece que os títulos, pensões e ordenados, além de indenizações, eram pagos em papel; dessa forma, os negociantes, os industriais, os artesãos e os proprietários, vítimas do papel, saíam prejudicados.

Em março de 1836, empurrado à falência, mais um governo falhava e caía. Portugal necessitava do retorno de um vetor. Não existia qualquer elemento estável à época. Eram necessários resultados materiais. Quem ainda hesitava em condenar o governo, agora deixava de vacilar. Tudo não passava de desmoralização, na qual o poder público tinha desaparecido ou se escondia.

Vasco Pulido faz um panorama sobre esses anos:

[...] existia muita gente sem meios de vida, a que se juntavam os frades que o Estado não pagava, soldados desmobilizados do exército miguelista agora reduzidos à miséria e milhares de trabalhadores e camponeses pobres a quem a guerra abrira novos horizontes. Esta massa enorme vivia de expedientes: de empregos casuais, de esmolas e do roubo. No Porto e em Lisboa, todas as noites havia assaltos, com tiros e mortos, perante a indiferença ou a impotência das autoridades. (VALENTE, 1993, p. 145).

Sempre presentes na história, os clubes ou sociedades secretas efetivamente eram o ponto central de onde emanava toda a exaltação político-filosófica. Nesse passo, em março de 1836, tendo em vista a posição desesperada do governo, foi fundada a *Sociedade Patriótica Lisbonense*, com sede no antigo hospício de São Camilo de Lelis, assim denominada vulgarmente como *Clube dos Camilos*. Como de tradição, várias personagens versadas em assuntos literários faziam parte dele, levando o peso do seu intelecto ao surgimento de novas alianças políticas e novas concepções; dentre eles, apareciam como presidente Francisco

---

<sup>37</sup> Francisco Antônio de Campos Foz Côa (1780-1873). Único barão e 1º visconde de. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 58.

Saraiva e os sócios Francisco Antônio de Campos, Braamcamp<sup>38</sup>, Leonel Tavares<sup>39</sup>, Antônio Bernardo da Costa Cabral<sup>40</sup>, José Alexandre de Campos<sup>41</sup> e, finalmente o poeta Almeida Garrett. Queriam uma organização que associasse, de maneira imutável, o descomunal do radicalismo à multidão pequeno-burguesa, ou seja, ao povo, culminando, um tempo depois, nos moldes da Revolução Setembrista.

Mais outro governo caíra. Aos poucos a esquerda percebe que, mesmo tendo a maioria na Câmara, estaria sempre limitada, havendo a possibilidade de ser neutralizada pela Coroa ou pelos Pares; enxerga a sua incompatibilidade de governar com a Carta Constitucional em vigor. Os clubes e a imprensa bradavam por uma corrente nova – que não fosse nem moderada, nem conservadora, nem radicalista, no mesmo parâmetro das que já existiam, e que desse urgentemente uma solução para o caos do país. Na realidade, qualquer desfecho que concluísse excluir a esquerda deveria ter muita autoridade militar e crédito, porque o poder agora fora conquistado pelo povo.

A divisão nítida dos campos e o perigo de um confronto geral inspiraram algumas dúvidas com relação à natureza política do governo. Foi então que de abril a setembro de 1836, estabeleceu-se novamente um governo conservador e a direita teve seu regresso. O poder que a direita voltava a receber era puramente fictício; precisava-se de alguém momentaneamente no poder para colocar as finanças no lugar e dar ordem ao exército. Não tinha maneira rápida de reconstituir o que em dois anos de constitucionalismo havia se degradado: o exército e as finanças de Portugal estavam completamente arrasados.

Para adquirir substância, o poder supremo deveria durar, somente depois abrandar os negócios e exterminar a anarquia. Até o momento nenhum ministério tinha criado vínculo; era móvel, o que já estava deixando o povo fatigado. Todos sabiam da existência da crise econômica e da proporção que atingira o desemprego, por isso corriam atrás de uma coisa sólida.

Restavam resumidamente dois verdadeiros partidos: aquele da ordem e o da desordem; a essa altura não era fácil identificar claramente os lados políticos, todos tinham se misturado, até mesmo quem partilhava os extremos. Tudo estava solto, esperando algo ou alguém para reparar as arestas sociais. Ao dia 16 de junho de 1836, *A Revista*, folha oficial do governo, definia, ainda com velhas indiferenças, os irracionais como:

<sup>38</sup> Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco Sobral (1775-1846). 1º visconde e 1º conde de. Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 131.

<sup>39</sup> Leonel Tavares Cabral (1790-1853).

<sup>40</sup> Antonio Bernardo da Costa Cabral (1803-1889).

<sup>41</sup> José Alexandre Caetano de Campos. Vice-reitor da Universidade de Coimbra (1832-36). Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 26.

Quem são os irracionais? [...] aqueles que ficaram em Bruxelas, Paris, Londres e Hamburgo, a passear, comer bons bocados, a gozar de boas raparigas e a escrever papelotes e desenhar caricaturas contra o Pedro, enquanto este e os seus chamorros defendiam a cidade eterna. São aqueles que depois da mesa posta vieram a toda pressa para governar e ser deputados. São aqueles que não quiseram a Regência do imortal duque de Bragança... São aqueles que promoveram o assassinio do duque de Palmela, arranjaram a guarnição de Lisboa para obrigarem a rainha a fazer um ministério de judeus (Francisco Antônio de Campos) e de alarves (Velas Caldeira)... São esses deputados que tudo têm atrapalhado, que não deixaram que a Câmara fizesse coisa alguma a bem da Pátria, que levaram aí a discussão das regateiras, os sarcasmos, as invectivas, as reticências, os desafios e a batalha das cadeiras... São esses senhores que aumentam o seu partido com salteadores e miguelistas... São os que não quiseram que o príncipe fosse comandante-em-chefe só para o desgostar e à rainha, e pôr embaraços ao governo... São a peste que substituiu em Portugal a cólera morbus... (VALENTE, 1993, p. 1662).

Quem era mais emendado para governar o país? O exílio, um dos pontos de divergência entre as partes, era entendido pelos moderados como uma viagem de férias, como se muitos, não gostando da atual situação do país, tivessem resolvido, por conta própria, buscar novos ares em outros países; revolucionários foram expulsos do país pelas suas aspirações liberais, expelidos sem dinheiro para fora da sua terra natal.

A intransigência dos conservadores já era resultado do desespero. Foi assim que decidiram fechar o *Clube dos Camilos*, para que não corresse a mais leve agitação. O restabelecimento da ordem e a estabilidade do poder central eram questões primordiais para a restauração do crédito e a recuperação econômica; a cena que se apresentava parecia por si só exigir a destruição total dos anarquistas. Os clubes secretos, mesmo os que tinham sido fechados, continuavam a conspirar. A realidade era que havia falta de dinheiro para sustentar o funcionalismo e subsistir a Igreja e o exército. O pouco dinheiro que tinha ia satisfazendo os juros da dívida externa. O Tesouro Público decretara estado de falência total a 14 de julho de 1836.

Já havia sinais da revolução que se instalaria em setembro. Prova disso foi a criação do periódico *O Português Constitucional*, no qual, solicitado por seus amigos, juntamente com Passos Manuel, Almeida Garrett foi redator chefe. O primeiro número, publicado em 2 de julho de 1836, trazia na introdução a história do partido constitucional desde 1820. Gomes de Amorim traz fielmente a transcrição do início do jornal:

Não havia ainda partido constitucional; formou-se então. O pequeno numero de apóstolos e discípulos da liberdade, que no poder não avultava, e que por sua inexperiencia não tinha conseguido acreditar-se, agora, quando dispersados pelo exilio, pelos carcereiros, engrandeceu-se, e propagou por seu illustre martyrio a crença de principios que até ali nem exame tinham merecido. O povo portuguez começou a reflectir, a comparar. [...] Viram-nos ir pobres para o desterro, mendigar nas cadeias, e padecer resignados pela causa, que abraçavam: e quem

deixava, depois de tres annos, o governo de Portugal como D. João de Castro deixára o da Índia, não precisa justificar-se aos olhos do povo. (GARRETT, 1836, p. 1)<sup>42</sup>.

Esse início mostra que João Baptista, como outros intelectuais liberais exilados, tinha regressado ao país com outras visões, amadurecido no exílio, engrandecido com os obstáculos impostos no amargo desterro. Demonstravam outro entendimento em relação a alguns estratos da sociedade e à direção que tomava o liberalismo. Desejava passar essa posição adiante, começando por combater o ministério. Para isso, utilizou-se de uma velha dedicação – o jornalismo.

Também nessa apresentação política, o jornal dava à corporação constitucional uma divisão simples: o *partido corruptor* e o *partido constitucional*. O primeiro foi aquele que dera por “de trás dos baluartes do Porto” títulos, patentes, ofícios e cargos na Câmara e nas províncias, quando no país “ainda não havia reino, nem corte, nem empregos, nem foro nem tribuna, nem igreja, nem fazenda pública”<sup>43</sup> formados. O segundo, aquele constituído por soldados que travaram lutas e pelos voluntários que desprenderam forças, e, para o bem da sociedade portuguesa, ganharam a guerra.

O artigo, que deixou muitos furiosos no ministério, marcou o retorno de Garrett. A reparação do escritor na política exemplifica bem as contradições e o destino do radicalismo moderado. Garrett estivera dois anos em Bruxelas como Encarregado de Negócios Estrangeiros e fora demitido, dando lugar a um protegido de D. Maria. Voltara a Lisboa sem dinheiro, sem emprego, cheio de dívidas e doente; foi também um sofredor do devorismo, apesar de nunca ter desistido do seu país natal.

O regime de tirania e corrupção durou dois anos, aguentados pacientemente pelos combatentes da liberdade, a espera de abrir para sempre os olhos dos indivíduos portugueses. Garrett estava novamente em cena, representando a sociedade acuada, e trazia ao clima tenso novas respostas para as angústias da nação; todavia, em nome do seu padrão político, avisava aos mais radicais:

Queremos liberdade: este é o nosso partido. Mas queremos-la com leis, sem anarchia, sem immoralidade, com religião, com reformas, com economia, com todas as suas condições, e em todas as suas consequencias. Seja quem for, é do nosso partido quem professar e praticar estas doutrinas. É nosso inimigo quem professa as contrarias. (GARRETT, 1836, p. 2)<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> GARRETT, Almeida. In: *O Português Constitucional*, nº 1, 2 de julho de 1836.

<sup>43</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. II, p. 215.

<sup>44</sup> GARRETT, Almeida. In: *O Português Constitucional*, nº 1, 2 de julho de 1836.

O mundo velho mostrava-se em conflito com o mundo novo nos oitocentos. Por isso, os homens de grande cultura nesse meio oscilavam ora por uma posição ora por outra. Garrett sempre teve o núcleo da sua posição determinada – a busca incessante pela liberdade.

Os aristocratas achavam que o povo não era capaz de agir por conta própria. Para eles as ordens inferiores não tomavam grandes proporções, pois lhes faltava uma referência. Achavam que nenhum general se poria na frente das tropas do povo e que o mesmo, sem um comandante, não faria sublevação. O perigo da revolta não teria a menor capacidade contra o poder legítimo.

Foi quando em 9 de setembro, chegaram a Lisboa os deputados oposicionistas do norte, grupo composto pelos principais influentes da maçonaria. A vinda desses deputados rebentou na famosa Revolução de Setembro; com a multidão, todos os vitoriosos proclamaram a Constituição de 1822. Deu-se a queda do ministério e a ascensão de Manuel da Silva Passos, Sá da Bandeira, Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro<sup>45</sup> e conde de Lumiares<sup>46</sup>.

Garrett a priori desaprovou esse movimento. Ele não propusera explicitamente que se fizesse uma revolução, apesar de não desconhecer que ela estava a caminho. O periódico favoreceu a aliança com a esquerda e tornou a agitação substancial. Sem ela, tudo não passaria de um pequeno tumulto; desde seu começo o jornal de Garrett contribuíra para derrubar o ministério. Todavia, o poeta não defendia a volta da Carta Constitucional de 1822 e sim que fosse modificada. Mesmo pertencendo ao partido dos que a promoveram, largou logo a direção de *O Português Constitucional*. Seus preceitos efetivamente eram a rainha e a liberdade.

A rainha deveria assinar os decretos de nomeação de um novo governo radical. Gomes de Amorim conta detalhadamente como se deu esse episódio:

A rainha foi jurar á camara municipal a nova constituição, *quasi com as lagrimas nos olhos*, segundo me affirmou uma testemunha presencial. Parece que o conde de Lumiares, vendo a soberana hesitar, lhe mettêra a penna na mão, dizendo-lhe com respeitosa intimativa: “Assigne, minha senhora!” [...] D. Maria II teve sempre maior predilecção e sympathias pelos homens que pretenderam excluir-a do throno do que por aquelles que eram intransigentes na defeza dos seus direitos á corôa. [...] não podêmos deixar de notar com admiração que os bens acceitos do paço foram, com raras excepções, desde 1834 até 1851, os que não queriam reímulher [...]. (AMORIM, 1884, t. II, p. 241-42, grifo do autor).

<sup>45</sup> Antônio Manuel Vieira de Castro (1796-1842). Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 143.

<sup>46</sup> José Manuel Inácio da Cunha Faro Meneses Portugal da Gama Carneiro e Sousa Lumiares (1788-1849). Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 68.

A reforma da Carta deveria ocorrer de acordo com os princípios democráticos, “implicava o alargamento do censo, eleições diretas e uma segunda Câmara eletiva”<sup>47</sup>, onde se sentariam os notáveis do partido popular. Se essa emenda não acontecesse, o poder do novo ministério seria provisório, não alargaria a sua base de sustento. Sá da Bandeira acreditava que deveria “prevalecer os princípios proclamados pela revolução, procurando, todavia, harmonizar tanto quanto possível a Constituição de 1822 com a Carta” (VALENTE, 1993, p. 181).

Ao final do ano de 1836, concluía-se que a extrema esquerda e a Guarda Nacional foram as forças que sustentaram a Revolução Setembrista. Idealizar-se-ia um regime que coubessem as pendências dos conflitos de interesses entre as notabilidades do liberalismo, incluindo até a massa devorista, e os fiéis portugueses, ou seja, o povo puramente da província e da plebe urbana. Garrett dizia:

Portugal não é dos setembristas nem dos cartistas, é dos portugueses: e eu não posso aderir a nenhum partido que se queira fazer carta privilegiada e declarar porás aos outros: é contra a minha religião política; seria desmentir os meus principios, tantas vezes, e tão solememente professados; renegar da minha fé, cuspir na minha honra. (GARRETT, 1963, v. 1, p. 1414)<sup>48</sup>.

Cada ano que passava era um dissídio da nação portuguesa, com políticos muitas vezes preocupados somente com seu *status*. Portugal brigou muito para ser um país liberal: levou homens a outros países, onde ficaram completamente esquecidos, sem assistência nem dinheiro, obrigados a contar apenas com a sorte. Homens que sempre tiveram a mente iluminada pelas ideias novas, que usavam o passado para pensar em um futuro democrático, que dirigiam todos os seus esforços para melhorar a vida dos portugueses. Visionários, médicos, políticos, escritores, jornalistas, ajudaram a mexer com os ânimos da população. Os primeiros anos, tão turbulentos, da vida liberal apontavam ainda um futuro muito incerto, embora não tão distante – hoje sabemos – do que viria a ser o caminho ordeiro, pelo qual, já no final dos anos 30, se batiam homens como Garrett e Rodrigo da Fonseca Magalhães.

<sup>47</sup> Ver VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993, p. 179.

<sup>48</sup> GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1.



Figura 3 – Fotografia e assinatura de Francisco Gomes de Amorim, em 1858. Litografia de Joaquim Pedro de Sousa, inserida no início da 1ª edição dos *Cantos Matutinos* (Lisboa, 1858). In: *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 1965, vol. IV, nº 2, p. 246.

## 2 GARRETT E O PAPEL DO HOMEM POLÍTICO: O PERÍODO DA BÉLGICA

### 2.1 *Garrett – Memórias Biográficas*, de Francisco Gomes de Amorim

A pirâmide que representa as transformações do século XIX tinha em seu ápice os intelectuais e como base as classes médias e o povo. Convencidos de que os movimentos para restituir a liberdade seriam necessários, era primordial concatenar a sociedade portuguesa para transmitir a todos os princípios liberais. Quanto mais sólida fosse a base de sustentação da pirâmide social, mais eficientes seriam as reformas.

A elite intelectual tinha, na universalidade da ideia e da palavra, a propensão de ser uma aristocracia do saber e sonhava em exercer-se como tal em benefício de um público mais alargado. O empenho em divulgar as luzes deveria vir acompanhado de tentativas de fazer com que a literatura e a instrução atingissem também as classes laboriosas. A escrita ensaística, nesse sentido, demonstra o envolvimento dos literatos nessa tarefa.

Em meados do século XIX, o circuito literário desenvolvia-se no seio de uma sociedade que necessitava de cada vez mais leitores. O trabalho para alcançar esse objetivo era árduo. Dessa forma, essa nova literatura abria espaço para vários novos títulos, o que ocasionava a instauração das novas hierarquias dentro do corpo de intelectuais e no conjunto de públicos-leitores, além da reconfiguração do sistema de impressão e produção editorial.

Grande símbolo difusor da cultura de massa, o livro foi um dos primeiros objetos a entrar nesse novo sistema de circulação e evoluiria em um mercado agora fortemente competidor e exigente, em expansão; ele é a gênese da cultura que, na sociedade portuguesa da época, funcionava como um ponto de junção entre a literatura, as novas formas de comercialização e a democratização da cultura.

A intervenção cultural dos literatos na indústria do livro em Portugal se traduziu “em novas relações entre os escritores, os editores e os públicos, ou, no outro plano, em novas relações entre o texto, o seu suporte e o seu uso” (SANTOS, 1992, p. 540)<sup>49</sup>. Estes aspectos são auxiliados pelas reformas públicas do ensino e pelas campanhas de alfabetização, além da criação de sociedades culturais, que visavam ao aquecimento do mundo da literatura, da imprensa e da instrução.

---

<sup>49</sup> Ver SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX*. In: *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1992, vol. XXVII, p. 539-546.

Com essas aspirações, os intelectuais procuravam atingir basicamente três objetivos: facilitar o acesso à literatura, disponibilizar o processo de aprendizagem por meio da leitura e estimular o exercício da mesma. O primeiro passava pelas campanhas de alfabetização. Eram precárias as iniciativas do governo no ensino primário e, desse modo, os letrados tentavam remediar esse desinteresse, abrindo aulas coletivas.

Maria de Lourdes Lima dos Santos, em *A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX*, explicita que:

A campanha [de alfabetização] incluía além disso, a distribuição gratuita de vários exemplares do livro, enviados estrategicamente aos governadores civis para promoverem a sua adoção nas escolas distritais, aos governadores militares para os introduzirem nas aulas dos regimentos e aos bispos para que os recomendassem aos párocos das suas dioceses. (SANTOS, 1992, p. 542).

Também era necessário, uma vez que aprendessem a ler, manter o hábito da leitura. Para isso, foram criadas duas estratégias: lançar coleções econômicas e publicar romances antecipadamente nos periódicos. A leitura deveria prender a atenção do público, pois só assim haveria a vasta comercialização do livro. Com temas atraentes, os romances deveriam suscitar uma leitura cuidadosa e instrutiva, com muita meditação, a fim de alcançar as classes médias. O *Universo Pittoresco*, no prólogo do primeiro volume em 1839, dizia:

Conhecedores desta verdade, os governos mais ilustrados não poupam meios para derramar a instrução em todas as classes da sociedade. Uma parte, a mais diminuta, da população destina-se às sciencias; para este teem os sabios escripto obras volumosas, que demandam tempo, talento e meditação: agora porém, para as classes laboriosas, a quem poucos momentos sobram de seus empregos, era necessario crear uma litteratura propria, e de tal arte concebida, que as convidasse a empregar n'ella algumas das horas destinadas ao repouso.<sup>50</sup>

Os intelectuais tinham em mente que era preciso suscitar a prática da leitura de bons livros, os clássicos. Os textos passavam, também, por mecanismos de divulgação que incluíam alterações e simplificações do original, de modo a torná-los atrativos para um público menos preparado.

Os periódicos constituíam um importante meio de mobilização para o incremento da leitura. Era crescente a publicação em jornais e revistas de romances em séries. Funcionando como pólo de atração, os folhetins contribuía para o aumento da tiragem dos jornais e revistas. Também preparavam e divulgavam um romance, anteriormente publicado capítulo por capítulo.

---

<sup>50</sup> Ver *Universo Pittoresco – Jornal de Instrução e Recreio*. “Prólogo”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839, 1º volume.

Os leitores acompanham os capítulos como se se tratasse da vida real. Os autores faziam questão de escrever com o recurso da verossimilhança. À medida que os folhetins iam sendo publicados, os autores mudavam também o rumo das histórias para atender ao gosto dos leitores. A título de exemplo, pode-se recordar que dois capítulos do *Eurico, o Presbítero* e o primeiro capítulo de *Viagens na Minha Terra* apareceram pela primeira vez na *Revista Universal Lisbonense*. Vejamos, a este propósito, o *Universo Pittoresco*:

Os jornaes pittorescos preencheram completamente esta concepção; redigidos debaixo daquele ponto de vista, estas publicações periodicas devem entremear quanto as sciencias teem demais selecto, e adaptado ás intelligencias communs, com tudo o que as bellas letras podem apresentar de mais recreativo. Deste modo o leitor, que, por mingoa de tempo, não se affoutaria a abrir um livro, cujo volume o desanimára, colhe com avidéz estes pequenos folhetos, que principiam por deleita-lo, e finalizam por instrui-lo.<sup>51</sup>

Dessa forma, estabeleceu-se um circuito mais popular de leitura, que se desenvolvia por duas produções: as primeiras “resultantes de uma transposição a partir do circuito letrado”, ou seja, uma literatura que constituía o modelo das belas artes e era autorizada por autores considerados modelares. As segundas seriam “as desenvolvidas no interior do próprio circuito popular e originariamente dirigidas para o grande público” (SANTOS, 1992, p. 545), como é o caso da difusão do romance-folhetim.

Tudo deveria acompanhar as exigências do século por um mercado nacional a lutar pela expansão, pretensão das pressões do mercado internacional. Eram objetivadas literaturas capazes de emancipar e abrir as mentes populares, utilizadas como veículo de debate social e político. As correntes vinham da democratização à elitização, da preservação da cultura popular à conversão para uma cultura mais fertilizada. Nesse último caso, determinadas figuras ganhavam um valor exemplar e personificavam a questão do trabalho; na constante que ia do povo à literatura, ocupavam o primeiro lugar, por exemplo, operários tipográficos que não se inclinavam ao jornalismo e à produção dramática, mas que, às vezes, tornavam-se editores.

Um novo tipo de intelectual aparecia a colaborar na missão social de libertar os trabalhadores, envolvendo-os na cultura em crescimento. Estavam atentos para problemas sociais como a pobreza, nos quais eles mesmos se incluíam, pois muitos desses intelectuais tinham no ofício diário o seu meio de sustento. A literatura, como atividade lucrativa, era meramente secundária.

---

<sup>51</sup> Ver *Universo Pittoresco – Jornal de Instrução e Recreio*. “Prólogo”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839, 1º volume.

Para tanto, desenvolveriam atividades em várias frentes como: lançamento de movimentos associativistas, fundação de jornais voltados à classe e à criação de uma literatura de ficção e de doutrinas voltadas para o labor. Autodidatas, por vezes trabalhavam em serviços modestos. É o caso de Francisco Gomes de Amorim, designado como poeta-operário.

É complexo delinear o perfil dos intelectuais que ajudaram na divulgação e produção da literatura para a sociedade; entretanto, o arrebatamento pelo associativismo operário era dedicação de um conjunto de intelectuais, os mesmos que estavam diretamente envolvidos nos esforços de alargamento do público leitor.

Eram intelectuais com origens sociais humildes. Ainda sem o devido prestígio na sociedade, não viviam exclusivamente das letras ou da carreira jornalística; ocupavam, desse modo, cargos secundários e postos subalternos, nunca lugares muito importantes, e tinham formação escolar minimamente elevada. Gomes de Amorim, por exemplo, tinha a necessidade de acumular um ofício com aulas noturnas, só começando a ler com 12 anos.

Dentre os letrados, existia um grupo mais influente de escritores com uma vasta produção literária: Almeida Garrett, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano etc. Outro grupo participava, ora atuante ora passivamente, da “revolução”, porém de uma forma menos intensa. Também com obras significativas, era ligado às associações secretas. Eram escritores que colaboravam em jornais, com poesias, romances e novelas; não viviam, portanto, especialmente da literatura e de cargos elevados na política. Mesmo assim não deixavam de participar e ajudar na divulgação dos ideais da liberdade.

Francisco Gomes de Amorim figurou nesse grupo. Garrett atuou como uma espécie de padrinho, levando-o ao alto escalão da sociedade. Português, Amorim nasceu na freguesia de Aver-o-Mar – tinha o costume de escrever Avelomar, conselho da Póvoa de Varzim, em 13 de agosto de 1827. Filho de José Gomes de Amorim e de Mariana Joaquina Bento, imigrou aos 10 anos, para o Brasil, mais precisamente para Belém (Pará), junto com seu irmão, Manuel Gomes de Amorim, que aqui permaneceu como livreiro.

Como ele mesmo relata, no autorretrato, publicado em *Cantos Matutinos*, foi escolhido pelos negociantes da cidade, praticamente como um escravo branco, assim que chegou a Belém do Pará. Começou a trabalhar como caixeiro, único trabalho que lhe serviria; tinha largado a escola muito cedo, aprendendo a ler sozinho.

Nasci sem nenhuma circumstancia que possa dar relevo a uma biographia, e declaro que me criei como toda a gente, sem nenhum acontecimento notavel que, distinguindo os meus primeiros annos, me levasse mais tarde ao livro das infancias celebres. Eu não tinha agudezas,

não era engraçado, e não aprendia coisa alguma. [...] Entrei aos cinco anos para a sua aula, e sahi quase aos dez sem saber assignar o meu nome, ou soletrar duas palavras! Verdade é que tinha adquirido sobre os meus camaradas uma superioridade incontestável [...]. (AMORIM, 1858, p. II).

A todo o momento Amorim faz questão de frisar a sua origem humilde, sempre enfatizando o fato de que se destacava perante o grupo com o qual convivia. Assim, reforça o seu crescimento: dá ênfase ao fato de que não tinha instrução nenhuma, mas foi autodidata e depois chegou ao nível dos intelectuais de seu tempo com maior visibilidade social.

Através da leitura de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, e deslumbrado pelo espírito das aventuras perigosas, arrastou-se para o seio das florestas e das cachoeiras do rio Xingu, convivendo com os índios e com as feras. Assim, por essa experiência, Amorim se tornou o primeiro indigenista não brasileiro, publicando o romance *Os Selvagens*, em 1875.

Aos treze anos, subiu ao Amazonas e foi viver na vila de Alenquer, situada no braço do mesmo rio entre dois grandes lagos, Curumu e Surubiu, estes muito presentes em suas obras. Conta, como um acontecimento sublime, que ao entrar em uma residência de uma família indígena, encontrou, “dentro de cesto forrado com folhas de bananeira”, um livro velho: era o poema *Camões* de Almeida Garrett. O livro viria a modificar sua vida e seu destino; por esse motivo, tinha grande afeição por essa obra.

Na coletânea de poemas, *Cantos Matutinos*, Amorim descreve a sensação de ler o livro de Garrett pela primeira vez:

Aquelle poema transformou-me repentinamente, e sem eu saber como; principiei a vêr debaixo de outra aspecto os rios, os lagos, as florestas, e as montanhas. Pareceu-me que as flores derramavam maior perfume, e se vestiam de mais vivas cores; que o céu e os astros brilhavam pela primeira vez aos meus olhos, e que toda a natureza tomava formas novas e sublimes. Julguei entender o canto das aves, o murmúrio das aguas, e o gemer da brisa entre as assucenas bravas e as mimosas gigantes. As harmonias do verso vibravam na minha alma [...]. (AMORIM, 1858, p. XV).

Amorim revela a sua inclinação pelos traços do romantismo: mistura sensibilidades que chegam ao seu âmago, descrevendo aquela que talvez fora a melhor sensação de sua vida. *Cantos Matutinos* é um livro de poemas, mas Gomes de Amorim conta tudo isso desse mesmo modo idealizado em *Garrett – Memórias Biographicas*. Dessa forma, fica-nos a dúvida de quanta fantasia não haverá no seu relato:

Fez-se immensa claridade nas trevas que me envolviam. A luz, apesar de vir de muito longe, era tão intensa, que illuminou a profundeza das matas virgens, e mostrou-me n’ellas prodígios em que a minha vista não attentára nunca! Era a repetição das scenas do paraizo. Havia comtudo a differença de que, caída a venda da minha innocencia, achava-me effectivamente n’um eden, mas sem sciencia bastante para poder guiar-me fóra d’elle! (AMORIM, 1881, t. I, p. 3).

Após alguns anos de hesitações, escreveu uma carta a Garrett, em 25 de janeiro de 1845, contando-lhe as suas desventuras, a vida de trabalho e quase escravidão que vivia, e sobre a leitura do poema que o tinha transformado. Mais: que seu maior desejo era instruir-se com ele e descobrir “as causas do seu immenso talento, a arte, que elle, tinha como ninguem, de comover e de entusiasmar os que o liam” (AMORIM, 1881, t.I, p. 5). Por que responderia Garrett a um humilde caixeiro de dezessete anos, que lhe escrevia da América do Sul? Talvez por ter o autor de *Camões* também sentido de perto a pobreza nos exílios.

No primeiro capítulo de *Garrett – Memórias Biográficas*, Amorim comenta a resposta que recebeu:

Como ousaria eu, creança, humilde e obscuro, esperar que o semi-deus baixasse do olympo até mim, para responder-me? Ignorava ainda que quanto maior é o homem mais os seus actos se approximam dos da divindade; e que só a verdadeira grandeza não julga humilhar-se quando desce a proteger os que se acolhem á sombra d’ella. E esquecia-me tambem de que o auctor do *Camões* fôra já pobre emigrado, como eu, e que não são insensíveis á dor alheia os que uma vez padeceram em misero desterro. (AMORIM, 1881, t. I, p. 4).

Garrett é comparado a um semideus: não é um deus, pois é mortal e, como qualquer outro, imperfeito; contudo, para Amorim, possuía qualidades intelectuais extraordinárias como criador de algumas das mais notáveis obras da literatura. A idealização de Garrett é característica constante do texto biográfico de Gomes de Amorim; tem o objetivo de impor Garrett à adoração dos portugueses, reforçando sua boa índole e enormes qualidades como homem público e escritor.

Um ano depois, em 19 de fevereiro de 1846, Amorim recebe a resposta: Garrett se mostra disponível a ajudar Amorim. Este desejava instrução e, com o intuito de estudar com um grande mestre, enviou-lhe outra carta; sabia que estaria ao redor da arte e do talento. Sua conduta poética era digna de crescimento e nada melhor que Almeida Garrett para ajudá-lo. “Que mais era necessario para tentar a imaginação de quem tinha apenas dezoito annos, recentemente acordada e posta em movimento pelo maior genio poetico do seu tempo?” (AMORIM, 1881, t.I, p. 5).

Para um homem como Amorim, que não tinha nobres estudos e que trabalhava longe do seu país natal quase como mão de obra escrava, receber uma resposta de um homem com posição elevada e grande influência como Almeida Garrett, disposto a auxiliá-lo, representava sua liberdade e seu retorno às terras portuguesas. O mundo se abriria para o inteligível: conviveria com um intelectual e tentaria captar-lhe todos os feitos; examinaria todos os meios,

sem a pretensão de ser tão importante quanto, mas com a vontade de crescimento e de ser moldado para a nova era.

Esse se tornou seu sonho de então – era muito novo, seus recursos já estavam quase esgotados, pois era pobre e odiava seu emprego de caixeiro. Com saudades de sua pátria, Amorim resolve regressar a Portugal, absorvendo todo o potencial e o espírito liberal do poeta. Novamente nos *Cantos Matutinos*, Amorim descreve esse momento:

Resolvi então voltar a Portugal, com a firme vontade de vir para Lisboa estudar, e decidido a morrer na lucta, se tanto fosse preciso. No momento da minha partida, fui bastante temerario para consentir que se publicasse um soneto de despedida aos meus amigos, do qual aproveitei doze linhas para zurzir os invejosos. Era a primeira vez que o meu nome ousava ir desacommodar os typos, e Deus sabe se não teria sido melhor o deixal-os dormir sem me tornar jamais seu conhecido! (AMORIM, 1858, p. XVI-XVII).

Amorim se aproxima de um tema muito caro ao romantismo: a saudade da pátria. Coloca-se na mesma posição de Almeida Garrett, compartilhando de sua dor de estar longe de sua terra natal. Ele deseja regressar a Portugal, contando com o apoio do seu correspondente.

Chegando ao Minho, em maio de 1846, Amorim já logo participa dos acontecimentos políticos revolucionários, lutando ao lado dos patriotas e, por isso, só desembarcando em Lisboa, cidade em que então vivia Garrett, em julho do mesmo ano. Vinha munido de cartas de recomendação que adquirira no Brasil, e dirigiu-se ao Pátio do Pimenta, “onde n’esse tempo residia o homem de quem dependia o [seu] destino” (AMORIM, 1881, t. I, p. 7).

É espantosa a recepção que teve na casa daquele que seria seu padrinho. Amorim enfatiza a sensibilidade do poeta em acolher sem rodeios um humilde desconhecido. Amorim novamente expõe com verdadeira intensidade dramática a sua admiração:

Como?! – pensava eu, enternecido – Pois este homem, que escreveu o *Camões*, a *D. Branca*, a *Adozinda*, o *Frei Luiz de Sousa*, e tantas outras obras primas; este genio sublime, irmão de Camões; o maior e mais celebrado de todos os poetas portuguezes modernos; este deus da poesia, que eu desejo e tremo de contemplar de perto, abre a sua porta com tanta facilidade e sem cerimonia a um pobre diabo, desconhecido e pequenino como eu?! (AMORIM, 1881, t. I, p. 8).

Até o fim da vida de Garrett, Amorim parece ter procurado defendê-lo e protegê-lo. Sem dúvida, encontrar alguém que abrigasse com benevolência um pobre caixeiro sem instrução era um fato digno de reconhecimento, ainda mais inseri-lo nos meios sociais cultos.

Amorim registra nas páginas de sua biografia que muitos políticos desprezavam Garrett por sentirem inveja; achava que ele não era reconhecido como merecia, por sua incessante colaboração ao país. Não cansa de sublinhar que o autor de *Camões* era caluniado a

todo o momento por políticos que eram contra o liberalismo ou, até mesmo, que não seguiam a mesma corrente liberal que ele.

O fato é que, quando se conheceram, Garrett tinha quarenta e sete anos e estava já com a saúde debilitada; sempre com uma vida agitada, desde que se formara em Coimbra, trabalhando em prol da revolução, estava presente em todas as circunstâncias que colocavam em jogo a democracia e os princípios liberais. Já tinha uma estrutura física delicada, mas procurava fingir-se forte; sendo assim, Amorim relata que por isso adorava ainda mais o poeta, percebendo todo o peso que foi capaz de suportar pelo bem maior da pátria, todo o fardo que carregou por acreditar no liberalismo do país. Cito Amorim:

Era de estatura regular ou antes mais alto do que baixo; tinha agradável presença, ar distinto e composto; [...] Estes e os lábios delgados, onde parecia, quando conversava, pairar de contínuo o sorriso de fina e delicada ironia, davam-lhe a pronunciada expressão de soberania, que a inveja e a ignorância traduziam por orgulho. [...] Recebia todas as pessoas com a mesma simplicidade e delicadeza, fallando-lhes discreta e pausadamente; e a persuasão e as graças pareciam correr também de seus lábios, como corriam dos do philosopho atheniense. (AMORIM, 1881, t. I, p. 11-12).

O primeiro ato de Garrett por promover Amorim foi enviá-lo com uma carta de recomendação a José Maria da Silva Leal, redator e proprietário da *Revista Universal Lisbonense*. Este o apresentou a Holtreman, do jornal *Gazeta dos Tribunais*. Amorim logo entendeu que Garrett estava empenhado em lhe arrumar um emprego que tivesse tempo extra para os estudos. Como essas tentativas não deram certo, João Baptista escreve, então, outra carta, recomendando-o agora a José Estêvão e, após, a José Izidoro Guedes, grande contratador do tabaco. Pouco tempo depois, Amorim se apresenta para trabalhar no tabaco; porém, insatisfeito com o pouco ordenado, pede demissão.

Para celebrar o encontro, ocorreu um jantar literário, obviamente organizado por Garrett, com o objetivo de apresentar Amorim à sociedade de intelectuais. Estavam presentes outros importantes poetas, dramaturgos, romancistas e publicistas portugueses. Antônio Pedro Lopes de Mendonça faz a crítica literária de Gomes de Amorim no livro *Memórias de Litteratura Contemporânea* e cita esse encontro:

De volta a Lisboa, no anno crêmos que de 1846, viu-se abandonado e só [...]. Foi então que se revelou o poeta-operario, como o denominamos nós, applaudindo e celebrando as suas auspiciosas estreias. [...] Os homens de letras de Lisboa presididos pelo sr. Visconde de Almeida Garrett offereceram ao esperançoso cantor, e ahí começou elle a travar relações estreitas de amisade com o grande poeta que expirou ha pouco, relações que duraram não interrompidas, e que honram a um e a outro. Protegido pelo illustre cantor de *Camões*, poude

o sr. Francisco Gomes de Amorim encetar a carreira publica, e utilizar com proveito os seus talentos, em beneficio, das letras. (MENDONÇA, 1855, p. 312)<sup>52</sup>.

No ano de 1852, os gerentes da casa Bertrand na Alemanha acharam conveniente fazer um estudo sobre a vida de Almeida Garrett, a fim de incorporar o livro às suas coleções. Com isso, pediram-lhe que escolhesse o biógrafo e o mesmo elegeu Francisco Gomes de Amorim. Apesar de lisonjeado, sabia que tinha muito trabalho pela frente: escrever sobre um homem notável que passou por muitos revezes, que não reconhecia a sua verdadeira idade nos artigos publicados e que era favorito nos campos literário, político, histórico e familiar. Assim nasceu a biografia em três volumes inteiramente dedicados ao seu mestre: *Garrett – Memórias Biographicas* foi muito comentada, pois trazia em seu enredo quase todos os esclarecimentos para os mistérios que rodeavam a vida de Garrett.

Novamente, Lopes de Mendonça faz um ensaio crítico sobre Amorim:

Vocação poetica, de um grande alcance, o sr. Francisco Gomes de Amorim não se perde nas regiões da imaginação, e é um homem estudioso e applicado. [...] Em breve, terêmos de apreciar esse precioso estudo sobre o grande poeta, cuja perda nós todos deplorâmos. Foi o seu confidente, e o seu amigo nos ultimos annos da vida, e só largou a cabeceira do nobre enfermo, quando as sombras da morte lhe cerraram para sempre os olhos. O auctor de Frei Luis de Sousa acolheu-o e estimou-o como um dos seus mais esperançosos discipulos, e esta adopção intellectual não é dos menores titulos de gloria, que realçam o nome do joven poeta. (MENDONÇA, 1855, p. 313).

Novo tipo de intelectual, Gomes de Amorim aparecia na sociedade como a personificação do crescimento através da inteligência e da coragem. Maria de Lourdes Lima dos Santos, em *Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*, ressalta que esse tipo de homem era a “encarnação viva do mito pequeno-burguês da promoção social através da educação e do esforço, mito que a relativa prosperidade da Regeneração ia alimentar” (SANTOS, 1979, p. 77).

De qualquer forma, para começar a frequentar os salões e outros meios sociais de intelectuais era necessário ter boas relações. O jovem Amorim certamente conseguiu entrar no salão dos marqueses de Penalva<sup>53</sup> através de Garrett, já há muito conhecido. Não só isso, mas também conseguiu emprego e prestígio por causa de seu protetor, logicamente fazendo, aos poucos, todos tomarem conhecimento do seu trabalho e competência.

Seu primeiro emprego mais digno foi ajudante de escrivão da pagadoria geral do Ministério da Marinha, com a graduação de tenente da Armada Nacional. Amorim passou a conviver com a intelectualidade liberal. Dessa forma, tinha em sua roda de amigos membros

<sup>52</sup> MENDONÇA, António Pedro Lopes de. *Memórias de Litteratura Contemporânea*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1855.

<sup>53</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. III, p. 260.

do Sinédrio e da maçonaria, e seguia filosofias em favor da revolução. Amorim manteve relações de amizade com personalidades políticas e literárias como Oliveira Martins, Alexandre Herculano, Teixeira de Vasconcelos, Rebelo da Silva, Passos Manuel etc.

De discípulo passou a consultor de literatura, orientando jovens que lhe pediam conselhos nos encontros literários. Várias instituições de cultura, nacionais e estrangeiras, aceitaram-no como sócio: Academia Real das Ciências de Lisboa, Instituto de Coimbra, Academia Real das Ciências da Bélgica, Academia Espanhola, Real Academia de História de Madrid e Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; ainda, conservador da Biblioteca e Museu de Antiguidades Navais.

Quando a poesia deixou de lhe bastar, lançou-se na dramaturgia, no romance e no conto, ainda sobrando forças para publicar nos jornais, inclusive nos brasileiros. É lembrado hoje para além de *Garrett – Memórias Biographicas*.

O Brasil é um elemento presente em praticamente toda a produção de Amorim: ficções baseadas em viagens, aventuras nas florestas e descrições de costumes do país, questionando mesmo os problemas da Amazônia. É o que acontece no romance *Os Selvagens*, publicado em 1875; e igualmente em alguns contos, publicados em *Fructos de Vário Sabor*, em 1858.

Nas peças teatrais que escreveu e que foram levadas à encenação, manifestava preocupação pelas implicações ecológicas das florestas, denunciava o tratamento injusto a que os índios brasileiros eram submetidos e delatava o trabalho escravo, pugnando pela emancipação de todos. Nesse campo, publicou *Ódio de Raça* (1854); *O Cedro Vermelho* (1856) e *Aleijões Sociais* (1860). Nestas peças, evidencia-se o pensamento liberal do autor. Os elementos brasileiros também aparecem no melodrama *Fígados de Tigre*, publicado em 1857, em que o autor faz um jogo de intertextualidade com as suas obras anteriores.

O meu illustre mestre, visconde de Almeida Garrett, dignou-se ler-me o projecto, que lhe fôra distribuido para dar sobre elle o seu parecer; e, por essa occasião, conversamos largamente a respeito dos costumes e do viver dos escravos no Brazil. Ouvindo-me referir alguns dos factos atrocissimos e repugnantes, de que eu tantas vezes fôra testemunha, perguntou-me por que motivo não fazia um ou mais dramas d'esses assumptos, pondo em relevo os horrores da escravidão, e auxiliando o publico a formar juizo com que dêsse força aos intuitos dos legisladores. (AMORIM, 1869, p.10)<sup>54</sup>.

Colaborou com muitos artigos de crítica em jornais políticos e literários, portugueses e brasileiros, pois foi correspondente durante anos do jornal *Diário da Bahia*. Na poesia publicou *Cantos Matutinos* em 1858, *Efémeros* em 1866 e a *Flor de Mármore* em 1878.

<sup>54</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de Raça*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.

Manifestando continuamente uma inconsolável nostalgia em relação aos lugares da sua infância, Amorim manteve sempre um perfil modesto e uma recordação saudosa da sua pequena terra natal, Aver-o-Mar. Essas lembranças tornam-se visíveis em *As Duas Fiandeiras*, romance publicado em 1881, que aborda os costumes minhotos, no conto *As Roseiras*, incluído na coletânea *Fructos de Vário Sabor*, e também em *O Amor da Pátria* publicado em 1879. Ele descreve traços característicos da aldeia que o viu nascer como lugares, vegetação, caminhos, fontes, pessoas, famílias etc.

Carme Fernández Pérez-Sanjulián no verbete da *Revista Convergência Lusíada* aponta:

Esse labor constante, unido a uma considerável inquietude intelectual, levou-o a publicar trabalhos muito diferentes, que vão desde aqueles de intenção didática, como o curioso Dicionário de João Fernandes: Lições de Língua Portuguesa pelos Processos Novos ao Alcance de Todas as Classes de Portugal e Brasil (1878), até a monumental obra pela qual ainda hoje é mencionado na maior parte das Histórias da Literatura, as Memórias Biográficas de Almeida Garrett (1881-1884), testemunho precioso não só da vida e obra daquele mas da própria época. (PÉREZ-SANJULIÁN, 2007, p. 349-50)<sup>55</sup>.

Muitos autores sustentam que a mais forte inspiração lírica de Francisco Gomes de Amorim está no sentimento da natureza exótica que se complementa com a especial simpatia que tem pela pintura do índio. Essa visão destaca não só sua singularidade dentro do conjunto do romantismo português, mas também a sua relação com a formação da identidade da Literatura Brasileira, na altura em pleno surgimento.

Em qualquer uma dessas obras que fala sobre o Brasil, é clara a valorização da natureza e dos seus habitantes. Essa visão é carregada da ambivalência típica dos períodos pós-coloniais, pois mostra o olhar do europeu, ou seja, do colonizador; porém, não é diferente da visão dos autores brasileiros dessa mesma fase, no que diz respeito ao discurso explicitado e à temática desenvolvida. No romance *Os Selvagens*, Amorim é irônico quanto à introdução forçada da cultura do português aos índios, falando sobre a conversão dos mesmos para o catolicismo:

[...] os costumes melhoravam-se diariamente; diminuíam a ferocidade nos homens; nascia o pudor e a virtude nas mulheres. [...] Sorria aos pobres índios, meses antes ainda tão bárbaros e ignorantes, um futuro de paz e alegria, tendo certa no fim da vida a salvação das almas. (AMORIM, 2004, p. 67-68)<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> PÉREZ-SANJULIÁN, Carme Fernández. *Francisco Gomes de Amorim (1827-1891)*. In: *Revista Convergência Lusíada*. 3º Colóquio do PPRLB – Entre Iluminados e Românticos. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2007.

<sup>56</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Os selvagens*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2004. Coleção Resgate II. 2ª ed. revista.

Elementos marcadores da nacionalidade, como o indianismo e a valorização da natureza, são característicos do processo de autonomia dos discursos literários presentes no contexto do Brasil no século XIX. A utilização desses elementos por Amorim faz com que a sua posição em relação à construção do sistema literário português seja complexa: ele reflete sobre as relações entre portugueses e brasileiros, mas também dá relevo à mistura cultural brasileira, permitindo pensar o papel de Portugal na formação cultural do Brasil, quando ainda se podia sentir o reflexo das políticas colonizadoras. Como exemplo, pode-se citar a peça *O Cedro Vermelho*:

É assombrosa a natureza do seu país! Que variedade de plantas e de frutos, de aves e de insectos deslumbrantes! Que florestas magníficas! Que vastas campinas e que lagos imensos! [...] O mato oferece-nos, sem prejuízo da onça, a caça de muitas variedades. As riquíssimas madeiras de construção, as gomas preciosas, as plantas medicinais e os óleos odoríferos; vestem-se as campinas de abundantes pastos para engordar os nossos rebanhos [...] (AMORIM, 2000, p. 182-3)<sup>57</sup>.

Gomes de Amorim gozou de relativa notoriedade em seu tempo, principalmente com a publicação de *Garrett – Memórias Biográficas*, essencial para a memória do país e do célebre poeta de *Camões*.

Para a configuração da memória do seu biografado, Amorim relata que se via obrigado a ser verdadeiro e, dessa maneira, feriria a suscetibilidade do mesmo; mostraria a sua vulnerabilidade e a sua condição mundana. Amorim o coloca em um pedestal, mas não deixa de lado os principais fatos de sua vida (só abordando o escritor e o político): “esclarecê-los, embora com o intento de justificar o homem, era tocar nas feridas mais dolorosas da sua alma.” (AMORIM, 1881, t. I, p. 19). Fazendo isso, Gomes de Amorim coloca Garrett sob seu ponto de vista – que é único – como representante de um modelo de intelectual do século: na literatura, tem as mais ricas obras; na política, contribui com a emancipação do país e se mostra assíduo lutador pela liberdade da pátria; na imprensa, funda e colabora em jornais. Também, como pessoa, tem a bondade e a generosidade dignas de um ser humano completo; apesar disso, é falho e é um indivíduo fragmentado e múltiplo ao mesmo tempo. Amorim o traça como aquele homem que, apesar dos defeitos, suas qualidades se sobrepõem e que é forte diante de tudo.

Amorim, para glorificar Garrett, faz uso de elementos que dão relevo ao caráter e à personalidade de seu mestre. Aponta, por exemplo, a profunda bondade de Garrett e ressalta a “grandeza de sua alma e a generosidade do seu coração” (AMORIM, 1881, t. I, p. 17).

<sup>57</sup> AMORIM, Francisco Gomes de. *Teatro. Ódio de Raça; O Cedro Vermelho*. Edição de Maria Aparecida Ribeiro e Fernando Matos Oliveira. Braga: Editora Angelus Novus, 2000.

Vários trechos de *Garrett – Memórias Biográficas* são passos da vida do próprio Amorim, que se misturam à biografia de Garrett. Se se abstivesse de colocar as suas impressões particulares relativamente ao convívio íntimo com o autor de *D. Branca*, Amorim perderia muitos dos interessantes traços psicológicos, que, a seu ver, caracterizavam Garrett. Como deixaria Amorim de destacar que, no meio de tantos parentes, amigos e ilustres contemporâneos, Garrett escolheu e protegeu um rapaz que mal sabia escrever? Amorim não consegue, portanto, escrever sem o seu permanente juízo de valor sobre a trajetória ímpar de seu biografado. Observemos a este respeito Cruz Malpique:

Na reconstituição dessa biografia multivariada, quiseram uns críticos que fosse posta toda a impessoalidade, quiseram outros que ela fosse feita com dramaticidade. Quiseram uns que Gomes de Amorim fosse o frio historiador, quiseram outros que fosse o evocador artista, pondo emoção onde, na verdade, só cabia imparcialidade, sem desmandos afectivos de simpatia ou de antipatia. [...] [Gomes de Amorim] reconhecia que, depurando a narrativa das violências da sua comoção, [...] se valorizava como crítico, mas [...] isso o prejudicava como artista. (MALPIQUE, 1967, p. 25-26)<sup>58</sup>.

Amorim desejava consagrar-se como escritor; dessa maneira, utiliza a emoção como um mecanismo para fazer com que a vida de Garrett ficasse mais viva para os leitores. Com isso, queria forjar uma dada visão, abri-los para o conhecimento do “verdadeiro” Garrett. Um julgamento mais seguro do autor foi possível; até ali Garrett era considerado por muitos como afetado e artificial: cabeleira, dentes, enfim, tudo postiço. Às vezes, também tido como perigoso e, até mesmo, hipócrita, por, por exemplo, criticar os barões e aceitar o título de Visconde. Amorim luta sempre contra este perfil, que ainda hoje reaparece por vezes. Cruz Malpique continua:

Outro, porém, muito diferente, passou a ser o juízo emitido, em relação a Garrett, depois de Gomes de Amorim ter restituído o escritor às suas verdadeiras dimensões humanas e sociais. Lendas tendenciosas foram destruídas. Juízos temerários foram reformados. De certo, Gomes de Amorim não omitiu as fraquezas do grande homem – que não há grande homem que as não tenha. Mas aspectos tão meritórios da vida do escritor trouxe a público, que foi forçoso vê-lo a luz muito diferente da tradicional. (MALPIQUE, 1967, p. 28).

Utilizava a emoção no seu relato também porque tirava a matéria de sua própria memória. A partir do terceiro volume, Amorim, como já convivía com Garrett, resgata todos os acontecimentos que presenciou, tornando a biografia mais lenta, mais minuciosa; ele utiliza-se das lembranças, pois desde 1846 ficou ao lado de seu mestre até a morte.

Dessa forma, o perfil do biografado surge multifacetado: ora lemos uma narrativa de aventuras, ora distinguimos uma complexa personalidade com luz e sombras. A amizade e o

<sup>58</sup> MALPIQUE, Manuel da Cruz. *Francisco Gomes de Amorim, (13-VIII-1827 - 4-XI-1891): notas para um estudo*. In: *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 1967, vol. VI, nº 1, p. 17-47.

amor pelo seu biografado fazem com que Amorim oscile entre simplesmente contar aos leitores as façanhas de Garrett – incluindo nomes, datas e lugares – e exaltar o talento e os valores morais do mesmo, com grandezas e fraquezas.

A despeito disso, Amorim indica que Garrett é motivado por conflitos interiores, com os outros, com a sociedade, consigo mesmo, diretamente condicionados aos valores do século. Dessa forma, também retrata sentimentos de solidão, tristeza, desilusão que, quando ligados aos conflitos da época, tendem a resultar em situações de grande tragicidade. De fato, Amorim, se não mediu forças para destacar a grandeza do seu biografado, também não lhe ocultou as debilidades.

Nesse ponto, cabe refletir se Amorim teria aproveitado para fazer uma construção textual mais rica, conforme o modelo romântico. Até onde tudo que relata exatamente aconteceu como conta, pois entremeia seu discurso com alguns códigos e algumas expressões típicas desse movimento. Assim, é clara a presença de metáforas típicas do romantismo:

Mas poderia a abelha compor o mel delicioso com succo de uma flor unica? Sem a existencia d'essas maravilhas, que esmaltam e perfumam os jardins e os prados, acaso nos seria dado contemplar as esplendidas vestiduras de purpura e pedras preciosas dos colibris e das borboletas?! [...] Que importa o sacrificio, se dos seios das victimas nascem os immortaes poemas, os cantos eternos, que resgatam todas as faltas, e que honram a humanidade?!. (AMORIM, 1884, t. II, p. 714).

Em tal grau, a obra biográfica é também ficção: Amorim explicita uma demasiada humanidade, onde se misturam perdas e ganhos, e incertezas de um caminho a seguir, que atraem e seduzem os leitores. Porém, sabe-se que seu lado poeta cria também enredos: trabalha com fatos condensados e recortes da vida, frutos de pesquisa em documentos anteriores a 1846.

Entre a narrativa literária e a compreensão da vida social, Gomes de Amorim busca na biografia uma dimensão para pensar o narrado e contar o vivido; é um difícil exercício, pois um biógrafo lida com faces que nem sempre terão as mesmas expressões e nem sempre são rigorosamente definidas. Nem sempre utiliza o critério dito científico; pelo contrário, escolhe um ângulo e faz pequenos ajustes para capturar a melhor imagem, aproximando o homem da existência que tenta registrar.

Pela familiaridade com João Baptista, Amorim consegue chegar bem próximo disso. O encontro dos dois se dá em 1846. A partir de então, até 1854 (morte de Garrett), Amorim tem grande embasamento, pois testemunhou tudo, dando seu parecer presencial. Os anos

anteriores a 1846 foram reconstruídos por meio de documentos, depoimentos de terceiros e do próprio Garrett.

O primeiro volume contém fatos de 1799 (ano de nascimento de Garrett), até 1834. Mas inclui também, a traços largos, antecedentes sobre a história de vida dos avós, pais e tios de Garrett. O segundo volume abarca o período de 1834 a 1842; e o terceiro vai de 1843 a 1854. Note-se que trinta e cinco anos de existência são colocados em um único tomo, enquanto que vinte anos estão em dois tomos. A partir dos anos que Amorim convive com Garrett, a narrativa fica mais rica em detalhes e conceitos são mais afirmados e comprovados; até mesmo os anos anteriores mais recentes, resultado de uma memória mais asseada.

Amorim levantou os documentos necessários, a maior parte fornecida pelo próprio Garrett. Foram reunidas cartas da família, manuscritos, além da biografia do tio bispo D. Frei Alexandre, dada a ele como exemplo de trabalho, e a autobiografia publicada no *Universo Pittoresco*. Amorim chegou a interrogar Garrett sobre suas memórias mais íntimas e a questionar o seu passado; ainda, na investigação dos casos contraditórios, supunha o que ele não ousava contar-lhe, e recompunha-os por vezes sob novo prisma.

Levou quase os três últimos anos da vida de Garrett a estudar intensamente e recompor, pedaço por pedaço, com paciência, tenacidade e precisão, a história mais profunda de vida do autor de *Frei Luís de Sousa*. Assegurou com seu trabalho a tentativa de engrandecimento do intelectual, mas pelo que ele realmente foi e lutou, não com um único discurso pomposo apenas para lisonjear as vaidades. Cruz Malpique aponta que “o que não podemos negar a Gomes de Amorim é a ternura com que se devotou a recolher toda a documentação que permitisse aos vindouros ter uma panorâmica, quase exaustiva, da biografia de Garrett”. (MALPIQUE, 1967, p. 25).

Foram necessários, ainda, mais de trinta anos de estudos minuciosos a documentos históricos como ofícios e cartas de pedido de trabalho, a convites para reuniões no ministério, a solicitações, a relatórios, a representações à rainha ou simples consultas literárias, a datas e a jornais antigos; alguns desses papéis doados a Amorim pela própria filha de Garrett, Maria Adelaide de Almeida Garrett, e pelo seu marido, Carlos Augusto Guimarães.

Como era certo que o caluniavam, escrever sua biografia seria “dissipar as trevas de parte de sua existencia” (AMORIM, 1881, t. I, p. 19). Amorim ainda receoso: “[...] que se os factos intimos, sobre que assentavam as diffamações, fossem de natureza tal, que nem de leve se pudesse alludir a elles, eu me obrigava, no caso de sobreviver-lhe, a instaurar só depois da sua morte o processo da sua reabilitação.” (AMORIM, 1881, t. I, p. 19). O biógrafo pegou

gosto por desvendar certos mistérios da história de tão grande homem e inseriu como objeto principal da obra o propósito de lhe fazer justiça.

Depois da morte de Garrett, Amorim resolve que já é tempo de publicar a biografia: época de apresentá-lo para a posteridade tal como ele foi, sem o vestígio das vozes dos difamadores, diz ele:

Teve grandes fraquezas, que foram compensadas por virtudes ainda maiores; mas não se lhe perdoava cousa alguma! É porque o mais odioso dos seus crimes era o seu immenso talento, que assombrava as mediocridades invejosas. As mulheres adoravam-n'ó e celebravam-n'ó; como poderia amál-o e deixar de o deprimir a maioria dos homens?! (AMORIM, 1881, t. I, p. 22).

Amorim desejava e procurava a verdade, narrando e comentando a vida de seu mestre, "porque a historia não póde limitar-se ao drama: deve ser tambem justiça" (AMORIM, 1881, t. I, p. 22). Entregar aos homens futuros uma personagem envolta em uma auréola santificada seria enganar os leitores; a intenção estava em mostrar o homem que era falho com suas inseguranças e dúvidas, contudo era convicto nos seus desejos e sabia se portar diante do século.

Para isso, seria necessário voltar as atenções para decifrar seu enigma, evidenciando suas paixões e explicando a causa do seu modo de ser; mesmo procedimento acontece para seus opositores: não poderiam passar despercebidas as insinuações infames de autoria dos seus perseguidores. Pretendia honrar aquele que foi seu pai, diligenciando relatar os fatos verdadeiros sem os agravar.

Há, nesse caso, um homem intelectual com todos os defeitos e qualidades como qualquer outro: há o liberal convicto, o poeta e dramaturgo, o orador, o publicista, o escritor e o artista incomparáveis; há o irmão, o filho e o pai Garrett. Suas várias fases se embrenham em momentos diferentes, agora expostas ao julgamento da sociedade portuguesa que sentenciará o indivíduo por suas ações e obras.

Amorim pretende, com isso, que sua imortalidade permaneça na mente dos gloriosos portugueses, ultrapassando tempo e espaço. A sociedade deverá saudar, em nome da civilização, do patriotismo e da liberdade, ao homem virtuoso, em respeito universal pelo que é nobre e belo.

No entanto, apesar do desejo de “entregar à posteridade” a verdade a cerca da vida de Garrett, Amorim não foi capaz de tratar de forma totalmente detalhada e isenta, omitindo alguns fatos e enfeitando outros. Sobre *Garrett – Memórias Biographicas*, Calvet de Magalhães, em *Garrett, A Vida Ardente de um Romântico*, publicado em 1996, afirma que:

Apesar das copiosas e pormenorizadas informações reunidas na obra capital de Gomes de Amorim, esta sofre, todavia, de algumas importantes lacunas, que são de duas ordens: em primeiro lugar, a omissão de alguns factos que não chegaram ao conhecimento do autor; e, em segundo lugar, algumas omissões intencionais entre as quais avultam os factos relativos à vida amorosa de Garrett. Dominado por um puritanismo exagerado, Gomes de Amorim ocultou fatos importantes, certamente do seu conhecimento, relativos às circunstâncias que motivaram a separação da mulher [...]. (MAGALHÃES, 1996, p. 273).

Encadeia, assim, um mito Garrett: heróico defensor da história, da cultura e do seu país, tão marcado por dicotomias; fabrica a imagem de uma personalidade que não é perfeita e, como tudo que Portugal apresenta no século, ele também é subdividido. Apesar de referir várias fraquezas de João Baptista, Amorim está sempre pronto a desculpá-lo e a defendê-lo. Amorim escreve no período abaixo:

Muitas vezes, no decurso d'estes estudos, se me tem apertado o coração e tremido na mão a penna com que sou forçado a revelar as velleidades e fraquezas do homem que tanto amei, e do qual a memoria é para mim sagrada; mas, por muito mal escriptos que sejam, elles contem a historia d'esse homem; e o primeiro dever do historiador é ser verdadeiro. [...] Já declarei, no primeiro volume, que tendo o poeta sido immensamente calumniado, não me restava outro meio de provar a sua innocencia senão dizendo a seu respeito a verdade toda. D'ella ha de resultar, espero, e creio-o firmemente, o convencimento de que o auctor de *Camões* teve tambem os peccados e fraquezas de toda a outra gente – como homem que era. [...] é que não encobrimo os defeitos do nosso auctor, tenho incontestavel direito de que não se ponham em dúvida as suas qualidades, virtudes e serviços [...]. (AMORIM, 1884, t. II, p. 129-30).

Um historiador, ao apresentar os fatos, deve fazê-lo com o máximo de objetividade, sem declamações; a favor ou contra, não deve julgar pelos seus critérios e deixar que sua opinião transpareça. Ao leitor – e somente a ele – cabe tomar atitudes afetivas, estabelecendo ligações com os fatos apresentados. Insinuar preferências e repulsas não é trabalho do historiador, mas sim do leitor, pois este pode inclinar-se para a simpatia ou antipatia daquele. Amorim se compromete em não inserir seu modo de ver pessoal na narração, mas não consegue seguir totalmente, visto que, como amigo de Garrett, sua afinidade acontece na obra automaticamente.

Em 1883, a obra *Garrett – Memórias Biographicas* ganhou o prêmio de melhor livro sobre a vida e os escritos do visconde de Almeida Garrett pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Publicado o primeiro volume em 1881, instituído e dedicado ao rei D. Fernando II, o culto garrettiano feito por Amorim surpreendeu o público, tendo em vista que foi o homem que mais de perto e intimamente o tratou e lhe foi amigo fiel e extremo até seus últimos momentos de agonia.

Nas críticas ao livro, letrados dizem que Amorim deixa na biografia “um convite e um incentivo ao trabalho, á luta e á civilização”<sup>59</sup>. *Garrett – Memórias Biographicas* também serve de panorama para se compreender o século. A época compreendida nesse livro é muito vasta, cheia de profundas transformações sociais, que refletiram no espírito do escritor.

Amorim ataca de frente todas as degradações causadas pela transição do absolutismo ao liberalismo, e coloca nesse contexto um Garrett sempre em combate contra tantas infâmias dos partidos e tanta ignorância do ponto de vista doutrinário. Mas isso não significa, segundo o prisma que adota para o seu trabalho, que vai elucidando ao leitor, que esteja disposto a encobrir os aspectos pouco abonáveis da conduta do seu biografado:

Encobrir faltas dignas de censura ou achar até nos erros dos heroes motivos para elogio, póde ser bom para lisonjear balôfas e inconscientes vaidades de familia; todavia, nem isso é historia, nem os que assim escrevem merecem credito. Quem sujeita os seus biographados a semelhante systema, expõe-se a que ninguem acredite o bem que d’elles apregoa. (AMORIM, 1884, t. II, p. 130).

Teófilo Braga diz que “sem o livro das *Memórias biographicas* será impossível conhecer perfeitamente Garrett”<sup>60</sup>. A obra faz um quadro político da nova era constitucional, apresentando novos fatos. Várias fases da história de Portugal são apresentadas: o miguelismo, a vitória de D. Pedro, os impasses liberais, o setembrismo e o cabralismo.

Os cinquenta e cinco anos de vida do poeta, juntamente com os acontecimentos históricos, levam também a esclarecimentos fundamentais, como, por exemplo, o porquê de ter aceitado o título de Visconde.

A biografia assume, então, uma importância singular no que tange ao estudo dos aspectos políticos do Portugal do século XIX. Uma análise minuciosa sobre os costumes daquela sociedade, sobre os conflitos de partidos e pensamentos e sobre os exílios é feita por Gomes de Amorim. O testemunho sobre a vida e a época de Garrett mostra sua luta por um Portugal livre de revoluções, mostra igualmente as atribulações de sua vida política, seus exílios, a briga e a lenta reconciliação com o irmão Alexandre, sua tentativa de legitimar a filha Maria Adelaide, a decepção com os destinos do liberalismo, credo que, apesar de tudo, nunca abandonou.

Por exemplo, a mocidade de Garrett, cheia de poesia, de ânsia por patriotismo e liberdade, passa-se em um período agitadíssimo em que as revoluções acontecem diariamente, em que a sociedade portuguesa sofre grandes abalos e alterações e em que a mesma se

<sup>59</sup> Ver *Jornal Democracia*. Lisboa, 10 de dezembro de 1880.

<sup>60</sup> Ver *Carta de Teófilo Braga ao Senhor Gomes de Amorim*. In: *O Diário Popular*. Lisboa, 3 de janeiro de 1881; *apud*, AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. II, p. 10.

reconstrói sobre as raízes das novas instituições constitucionais. Por ser um período de juventude, ou seja, de formação da mentalidade do homem, poderia se refletir em ações imprudentes e irrefletidas, o que não acontece com Garrett – e Gomes de Amorim deixa isso bem claro.

Outro crítico literário, Greenfield de Mello no jornal *O Atlântico* em janeiro de 1881, diz que “as soberbas, as enaltecidas qualidades de Almeida Garrett não precisavam de panno de fundo, nem de moldura negra para rebrilharem”. E acrescenta:

Se a descripção da vida – biographia – deve abranger os altos e os baixos, as virtudes e os vícios, as qualidades e os defeitos, o bom e o mau, que se encontram no character, nas acções, na individualidade, nos trabalhos, no *modo de ser* de uma personalidade qualquer; se biographar um individuo, embora de epocha remota, é mais do que photographá-lo, é compará-lo com o seu tempo e com o actual; [...] o livro do sr. Gomes de Amorim é a synthese admiravel de todos os quesitos que apontei [...] <sup>61</sup>.

Para Amorim, às vezes Garrett cometia leves pecados; os fazia para alavancar o espírito de reação e de contradição para com a predileção da maioria. Sabia exatamente que tipos de personagens mexeriam com a sociedade e, por isso, criava-as. Quem criou uma personagem tão esforçada, tão correta e tão enérgica, em uma época atípica, como o frade de *Viagens na Minha Terra*, “que se fizera frade, já velho e cansado do mundo, que vestira o hábito num tempo em que a mofa, o escárnio e o desprezo seguiam aquela profissão”, (GARRETT, 1965, p. 210) devia também ser teimoso, persistente em tudo. Amorim mostra que a produção literária, que abalou as mentalidades do país, foi rigorosamente pensada.

É claro, a biografia que Amorim compõe está eivada de carga subjetiva, mediante a confissão daquele que foi o filho literário de Garrett. Porém, Amorim usa este mecanismo para preparar o leitor para o encontro de suas próprias reminiscências, misturadas com a do seu ídolo, objetivando pagar a dívida da nação.

Depois do prêmio, em 1884, publica-se o segundo e o terceiro volumes, aquele dedicado ao rei D. Luís I e este dedicado à pátria – “aos que eu amo e aos que me amam” (AMORIM, 1884, t. III). É indubitável que a história de vida do autor de *Frei Luís de Sousa* é totalmente inseparável das memórias do país no século XIX; dessa forma, Amorim afirma que apenas um ou dois volumes não seriam suficientes para que fosse passada a multiplicidade de sucessos inerentes ao protagonista.

A vida de Garrett, do modo como Amorim a apresenta, atrai leitores não só pela esplêndida personalidade artística do biografado, mas também pela maneira como estão escritos e expostos os variados episódios do livro: o batizado do pequeno João Baptista, as

<sup>61</sup> Ver Jornal *O Atlântico*. Lisboa, 23 de janeiro de 1881, grifo do autor.

suas primeiras lições, a formação do seu gosto pela poesia, a produção das suas obras literárias, os primeiros passos na vida pública, a influência das forças sociais sobre a sua vida, os elos familiares, a estadia em Coimbra, Porto, Açores, França e Inglaterra, os principais acontecimentos políticos do país, desde a invasão francesa até o desfecho da luta fratricida entre liberais e miguelistas.

Amorim vai narrando os acontecimentos, mas também se utiliza de certas técnicas argumentativas. De forma consciente, busca uma inspiração estética formal com a intenção de estabelecer uma forte possibilidade cognitiva de leitura.

Na juventude, segundo Amorim, a formação da mentalidade jurídica de Almeida Garrett foi obtida quando entrou para a Universidade de Coimbra no curso de Direito. O começo da sua carreira política se deu no embate entre a concepção da nova filosofia com a velha fórmula; dessa forma, ao entrar para Coimbra, Garrett mostrou que era diferente no seu estilo, já identificado pelos lentes como “desorganizador” do país. Foi ali também que começou a frequentar as sociedades secretas, fortalecendo suas teorias revolucionárias. Amorim o descreve:

N’um tempo em que o numero dos ignorantes, dos fanaticos, e dos partidarios do despotismo compunha a maioria da nação, era bom meio de angariar sympathias! Toda a vida assim foi o grande poeta! E por isso até á morte teve tantos inimigos. A independencia de caracter, a franqueza de opinião, o amor á verdade, á liberdade e á justiça nunca foram, infelizmente, titulos de recommendação sufficientes para certas pessoas... (AMORIM, 1881, t. I, p. 187).

Amorim usa as mais nobres palavras para compor a fisionomia do homem que lhe ensinou todas as lições sobre o futuro. Palavras como liberdade, verdade, amor, respeito, caráter aparecem a todo o momento nos três tomos; por outro lado, inveja e calúnia revelam-se como sentimentos dos concorrentes. Em Coimbra, Amorim mostra os ares de revolução na transcrição de um dos discursos acadêmicos de Garrett:

Academicos. A vossa honra, a vossa probidade, hum dos vossos direitos mais sagrados, se acha offendido o mais escandalozo que he possivel. Vós sois Cidadãos Portuguezes: este he o vosso domicilio, tanto para o fôro Civil como para o Ecclesiastico [...] e a Nação ha-de hum dia escolher para a sustentação de seus Direitos, da sua Liberdade, da sua Independencia, da sua felicidade. E apesar disto querem privar-vos de votar na escolha de vossos Representantes [...]. (GARRETT, 1820, p. 3)<sup>62</sup>.

O campo familiar, tão importante para Garrett, logicamente também aparece em Amorim; este descreve minuciosamente o momento em que Garrett conhece Luísa Midosi, no teatro do Bairro Alto em Lisboa e a exata ocasião do casamento. Amorim passa aos leitores

<sup>62</sup> GARRETT, Almeida. *Proclamações Acadêmicas*. In: *Jornal O Patriota*. Coimbra, 15 de dezembro de 1820, nº 67, p. 3-4.

uma Luísa como “a mais perigosa de todas as Annalias” (AMORIM, 1881, t. I, p. 225), o que afinal pode não ser exato.

Segundo Amorim, o casamento de Garrett com Luísa Midosi nunca daria certo, pois ela era muito nova e não tinha instrução. Garrett, mesmo tentando passar-lhe alguma lição, nunca conseguiria fazer com que sua esposa chegasse à grande educação intelectual que ele tinha. Mas fica a pergunta: alguma mulher naquele tempo, ainda por cima tão jovem, podia ter tal instrução?

Esta paixão, absorvendo-o repentinamente, revela-nos o estado doentio da alma n'esse periodo da sua vida. Elle proprio diz de si, n'um dos seus discursos parlamentares, “que sempre teve mais coração do que cabeça”; e era verdade. Mas n'esta occasião não fôra talvez só o coração que o guiára. Sem pôr em dúvida a sinceridade do seu amor, é, comtudo, permittido, a quem o conheceu tão intimamente, acreditar que a admiração da belleza plastica entrou por metade n'elle. (AMORIM, 1881, t. I, p. 230).

Para Amorim, dois grandes males tornaram infeliz essa união: “a incompatibilidade de genios e a desproporção das inteligências”. “Garrett era excessivamente impressionavel, ardente e affectuoso”, enquanto que Luísa, segundo o biógrafo, era ainda uma menina e não tinha estudos à altura do escritor.

A sua imaginação vivissima, mostrando-lhe em D. Luiza o sonhado ideal, levou-o talvez a tomar por sentimento verdadeiro o que provavelmente não seria mais do que sensação passageira, inspirada pelo esplendor da belleza physica. D. Luiza do mesmo modo se illudiria, julgando amar o marido. Cedêra sem dúvida ao attractivo que todas as mulheres encontram, ao sair da infancia, no olhar do primeiro homem que as contempla. [...] Ella poderia aspirar á mão de *qualquer homem vulgar*; porém nunca á do glorioso escriptor, que deixou immortal nome nos fastos da litteratura portugueza. (AMORIM, 1881, t. I, p. 272-3, grifo nosso).

Garrett, segundo Amorim, percebeu a desigualdade que havia entre ambos. Tratou de ver se era possível encurtar a distância que os separava, dando-lhe alguma instrução literária; entretanto, essa atividade foi em vão, pois Garrett, tentando instruí-la sobre as faculdades superiores ao que “podia comportar sua inteligência”, tornou-se lhe “mais prejudicial do que útil” (AMORIM, 1881, t. I, p. 273). Afirmando que essa mulher não era para Garrett, Gomes de Amorim diz que Luísa nunca estaria a par do mundo intelectual que seu marido possuía e nunca seria letrada, o que explicita o discurso machista de Amorim:

Avalia-se bem quanto lhe seria grato communicar as suas idéas, os pensamentos e projectos á sua companheira, se esta chegasse á altura de poder comprehendê-lo e apreciá-lo. É porém sempre erro gravissimo querer o poeta ou o homem de letras fazer da mulher, não digo já litterata, porque melhor fôra deitá-la desde logo a um poço, mas letrada; sobretudo quando essa mulher é sua esposa. (AMORIM, 1881, t. I, p. 273-4).

José Osório de Oliveira no livro *O Romance de Garrett* também refere o início da vida íntima do casal como trágica. Segundo ele, embora fosse o propósito do escritor tornar amável o estudo das letras, Luísa não consegue interessar-se, enfasiada com as lições:

Na vida íntima de todas as horas, pouco tempo será necessário a Garrett para descobrir que a esposa não pode ser companheira do seu espírito. [...] Mas a razão descobre logo que, por trás do límpido olhar azul, não há senão o espírito de uma rapariga de quinze anos, sem educação literária nem curiosidades intelectuais. Não percebe ainda, o marido apaixonado, que não é só a cultura que falta á mulher, mas a inteligência. Quer instruí-la, elevá-la até si, e começa a redigir uma série de estudos sobre literatura a que chamará *O Liceu das damas, lições de poesia a uma jovem senhora*. (OLIVEIRA, 1952, p. 46).

É inegável que o discurso de Amorim está eivado dos preconceitos da época, que nublavam o olhar dos homens, sem lhes permitir ver a mulher como sujeito de sua própria história.

Já outra mulher à qual Amorim faz referência é Adelaide Pastor. Ele diz que ela foi “a mais digna e a mais querida de todas as mulheres que reinaram no seu coração” (AMORIM, 1884, t. II, p. 319). Fiel ao seu sistema de verdades, Amorim não poderia em sua biografia deixar de tratar sobre esse assunto.

Novamente julgando, Amorim diz que Adelaide fora a verdadeira esposa de Garrett, “com sua graça amavel e maneiras insinuantes”, descreve ele; diferentemente de Luísa, era “dotada de singular intelligencia”, e “cultivava-a com muito tacto e gôsto”, “reunia aos dotes adquiridos pelo estudo, e ás boas qualidades, as virtudes que mais encantam os homens”. (AMORIM, 1884, t. II, 319-20).

Adelaide conhecia-o, sabia as circumstancias da sua vida, tinha-o por homem de honra, e recebeu solemne promessa de que seria tratada como mulher legítima, e desposada, em caso de fallecimento da outra. [...] Garrett amou-a com esse firme, sereno e leal affecto que nasce da estima que nos inspiram os bons sentimentos e o character da pessoa amada, amor, que todos os dias se fortifica – em vez de enfraquecer-se com o tempo, como acontece ás paixões exclusivamente filhas do enthusiasmo. (AMORIM, 1884, t.II, 319-20).

Desse romance, nasceu a filha de Garrett, Maria Adelaide, registrada afinal como “filha natural”. Buscando legitimá-la, Garrett aceita, mais tarde, o título de Visconde. Amorim registra que Garrett “continuava a ser pobre; porque jamais vendêra a consciencia e a probidade por nenhuma especie de ganancia. Pela filha, perdeu o medo ao ridiculo de deitar titulo, depois de ter rasgado a pelle aos barões, nas *Viagens*. Qual será o pae que ouse condemná-lo?”. Ainda na passagem abaixo:

No seu testamento refere que supplicára muito e mui instantemente para que esse titulo fosse concedido sómente a D. Maria Adelaide; isto é, que se verificasse desde logo n’ella, sem

passar por elle; mas que não pôde conseguil-o. Deu-se-lhe em duas vidas, e acceitára-o, por persuadir que seria uma ajuda de dote para a sua herdeira. (AMORIM, 1884, t. III, p. 302).

No final, Amorim afirma que Maria Adelaide foi legitimada, mas não se deu totalmente a vontade de Garrett, pois “a rainha recusou tenazmente verificar o titulo da segunda vida”. Gomes de Amorim conta aos leitores sobre ela com muita ternura, tendo em vista o amor de Garrett pela filha.

Outro assunto bem estudado por Amorim são os exílios. Amorim transcreve exatamente o momento em que Garrett teve de fugir, partindo para a Inglaterra em 1823 e depois para Havre, na França; ele seria preso por celebrar os hinos entusiásticos da revolução e por proclamar que preferia a morte à perda da liberdade, pois agora “entre elle e os inimigos da constituição tacitamente se tinha jurado guerra sem treguas” (AMORIM, 1881, t. I, p. 284). Em sua autobiografia, de 1844, no *Universo Pittoresco*, Garrett conta sobre a partida. Amorim narra o mesmo episódio como se fosse sua a angústia de viver longe da pátria:

Entretanto avisinhou-se o termo do curto periodo constitucional: muitos dos partidarios deste systema, não querendo transigir com a nova ordem das coisas, fôram procurar a paízes estrangeiros a liberdade para suas opiniões, que em Portugal fôra banida. Deste numero foi o nosso joven litterato, que no proprio dia que el-rei D. João 6º sahiu para Villa Franca, abandonou o seu emprego, e pouco depois a patria, partindo-se para Inglaterra. (GARRETT, 1844, p. 301)<sup>63</sup>.

Estimado, e com a perspectiva de prospero futuro, via de repente sumir-se tudo isso! Desfazia-se-lhe o sonho da felicidade como se desfazem as nuvens ao impulso dos ventos! Emprego, mulher, patria, porvir de gloria, perdidos talvez para sempre! Quem sabe a que inhospitos mares ia levál-o a onda do destino, ou em que remotas praias faria naufragio o baixel de sua esperanza?! (AMORIM, 1881, t. I, p. 291).

Também, Amorim noticia sobre todos os cargos de Garrett e seu esforço em conseguir usá-los para a melhoria da vida social no país. Seu primeiro emprego, entrando no serviço público, foi de Oficial Ordinário da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Logo foi elevado a Chefe da Repartição de Instrução Pública. Tornava-se agora independente do dinheiro da família:

Não era juizo que faltava ao auctor de tantas maravilhas como as que nos deixou; era o genio intrigante e o character maleavel, que elle nunca quiz ter, para dominar politicamente qualquer partido. O seu pensamento constante foi ser util á sua patria e á liberdade, sem curar de saber se o logar em que as servia era o que legitimamente pertencia aos seus talentos ou se lhe era inferior e secundario. General ou soldado, nas letras, na administração, na politica e na magistratura, entendia que todo o homem de bem podia servir o emprego que lhe destinassem as circumstancias. (AMORIM, 1881, t. I, p. 262).

---

<sup>63</sup> GARRETT, Almeida. *Autobiografia – O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett*. In: *Universo Pittoresco – Jornal de Instrução e Recreio*. Lisboa, 1844, nº 19-21, t. III.

Garrett foi demitido deste cargo em 18 de agosto de 1828, por causa da sua ligação com a causa da Rainha, Dona Maria II. Amorim traça, em várias circunstâncias, como o poeta foi prejudicado pelo único motivo de ser avesso a tudo que promulgava o rei absoluto. A causa da Rainha foi defendida com veemência. Garrett foi exilado, deixado sem meios de sustento e demitido de cargos por sua convicção, segundo Amorim por inimigos invejosos da sua glória. Em tal grau, “em 18 de agosto de 1828 demittia-o de official da secretaria do reino o governo intruso, por causa da sua adesão á causa da rainha. Era advertil-o de que escusava de voltar á pátria, salvo o caso de querer que n’ella o enforcassem.” (AMORIM, 1881, t.I, p. 453).

Tendo início a vida parlamentar de João Baptista, que lhe abriu nova existência, e sendo eleito deputado por Braga e pelos Açores, Amorim transcreve muitos dos discursos do mesmo na câmara; com isso, Amorim relata que Garrett prepara os espíritos portugueses para o novo código político de que iriam tratar nas cortes. Em primeiro de março de 1837, deu-se a primeira exposição pública; Garrett se via incansável ao falar sobre o “partido da carta”:

[...] do partido da carta fui, sou, e hei de ser: e se isso é peccado não só o confesso, mas declaro que nele morrerei impenitente. Do partido da carta é, neste sentido, o que desde que a jurou foi sempre a nação portuguesa. E que significa ser do partido da carta? Respondo o que eu, e graças a Deus, a nação portuguesa entende toda: ser fiel à dinastia de el-rei D. Pedro IV. Querer a monarquia representativa e hereditária naquela dinastia sempre popular, e sempre amada. Querer a liberdade com a ordem, a igualdade com a lei, derivando todo o poder do povo, e toda a autoridade do rei. [...] O partido pseudocartista, cujo fim é a anarquia, a desgraça pública, e a pilhagem particular, é composto de muito diferentes elementos<sup>64</sup>.

Outro cargo importante que Amorim refere é o de Cônsul Geral de Portugal na Bélgica, em fevereiro de 1834. Para Amorim, essa nomeação figurou como punição para seu professor; todos os que lutaram pela revolução já se viam cansados pelas expulsões e emigrações, pois já tinham passado por grandes aflições fora da pátria natal. Francisco Gomes de Amorim ainda defende a teoria de que Garrett aceitou o cargo na Bélgica sem pestanejar porque, nesse tempo, estava enfasiado de presenciar a degradação do país.

Outros princípios apresentados por Amorim foram o de que Garrett se achava livre para incrementar seus estudos com a literatura dos outros países europeus ou pensava em mais um título para se eleger deputado, que era seu objetivo maior. Amorim especula sobre as causas no começo do segundo volume:

<sup>64</sup> Jornal *O Nacional*. Lisboa, 3 de março de 1837; *apud*, AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memorias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. II, p. 267.

[...] atraído pelo seu constante desejo de estudar, receberia como favor o que a maioria dos seus contemporâneos teria tomado então como verdadeira violência? Ou aceitou simplesmente a nomeação para ter mais um título que lhe facilitasse a sua eleição de deputado, esperando regressar à pátria para entrar na câmara, logo que se reunissem as câortes? (AMORIM, 1884, t. II, p. 32).

De fato, sua estadia forçada de dois anos na Bélgica é estudada, às vezes, como um terceiro exílio, pois Garrett foi afastado do país no momento em que havia um grande conflito de opiniões contrárias ao regime em vigor, com o falso pretexto de assumir uma função pública. Não se pode afirmar que realmente foi, mas sabe-se que foi totalmente desprezado por esse mesmo governo – sem salário, sem notícias, sem resposta, sem esperança.

Em suma, é matéria da segunda parte deste capítulo a análise do tempo em que Garrett permaneceu em Bruxelas como Encarregado de Negócios Estrangeiros, comentando sobre todos os acontecimentos, os prejuízos sofridos por ele pela falta de recursos, a amargura por estar longe de Portugal, a comunicação escrita com os políticos portugueses e a sua ocupação. Será feito um estudo em cima das suas correspondências, as mais importantes são transcritas na íntegra por Amorim, e da sua relação com os intelectuais, com o governo do país e com sua esposa.

## **2.2 O drama político de Garrett em Bruxelas através de suas correspondências**

Após a tomada liberal, entre os anos de 1834 e 1836, a época devorista instalara-se. Os liberais se separam drasticamente: radicais e moderados dividem opiniões. Portugal, castigado ainda pela guerra que decorrera (1832 -1834), sofria política e financeiramente.

A partir da Convenção de Évora Monte (1834), começa em Portugal, efetivamente, o período liberal. Criou-se um clima de violência e discriminação contra os vencidos. Uma nova elite vai ao poder.

Ocorreu, assim, a ascensão de toda uma média e alta burguesia a cargos do governo e nobreza, até então reservados a uns poucos. Alguns liberais, após lutarem arduamente pela pátria, não tiveram acesso aos cargos na Câmara, sendo totalmente desprezados; outros garantiram vantagens sociais, o que os distinguiu face ao restante da sociedade.

Logo, passou a imperar a justiça pelas próprias mãos. Pequenos grupos se formavam e gozavam de um poder paralelo àquele instituído pelos tribunais e outras instâncias jurídicas.

A corrupção começava a inibir o desenvolvimento progressivo e positivo da sociedade em geral.

Nesse panorama, Almeida Garrett nunca escondeu que era contra esse novo regime que tinha se alojado; ele era um liberal-monarquista, ou seja, acreditava na monarquia constitucional. Diante disso, continuava a lutar pela liberdade, embora desiludido com os seus companheiros, alguns deles de exílio, e com a direção que tomava a revolução. Em *Viagens na Minha Terra*, Garrett diz:

O barão é pois usurariamente revolucionário, e revolucionariamente usurario. Por isso é *zebrado* de riscas monarquico-democraticas por todo o pêlo. Este é o barão verdadeiro e puro-sangue: o que não tem estes caracteres é espécie diferente, de que aqui se não trata. Ora, sem sair dos barões e tornando aos frades, eu digo: que nem eles compreenderam o nosso século nem nós os compreendemos a eles. Por isso brigamos muito tempo, a final vencemos nós, e mandamos os barões a expulsá-los da terra. No que fizemos uma sandice como nunca se fez outra. O barão mordeu no frade, *devorou-o...* e escouceou-nos a nós depois. (GARRETT, 1965, p. 205, grifo nosso).

Cansado e motivado pelo maior desencanto em relação à política portuguesa, Almeida Garrett, na Bélgica, fica sem receber os seus vencimentos. Clamou por seus direitos; porém, ministros chegam a colocar em dúvida os seus serviços, até mesmo os que tinham sido companheiros de exílio. Não hesitavam em nomeá-lo para comissões, pois sabiam da sua importância e capacidade, porém recusavam contemplá-lo com o pagamento. Segundo Amorim, “humilhavam-n’o, pedindo-lhe provas que bem sabiam ser desnecessarias”, e continuava:

Só a elle e com elle succedia isto! Porquê? Porque é sempre esta a sorte dos maiores engenhos. Invejavam-n’o e temiam-n’o, por isso queriam tê-lo na dependencia, ou afastá-lo para onde não assombrasse com os seus grandes talentos e variadas aptidões as mediocridades que lhe disputavam o passo. (AMORIM, 1884, t. II, p. 31).

No dia 4 de fevereiro de 1834, Garrett é nomeado Encarregado de Negócios junto ao governo da Bélgica e Cônsul Geral de Portugal neste país. Essa viagem do poeta pode ser considerada um novo exílio. Não concordando com sistema político vigente, Garrett foi enviado a outro país com o forjado intuito de trabalho. Amorim é categórico em dizer que tudo não passou de um tipo de apagamento:

Este despacho, com que lhe tapavam a bôca, calculado para lisonjear-se o amor proprio, afigura-se-me castigo e não recompensa. Quando todos estavam aborrecidos de viver fóra do paiz natal, cansados de viagens, suspirando pelo socego plácido do lar, por ver e ouvir os seus, porque rasão iria esse homem de tanto coração, tão grande poeta e tão apegado á lingua e ás coisas nacionaes, peregrinar de novo em terra estranha?! Não lh’o perguntei nunca. Enfasiado, provavelmente, de ver como as coisas corriam, logo no começo da restauração,

voluntariamente, quis arredar-se do caminho das nullidades, que aspiravam a tudo quanto havia de mais rendoso, e tudo conseguiam. (AMORIM, 1884, t. II, p. 32).

Amorim dá sua opinião sobre o porquê de Garrett ter aceitado o cargo sem pestanejar. De acordo com Amorim, Garrett já estaria aborrecido de ver como as coisas corriam e quis afastar-se para não presenciar a falta de mérito dos políticos que estavam no poder e tudo conseguiam. Também, poderia ter sido atraído pelo seu constante desejo de estudar e, por isso, “lembrar-se-ia também por acaso de que n’outros paizes os embaixadores das nações cultas se tinham chamado Dante, Petrarcha, Boccacio, Machiavello” (AMORIM, 1884, t. II, p. 32).

Amorim ainda levanta hipóteses sobre a sua vontade em ser deputado: sendo nomeado Cônsul, teria mais um título, o que facilitaria a sua eleição para deputado, assim que reunissem as cortes, quando regressasse à pátria. Na verdade, Amorim dá seu ponto de vista, contudo não entende porque Garrett “receberia como favor o que a maioria dos seus contemporaneos teria tomado então como verdadeira violencia” (AMORIM, 1884, t. II, p. 32).

*Garrett – Memórias Biographicas* traz várias transcrições de cartas trocadas com a família Garrett, principalmente com o irmão Alexandre, e com outros homens de letras da época: ministros, encarregados de negócios etc. As cartas são importantes depoimentos para se ter uma ideia das relações sociais e familiares oitocentistas; elas denunciam lugares, pessoas e acontecimentos relativos aos mais diversos temas do século.

Sobre o período em Bruxelas, o qual majoritariamente nos detemos, Amorim apresenta uma carta de Garrett ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Agostinho José Freire:

V. ex.<sup>a</sup> bem vê, pelo meu desejo de sair de Portugal n’uma epocha em que toda a carreira das ambições está aberta aqui, que eu só procuro fugir de todas ellas e viver em paz: pois bem facil me fôra escolher bandeira de partido e ser também ambicioso. Esta garantia que dou tão segura que só quero na paz do meu gabinete occupar-me de meus estudos e ser util á patria julgo dever merecer alguma coisa ao governo de sua magestade imperial e a v. ex.<sup>a</sup>. (GARRETT, 1904, p. 635)<sup>65</sup>.

Percebe-se aqui o descontentamento de Garrett com o “devorismo”. João Baptista está sempre preocupado, comenta Amorim, com a evolução do país. Todos os seus passos concorrem para se mostrar útil a Portugal, sempre com o objetivo de engrandecer seus

---

<sup>65</sup> GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: *Obras Completas de Almeida Garrett*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1904, vol. 2.

conhecimentos para empregá-los a favor da nação. Aqui mais uma vez Amorim exalta a bondade de Garrett, sua preocupação com a pátria:

Apesar de grandissimo poeta, de ter já honrado gloriosamente a terra do seu berço com tantas e tão diversas obras litterarias, procurava por todos os meios e em todos os ramos do saber alargar a esphera dos seus conhecimentos, para empregál-os em serviço da nação. (AMORIM, 1884, t.II, p. 39).

Já instalado na Bélgica, Garrett começou a desempenhar as suas funções. Em carta ao ministro datada de 30 de julho de 1834, conta-lhe que foi muito bem recebido e que já estabelece relações diplomáticas:

Tenho tomado todas as disposições para desempenhar devidamente o principal objecto de minha missão, procurando encaminhar d'aqui algum commercio para os nossos portos, e informando com individualidade e exactão o governo de sua magestade de quanto possa interessar-nos. Um caminho de ferro que já quase cruza o paiz e deve chegar em breves dias á Prussia, ha de ser de grande importancia para o nosso commercio com o interior da Allemanha, que por Hollanda e Hamburgo se fazia com mais que dobradas despezas, risco e delongas do que por aqui se fará. (GARRETT, 1904, p. 636).

Na medida em que reconhecia o espaço, Garrett se via na oportunidade de estudar a língua e a literatura alemãs. Quanto mais examinava os meios com os quais desenvolver as relações comerciais, debruçava-se nos sábios germânicos, compreendendo com categoria Goethe, Herder e Schiller. Todos estes escritores influenciaram, segundo Amorim, o seu estilo literário: todas as suas composições posteriores são carregadas de mais profundidade, um pensamento mais transcendente, um estilo mais original.

Amorim ressalta, através de carta de Garrett, de 8 de agosto de 1834, que o poeta estava gostando de seu trabalho, porém um pouco insatisfeito com os ordenados atrasados. Garrett não se cansa de frisar seus feitos para com o país:

Tantos motivos me assistem para pedir e esperar este favor, que ousou confiar não serão desattendidos de v. ex.<sup>a</sup> Doze annos (aliás dez) de emigração pela causa da liberdade, uma assidua e provada applicação litteraria, minha vida toda passada ou sob a proscricção ou nos carceres, duas vezes encarcerado, duas privado por longos annos de todo emprêgo, o confisco de meus poucos bens, – uma familia a meu cargo, a saude perdida – e sobretudo o tenuissimo de meus ordenados actuaes, a par de uma despeza que tenho receio v. ex.<sup>a</sup> julgue exagerada por mim, mas que de certo o não é [...]. O governo sabe muito bem de quanto votado foi todo o meu tempo ao serviço público na organisação das importantes reformas de todos os estabelecimentos de instrução e educação do reino. [...] sacrifiquei tudo á utilidade – remota que ella venha a ser – da minha pátria, e á satisfação, que por fim tive, de depositar nas augustas mãos do libertador da geração presente um código completo de instrução, o único meio de assegurar a liberdade da geração futura portugueza. (GARRETT, 1904, p. 639).

João Baptista vai contando os pormenores da evoluída administração belga. Sua função, Garrett a cumpre noticiando ao ministro sobre a economia belga, sobre a importação e a exportação, sobre o ensino e a educação.

Amorim mostra então um homem impaciente com relação à política de seu país. Segundo ele, Garrett não aguentava mais a situação de não receber ordenados, e ter que honrar com jantares e solenidades o cargo que ocupava. Assim, Gomes de Amorim define também o intelectual frustrado, que é renegado pelo país; sua “triste e precária posição” o incomodava.

A correspondência de Garrett, dessa forma, se torna muito importante para a história do século XIX. Acabada a emigração para os súditos da Rainha, continuava para muitos – entre estes estava Garrett – que ajudaram a sustentar seus direitos, as misérias e as vergonhas em face do novo reinado que se sucedia.

Mostrando que as correspondências são um grande objeto de apoio para os estudos históricos, Amorim dá ênfase em sua biografia ao espólio que Garrett envia a Portugal, principalmente comunicações com o Ministro de Negócios Estrangeiro. Ele faz menção à causa da rainha e a pessoas importantes de sua convivência. Queixa-se, a todo tempo, da supressão do seu ordenado de Oficial da Secretaria de Estado, faz objeção de acumular dois empregos. O fato é que o Encarregado de Negócios renunciou à residência, aos hábitos e à vida literária na sua terra natal para viver, à palavra do governo, em um país estranho, ficando ele totalmente dependente do Estado.

Garrett entra em uma posição desesperada: sem receber salários e totalmente esquecido, faltam-lhe recursos, ao passo que lhe crescem as dívidas. Como se já não lhe bastassem os dois exílios, o governo do país esquecia o autor de *Catão* na Bélgica, abandonava-o aos acasos da fortuna sem meios de cumprir suas obrigações. O tesouro público quebrado estava arruinado por diversas invasões e guerras civis.

Os novos governantes, muitos amigos de João Baptista, herdavam um país em total desordem, com uma administração fatigada. Assim como ele mesmo, exaustos estavam outros revolucionários, desejosos de sossego e de anos mais fartos. O romance de Amadeu Lopes Sabino, *A Lua de Bruxelas* – no qual se tem Garrett como personagem principal e sua estadia em Bruxelas como tema – expressa a frustração do poeta com tudo que se sucede:

A morte de D. Pedro, compreendera-o de imediato, facilitara as transigências de uns, o conformismo de outros, o oportunismo de todos, a reescrita do passado próximo por quantos partilhavam as benesses do poder. Era-lhes necessário calar os renitentes, os indomáveis, aqueles que, como ele próprio, cultivavam o propósito de reforma mental do país. [...]

colocara-se – compreendia-o agora – nos antípodas dos actuais *amigos de D. Pedro*. (SABINO, 2000, p. 39, grifo do autor).

Pouco a pouco, a situação do Encarregado de Negócios Estrangeiros adquiria contornos desagradáveis. Os governos que agora iam tomando posse em Lisboa ignoravam-no. Ao contrário de seus primeiros documentos que tratavam de relações comerciais, a política e a administração de Bruxelas, agora Garrett manda ofícios com lamentos sobre sua situação financeira, clamando para que lhe paguem os ordenados atrasados e por notícias quaisquer. Ele já estava cansado e, com o tempo, foi ficando sem respostas.

Primeiro, estava cheio de dívidas; não conseguia manter a vida que um cargo de Encarregado de Negócios lhe requeria. O governo lhe dava ordens que geravam despesas, mas não mandava dinheiro para cobri-las: “expuz a v. ex<sup>a</sup>. a minha triste e deploravel posição n’esta côrte, que de dia a dia se torna mais afflictta e desesperada, pela absoluta falta de todos os recursos e pela recrescente despeza a que é forçoso fazer face.” (GARRETT, 1904, p. 642). Sabia que outros empregados do reino, aqueles que tinham sido privilegiados, recebiam seus salários corretamente, até mesmo adiantados.

Segundo, não obtinha informações do governo, tanto pelas respostas às suas cartas, quanto pelos jornais oficiais. Garrett não tinha mais dinheiro para cobrir a assinatura, legislações e decretos portugueses. Em carta de 22 de agosto de 1834, novamente ao ministro Agostinho José Freire: “a minha posição n’esta côrte se torna dia a dia mais difícil pela absoluta falta de instrução e até de notícias.” (GARRETT, 1904, p. 640).

Ainda para piorar a situação, havia os soldados: nos anos finais da guerra civil portuguesa, vários combatentes foram enviados pelos emissários de D. Pedro para fazer parte dos dois regimentos de infantaria levantados na Bélgica. Agora também sem dinheiro e infelizes, eles perseguiram João Baptista clamando por respostas, pois este era o único vínculo que tinham com o país.

[...] não ha um dia que eu não seja perseguido com cartas de toda a parte (além das visitas pessoaes) de officiaes e soldados que estiveram ao nosso serviço, as de suas viúvas, orphãs e parentes em todo o grau, que uns e outros pedem esmolos, pensões, informações, certidões, e quanto lhes parece. (GARRETT, 1904, p. 654).

Garrett também pedia que o aliviassem do brutal trabalho que tinha, que lhe mandassem um secretário e, ainda, bradava por três meses de licença para ir a Lisboa cuidar dos negócios da família, que estava em choque após a morte do seu pai.

Novamente em carta de 10 outubro de 1834 a Agostinho José Freire, Almeida Garrett faz um panorama de como está sua vida:

Por um lado, as minhas despesas diarias, por outro os subsídios, que segundo expuz em meu officio nº 4 era forçoso dar aos veteranos aqui residentes, exgotaram, ha muito, não só os recursos modicos de minhas pequenas rendas, mas até a generosidade dos emprestadores a que me vi forçado a recorrer. O pequeno adeantamento que recebi á minha sahida de Lisboa apenas cobriu as despesas de minha viagem e algumas das dividas que uma emigração de cinco annos (a que eu ajuntei um anno de campanha) me tinha acarretado. Emfim com nove mezes de divida, em uma terra inteiramente estranha, com pesados encargos publicos e particulares, um ordenado já insufficiente, tendo de comprar até os livros, as estantes, os bancos, os sellos para esta legação que não possuia um só papel, v. ex<sup>a</sup>. me fará de certo a justiça de crer que não exagero em asseverar que a minha posição é lamentavel. E em meu triste e abandonado estado chego a suppor que talvez, sem o saber, tenha commettido algum crime grave e incorrido no desagrado de sua majestade, que assim julgue dever punir-me. Mas permitta-me v. ex<sup>a</sup>. que lhe pondere que, ainda n'esse caso o castigo fôra sobremaneira duro e cruel. (GARRETT, 1904, p. 643).

Esta carta é transcrita por Amorim em *Garrett – Memorias Biographicas*. Ele chama de instrutivas todas as cartas que transcreve, principalmente as enviadas ao ministro. Também está no romance *A Lua de Bruxelas*.

Com o intuito de legitimar a ficção, Sabino também recorre às correspondências oficiais de Garrett. Tanto a biografia de Amorim como o romance de Sabino trabalham com a verossimilhança: este a utiliza para dar um tom de veracidade aos fatos históricos no âmbito da ficção; aquele a emprega para corroborar sua defesa do papel que Garrett exerceu no seio da sociedade em que lhe coube viver.

Voltando ao período belga, era realmente complicada a posição de Garrett: todos os chefes de posição diplomática eram ricos de adornos em bailes da corte. Todos apresentavam o peito coberto de insígnias, entretanto João Baptista não as tinha. Amorim diz que depois de anos continuava “a pobreza franciscana”. (AMORIM, 1884, t. II, p. 78).

Não recebendo nenhuma resposta satisfatória aos seus justos pedidos de pagamento e já enfasiado do triste papel que era premido a desempenhar, Garrett cogitou separar os dois empregos. Mais um pedido que não se resolveria.

Amorim, como é costume, ressalta essa condição de Garrett: se simplesmente narrasse os fatos sucedidos em Bruxelas, os leitores poderiam imaginar que Gomes de Amorim estaria exagerando sobre o estado de infortúnio de Garrett, pois, por ser amigo do mesmo, poderia ser possuído do sentimento de pena. Por isso, transcreve as cartas diplomáticas ao governo para mostrar-se fiel ao compromisso de escrever a realidade. Amorim lastima a indiferença com que Garrett foi tratado e sempre aproveita para destacar as melhores qualidades de seu mestre. Assim, convida os leitores: “Leiam e pasmem. Não creio que em nenhuma outra legação

houvesse pobreza igual, nem representante que por tanto tempo e com tanta paciência a supportasse [...]”. (AMORIM, 1884, t. II, p. 85).

Amorim indica constantemente um Garrett que, apesar de todas as desventuras que o rodeavam, se mostrava forte na sua principal estratégia: levantar o país. Notava que, mesmo desgostoso, tinha na pátria seu bem maior e desempenhava suas funções com rigor:

Em cada um d’esses documentos se prova que tambem para a diplomacia lhe sobejavam aptidões e finura. Informava minuciosamente a sua côrte de tudo que via e ouvia, destruiu com rara habilidade qualquer impressão menos favoravel a respeito de Portugal, alargava as relações commerciaes, tentava satisfazer as reclamações dos que se tinham inutilizado em serviço da rainha; diligenciava, emfim, por todos os modos honrar o nome do seu paiz e o do governo que o nomeára. (AMORIM, 1884, t. II, p. 91).

Também Amorim vai revelando algumas pequenas fraquezas, que, segundo ele, “não raro avassallam os maiores espiritos”. Em ofício de 11 de janeiro de 1835, Garrett noticia ao ministro sobre a estadia do príncipe Augusto em Bruxelas, que ele afinal acompanhou a Lisboa. Ao final, Garrett pede um “testemunho de sua real benevolência” e diz que “será a única recompensa que [ambiciona]”<sup>66</sup>.

Amorim o critica, dizendo que isto é o mesmo que implorar por uma “condecoração qualquer”. Para ele, Garrett é um “homem de imaginação”, mas que é atraído “pelo aparato e os europeus das côrtes, que fazem sorrir as pessoas de gostos simples e primitivos”<sup>67</sup>. Ainda acrescenta que “faz pena ver que tão grande espirito se preocupasse com tão pequenas coisas” (AMORIM, 1884, t. II, p. 130).

Observa-se mais uma vez que Amorim não só explicita as qualidades, mas também aponta as debilidades de seu “mestre”. “Não tem a necessidade”, salienta, “de referir factos que possam, ainda que levemente, offender o brilho com que resplandece o nome de Garrett” (AMORIM, 1884, t. II, p. 129).

Finalmente, em 25 de outubro de 1834, foram-lhe concedidos três meses de licença para ir a Portugal cuidar de assuntos de família. Prova-se, por meio de sua correspondência, que Garrett se manteve em Lisboa, não indo à Ilha Terceira; não viu a mãe, nem saiu de Lisboa, tendo que retomar seu emprego<sup>68</sup>.

Retornando a Bruxelas, em 27 de junho de 1835, Garrett recebe mais duas veneras: estando no Ministério dos Negócios Estrangeiros o Duque de Palmela e no Ministério do

<sup>66</sup> Ver GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: *Obras Completas de Almeida Garrett*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1904, vol. 2, p. 653.

<sup>67</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t.o II, p. 100-01.

<sup>68</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, t. II, p. 112.

Reino João de Sousa Pinto de Magalhães, recebe a “commenda de Christo” e, em 7 de agosto, recebe dos reis belgas o diploma de Oficial da Ordem de Leopoldo.

Ainda para aumentar sua aflição, o então ministro Duque de Palmela “sucumbiu à influência dos inimigos” e, não só o deixara na triste e secundária situação em que vivia, mas também, contra todos os princípios de justiça, o nomeia Ministro residente em Copenhague, um cargo menos importante, e em seu lugar coloca Luiz da Câmara, com maior ordenado. Gomes de Amorim acredita que, na verdade, a intenção era de demiti-lo e agora colocariam outro “mais influente e mais protegido” (AMORIM, 1884, t. II, p. 161). Por que se faria a este cidadão tão esforçado a injúria de substituí-lo de modo insólito?

Entre os papéis do poeta publicados por Amorim, estão as cartas particulares de alguns ministros, dizendo a Garrett que fora a Rainha que escolhera a sua substituição. Seu apadrinhado acredita que há alguma causa poderosa por trás da verdade:

Devia portanto haver qualquer causa poderosa e occulta que justificasse a violencia de similhante procedimento. Porque, note-se bem, nomeiam-n’o, sem elle o saber, ministro residente em Copenhague, no dia 7 de novembro; dão-lhe successor para Bruxellas, não lhe communicando a nova nomeação; negam-se-lhe todas as formulas usadas em taes casos, até as da mais fria polidez; e, dois mezes depois, demittem-n’o, e tudo isto sem sombra de advertencia ou aviso prévio! (AMORIM, 1884, t. II, p. 175).

Três meses deixaram ficar o poeta na Bélgica, sem dinheiro e demitido. Quando lhe foi enviado o dinheiro, a conta da secretaria estava longe de conferir com a sua. Encerrando a sua correspondência diplomática de Bruxelas, em último ofício ao Marquês de Loulé, então ministro, de 5 de abril de 1836, Garrett solicita a correção do seu dinheiro:

Ha tres mezes que vivo n’este estado, e ultimamente, apesar de todos os privilegios diplomaticos, soffri a desfeita de um sequestro em minha mobilia pelo resto da renda das casas da legação, *resto que é devido pelo tempo que já as não occupo*, mas que a imprevista demissão que recebi me obriga a pagar. D’esta desfeita não se deu (*nem dará*) satisfação, apesar da reclamação do ministro de sua magestade n’esta côrte, porque a situação em que aqui fiquei, deshonrado pelo meu proprio governo, não é nem póde deixar de ser senão para ser deshonrado por todos. (GARRETT, 1904, p. 675, grifo do autor).

Amorim comenta sobre a desfeita que fizeram a Garrett. Segundo ele, seu biografado já estava doente de tanto trabalho, pois escrevia todos os documentos à mão, não tendo ninguém que lhe ajudasse. Fora isso, vivia em uma intensa penúria. O governo dava vantagens a seus conterrâneos, mas desprezava-o intensamente. Garrett descreve bem o seu estado no período abaixo:

Posto que, já de muito, resignado ao desprezo com que sempre teem sido tratados meus pobres serviços, com tanto zêlo e devoção prestados; posto que me tivesse conformado com o

permanente e diario espectáculo de ver repartir graças e mercês a todos os que commigo partilharam a honra (e o pêso) não só de permanecer fieis na hora do perigo e da tentação, mas de arriscar a vida, a fortuna e tudo pela causa da rainha, sem que o minimo testemunho de aprovação pública da parte do governo, que tão generoso é com todos os mais, chegue até um pobre homem de letras que não ficou todavia *para traz* [...]. (GARRETT, 1904, p. 659, grifo do autor).

A longa correspondência do Encarregado de Negócios na corte de Bruxelas serve para se ter uma impressão do sentimento do poeta ao final dos dois anos que lá permaneceu: triste, cansado e doente. Sem dúvida, grande parte dela é transcrita integralmente por Amorim, com o intuito de demonstrar fielmente a injustiça e os infortúnios pelos quais Garrett passou.

Imaginando que Garrett tinha trabalhado com proveito, o biógrafo chama os que estavam no poder de “invejosos da sua glória” e que forçavam devassar a vida íntima de João Baptista (AMORIM, 1884, t. II, p. 193). Impediram que lhe dessem empregados para o auxiliar, que lhe pagassem o que lhe deviam, que lhe cedessem jornais, legislações, instruções e conhecimentos dos negócios de Portugal.

Procuraram, emfim, desconsiderá-lo e desgostá-lo talvez com o fim de que as suas cartas se tornassem choradeira constante, para amesquinhar-lhe a estatura, a grandeza de character, os talentos, diffamando-o vil e covardemente, para justificar depois o ministro que o demitisse. Conseguiram o que desejavam. A missão do insigne poeta, acabou, como era natural, por se lhe tornar odiosa. (AMORIM, 1884, t. II, p. 194).

Amorim aponta que, na autobiografia do *Universo Pittoresco*, já reconciliado com alguns dos ministros que de 1834 a 1836 tanto o desconsideraram, Garrett diz que lhe fora oferecida transferência para a corte de Copenhague, mas que “receoso do clima não aceitou o augmento de cathegoria e ordenado, que lhe dava aquella transferencia” (GARRETT, 1844, p. 310). Pela correspondência que Amorim transcreve percebe-se que isso não é verdade.

Amorim acredita que, ainda que não o demitissem, Garrett devia ter pedido demissão, pois já havia perdido a confiança do governo e “porque a sua situação tornára-se incompativel com o seu decóro e dignidade”, diz Amorim.

Então, pela primeira vez Amorim refere Luísa Midosi no período de Bruxelas: Amorim coloca-a como um dos motivos pelo qual Garrett já deveria ter renunciado ao cargo. Ao começar a sua apreciação sobre o período, Amorim comenta que Luísa o acompanhava; porém, se até nas transcrições dos documentos oficiais. Somente cita o seu nome novamente ao final: Amorim diz que tomaram a decisão de se separar em Bruxelas.

Mais uma vez Amorim não segue assiduamente a explicação da verdade: na temporada belga ele se limita a noticiar a separação e a transcrever a escritura notorial; contudo não explica o porquê desse acontecimento. Pouco se sabe então sobre a desordem que

atingiu a vida privada de Garrett em Bruxelas, pois *Garrett - Memorias Biographicas* só ocultamente faz alusão. Amorim silencia sobre a infidelidade da esposa, porque esse fato não é recomendável para a moral da senhora e nem para a honra do marido:

[...] essa lucta terrivel pela vida, as perseguições dos credores, as penhoras na mobilia, as desconsiderações com que o tratavam em Portugal inimigos implacaveis, a ingratião dos amigos, que o deixavam sacrificar, o esquecimento dos seus serviços á patria; tudo isso era nada, comparativamente com a dor que o feriu, quando se lamentava d'esses menores dissabores. Aquelle puro affecto, que fortifica até os mais fracos, e que o guiára a elle através de seus infortunios, como o pharol guia o navio por mares procellosos em noites de tempestade, foi-lhe arrancado do seio com peor golpe que o da morte! (AMORIM, 1884, t. II, p. 197-8).

Nesse caso, a vida íntima do casal João Baptista e Luísa Midosi é matéria principal n' *A Lua de Bruxelas*. Diferentemente, Luísa aparece como protagonista:

O cabelo caía-lhe em canudos pelos ombros nus. O peito latejava ao ritmo de uma respiração sumptuosa como um concerto barroco. Envolta no vestido cor de pérola, dir-se-ia um cisne, uma ninfa, uma tágide que ia deslizando por entre as servas rendidas ao império da beleza. Era ela a rainha, a imperatriz, a senhora do Universo. João Baptista compreendeu quanto a amava e de que maneira desde sempre a amara. (SABINO, 2000, p. 34).

Ao contrário de Amorim, Sabino desenha Luísa de forma minuciosa e complexa. O romance é centrado no relacionamento dos dois. Amorim dá outro tom à esposa de Garrett: “não tendo tido tão aprimorada educação e talentos que a fizessem sobresair entre as distinctas damas da côrte de Leopoldo, era todavia dotada de sufficiente intelligencia para saber aproveitar-se habilmente dos favores da natureza” (AMORIM, 1884, t. II, p. 195-6).

Amorim provavelmente sabia que a sociedade portuguesa da época comentava sobre o desastre conjugal do casal. Por isso, foi insistente em documentar que foi Luísa a causa da separação e que estava no comportamento irregular da mulher a razão para as desavenças do casal:

Dos extractos que acabo de fazer atraz, resulta a prova indiscutivel da sua innocencia. Censure-me pois quem quizer por eu os ter publicado. O meu proposito, escrevendo estas memorias, tenho-o dito desde o principio, e repisal-o hei até ao fim, foi illibar-lhe a memoria. É possível que haja algum factio em que eu o não consiga tão absolutamente como n'este; que, apesar do altissimo conceito que eu fiz do seu character, elle succumbisse, n'um impeto de colera, ao desejo de se vingar da sociedade, que lhe pagava com escarneo o seu nobre desinteresse e a bondade com que se deixava accusar pelos proprios que o tinham affrontado [...]. (AMORIM, 1884, t. II, p. 211).

Já Sabino coloca Garrett como a causa da separação: não provê as necessidades da sua jovem esposa, tendo em vista que Luísa é sempre deixada sem recursos enquanto o marido vai

cuidar das causas liberais. Em Bruxelas, o casal acredita que irá usufruir de uma vida melhor, que, porém, não chega, o que aumenta o motivo para a separação:

Ora, no fim do século do feminismo, a pobre Luísa merece a compreensão dos leitores e, por conseguinte, do autor destas linhas. Os doze anos de casamento tinham sido marcados não apenas por exílios e misérias, mas também pelas sucessivas saídas do marido do já de si precário domicílio conjugal. (SABINO, 2000, p. 55-56).

Gomes de Amorim aborda mais o lado político enquanto que Sabino parte para o lado pessoal. Dessa forma, no próximo capítulo, será feito um estudo sobre a exposição deste período dada por Amadeu Lopes Sabino, em comparação com o discurso de Gomes de Amorim. No romance, serão levantadas questões acerca do caráter documental apresentado por Sabino, dando maior objetividade à ficção.

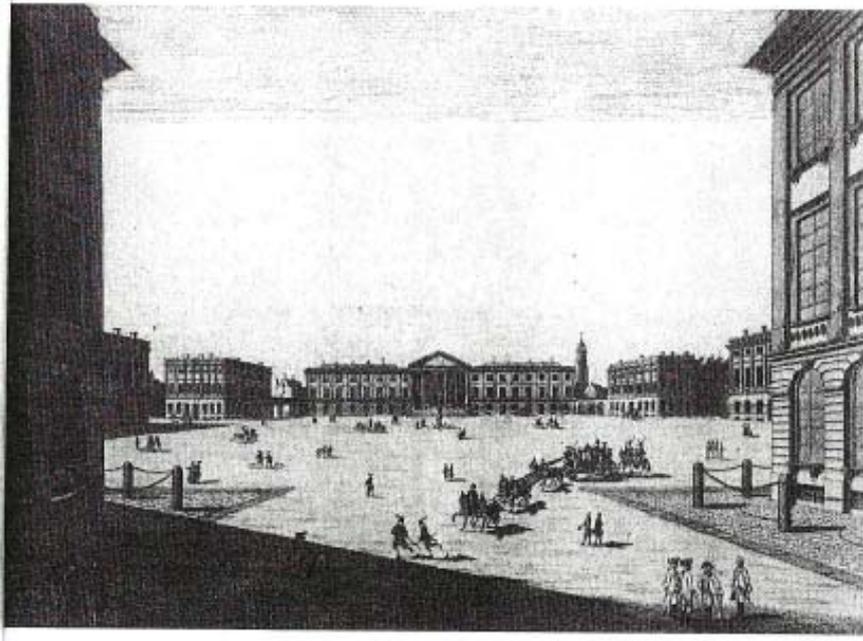


Figura 4 – “[...] a Bruxelas edificada em torno do Palais du Roi, rigorosa e subtil como uma sonata de Mozart.” Bruxelas, *Vue de la Place Royale* – gravura de Probst, fins do século XVIII, inserida na obra *A Lua de Bruxelas*. Porto, 2000, p. 35.



Figura 5 – Retrato de Luísa Cândida Midosi com 18 anos de idade. Fotografia de Isabel Rochinha, [s.d].

### 3 A LUA DE BRUXELAS: UMA NOVA VERSÃO

#### 3.1 A biografia e a ficção

A unidade e a diversidade entre literatura e história foram sempre objetos de discussões. O limite entre a ficção e a história é confundido, a todo o momento, inclusive na pós-modernidade, pois essas duas disciplinas atuam como formas de mediação do mundo, na busca constante de sentido.

Ambos os estudos fornecem aos leitores uma gama de visões da sociedade, um retorno ao passado através dos costumes, cenários, linguagens, sentimentos, personagens dominantes, preconceitos e ideias de uma época já documentada ou não.

Entre as variadas inter-relações entre história e literatura, destaca-se a vocação da narrativa em prosa, de tema histórico, de descrever, explicar, assimilar e sintetizar singularidades essenciais do passado. Dessa forma, tem-se na narrativa ficcional do mundo social uma fonte que carrega as preocupações e os temas vigentes, da época em que foi produzida, constituindo, assim, um poderoso registro do mundo que a geriu.

A história tem como função penetrar a essencialidade dos fenômenos e descrever o comportamento em que as categorias sociais dominantes se inclinam. Nessa temática, a literatura realiza o mesmo processo através da transformação da realidade, servindo-se para tal de personagens que recriam, na singularidade de suas ações, as tendências gerais de uma classe de indivíduos.

Desse modo, o romance histórico coloca a história documentada como pano de fundo para seus enredos. Nele, o autor e o narrador tendem a formar os personagens exatamente em conformidade com as tendências reais do passado, de modo que vivam, amem, odeiem e tenham atitudes consoantes com seu tempo, a fim de que mais verdadeiramente passem a compreensão de realidade. A questão histórica tem o intuito de dar legitimidade à ficção.

Em vista disso, na produção de um romance histórico, o autor deve realizar uma investigação minuciosa sobre a época que abordará, para poder criticar sua própria época. Deve-se, então desvendar os costumes, interpretar as elites e revelar, com sensibilidade artística, o momento.

Nesse conceito, têm-se os romances históricos pós-modernos ou, como Linda Hutcheon denomina, as metaficções historiográficas:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente autorreflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos [...]. A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios, ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. (HUTCHEON, 1991, p. 21-22)<sup>69</sup>.

O conceito de metaficção historiográfica, conforme discute Linda, tem por característica apropriar-se de protagonistas e acontecimentos históricos, sob a ordem da problematização dos fatos do passado. Isto é, a metaficção historiográfica tem como objetivo a autorreflexão, para se repensar e contestar as verdades históricas.

É notório, então, que o romance histórico pós-moderno não pretende contar a verdade, mas sim apresentar outras possibilidades de interpretação. Dessa maneira, forma-se um dos princípios definidores que é a flexibilidade de versões, proporcionando reflexões sobre algum momento, sobre algum personagem ou, até mesmo, sobre a própria história, tida como fechada e imutável, já publicada.

O foco dado mostra a ambiguidade do passado e facilita o surgimento de múltiplos juízos, jamais uma única perspectiva definida. Nesse sentido, pode-se observar que os romances pós-modernos não fecham a possibilidade de leitura e interpretação de um texto, diferentemente dos romances tradicionais que, muitas vezes, apresentavam uma história fechada.

Esses romances não surgem para explicar e dar respostas prontas, eles desordenam e problematizam tudo aquilo que o senso comum dava como certo e já estabelecido. Nessa nova forma de narrativa, tudo pode e deve ser questionado. Os elementos por vezes díspares convergem para serem discutidos e comparados, logo mostrando o compromisso de abrirem-se em um rol de interpretações, em vez de se fecharem em uma singular conclusão ou finalidade.

A literatura, nessa perspectiva interrogativa da história, possui, sem dúvida, um esquema de referências ao passado. Contudo, o papel do romance histórico reside, justamente, em contrastar essa visão que a parte dominante tem da realidade, com uma nova visão simplista e única de um determinado grupo. De acordo com Hutcheon, tanto a escrita da história quanto a da ficção partem da verossimilhança. Nesse meio, a metaficção historiográfica revela uma leitura alternativa do passado como uma crítica à história oficial;

---

<sup>69</sup> HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: História, Teoria e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1991.

por isso, tem caráter complexo, busca o contraditório, negando por vezes mesmo a veracidade de seu objeto.

Nesse tipo de narrativa, a história é praticada e conduzida sob a mão de um artista que projeta estrategicamente o discurso, dando forma de drama aos acontecimentos. Como a desenvolvida por um romance, a representação histórica funciona como um suporte ao que se vai contar: ela determina os moldes sobre os quais a ficção se finca.

Acresce que não se pode confrontar o processo, que transforma em narrativa os registros com os quais o historiador trabalha, com o que converte em ficção os dados que trabalham o romancista; este utiliza-se de maior liberdade e grande dose de subjetividade, enquanto aquele tem restrições e está sujeito ao exame minucioso do leitor.

A representação biográfica é um bom exemplo desse argumento. Ela tanto pode estar voltada para a veracidade inerente à biografia, quanto para a ficcionalidade inerente ao romance. Ela poderá ser um relato de vida, baseando-se em dados empíricos e, assim, aproximando-se da história; também, poderá ser um retrato mais ou menos articulado de um perfil já existente.

Segundo Ofélia Paiva Monteiro, no artigo *Garrett como personagem: da biografia à ficção*, “um texto biográfico pode ser oferecido ao leitor como *história*, que sempre acaba sendo, todavia, ora mais, ora menos, *romanceada*, ou ser-lhe dado, sem ambages, como *ficção*, forçosamente ora mais, ora menos *documentada*”<sup>70</sup>.

Assim, o leitor questiona a veracidade do que é afirmado, pois o biografado está no campo da realidade, ou seja, fora do texto. Já a ficção pertence ao universo da criação, onde se exige verossimilhança da vida narrada, não se esquecendo de um fino acabamento estético. A questão que se coloca para a biografia está mais explícita na diferença entre a caracterização dos indivíduos: a vida de um personagem biográfico começa antes do texto e continua para além das fronteiras do mesmo, não tendo finitude; ao contrário do que acontece com o personagem ficcional, que somente existe dentro dos limites rigorosamente marcados pelo começo e fim do texto.

Em *Garrett - Memórias Biográficas*, Gomes de Amorim, por vezes, contribui com o modo ficcional, que pode ser sentido pelos diálogos e pelas cenas cheias de pormenores. Desse modo, Amorim dá um colorido (até certo ponto “romanesco”) à figura de seu biografado (Garrett). Outras obras também se enquadram nesse formato: *O Romance de Garrett* (de José Osório de Oliveira), publicado em 1936; *História de um Elegante do*

<sup>70</sup> MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *Garrett como personagem: da biografia à ficção*. In: *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa*. (coordenação de Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio). Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009, p. 3, grifo do autor.

*Romantismo* (de Cruz Malpique), publicado em 1954; e *Garrett, A Vida Ardente de um Romântico* (de Calvet de Magalhães), de 1996.

Tanto a biografia de Amorim (do século XIX) quanto as demais (publicadas no século XX) se completam pela imaginação, o que dá aparência de verdade a partir dos dados biográficos de Garrett; porém, essas substâncias românticas não podem ser consideradas pura invenção, tendo em vista que são imaginadas dentro de um conjunto, mais ou menos conhecido, de traços de Garrett. A fantasia está condicionada ao fundamento existencial do biografado.

É claro que o uso desse procedimento narrativo faz com que a biografia saia da severidade limitada pelo rigor histórico. Dessa maneira, José Osório aponta no prefácio de sua biografia novelada<sup>71</sup> (*O Romance de Garrett*):

[...] não me entreguei à fantasia, limitando-me a preencher lacunas com suposições lógicas. Baseando-me em factos provados, deduzíveis de indícios conhecidos ou, pelo menos, verossímeis, é que tentei reconstituir o que mais importava, que eram os estados de alma de Garrett, os seus sentimentos, a sua vida interior, atribuindo-lhe gestos condizentes [...]. Para que esse homem pareça vivo ao leitor, não basta que o romancista conte a sua história; é preciso que, adivinhando-o, intuindo-o, identificando-se com ele, o romancista forneça a razão dos seus actos [...]. (OLIVEIRA, 1952, p. 11).

Podem-se citar, ainda, outras obras contemporâneas que têm Garrett como personagem: *Garrett, o Eremita do Chiado* (de Agustina Bessa-Luís); *Garrett, Uma Cópia Perdida do Frei Luís de Sousa* (de Vasco Graça Moura); e a coletânea de contos *Garrett e outros Contos* (de José-Augusto França). Todas elas são construídas com elementos buscados na biografia e na obra literária de Garrett.

Na obra, sobre a qual nos debruçaremos, *A Lua de Bruxelas* (de Amadeu Lopes Sabino), Garrett aparece como personagem principal e o enredo abarca um período bem conturbado de sua trajetória: a estadia em Bruxelas. O descaso do governo português com um homem que tanto se empenhara na causa constitucional e o fim de seu casamento representam os maiores fracassos do Garrett dos anos belgas.

Alguns estudiosos gostam de dizer que Amorim pouco esclarece sobre esse período. Do ano 1834 a 1836, Amorim dá enfoque à transcrição das cartas políticas de seu padrinho, não tocando em alguns assuntos melindrosos como a separação entre Garrett e Luísa Midosi. Gomes de Amorim tem sido apontado pelo insinuante silêncio com que tratou a temporada.

<sup>71</sup> Ver MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *Garrett como personagem: da biografia à ficção*. In: *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa* (coordenação de Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio). Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009, p. 11.

Não só Amorim, mas também outros autores pouco escrevem sobre esses dois anos. É possível entender o desinteresse dos biógrafos pelo período belga: o poeta não produz nada de literatura e seu rendimento como diplomata não é enfático. Assim sendo, consideram que o desempenho do diplomata não é mais importante do que o do poeta; logo, não há mais interesse em uma investigação pormenorizada? Ou simplesmente não se toca no assunto por causa de Luísa?

Enfim, envoltas em mistério estão as informações criteriosas das páginas do romance *A Lua de Bruxelas*. Como Ofélia Paiva Monteiro denomina, essa *ficção biográfica documentada*<sup>72</sup> pode ser lida como pertencente à série biográfica, pois apresenta ao leitor hipóteses alicerçadas em documentos factuais.

Já Anamaria Filizola, no artigo *Almeida Garrett: ficção e biografia*, classifica a obra como *romance biográfico*, “mas poderia ser, também, usualmente classificado como romance histórico”<sup>73</sup>. Ou como a própria narrativa se denomina: *seminovela e crônica imaginada*<sup>74</sup>.

O livro reúne, ao mesmo tempo, invenção e informação minuciosa, em um entrecho que reconstitui os dois anos que Garrett passou em Bruxelas, no reinado de Leopoldo I, na companhia de sua esposa, a linda Luísa Midosi, exercendo a função de Encarregado de Negócios Estrangeiros e Cônsul de Portugal. Então, tem-se a humilhação do diplomata, exposta nos pedidos de ordenados atrasados, na contração de empréstimos sem a capacidade de honrá-los, no agravamento de saúde e na desilusão com o seu próprio povo, até chegar à exoneração.

Quanto a isso, o narrador entende que a biografia de Garrett não é totalmente transparente e tenta, assim, não apresentar um texto com leis e limites. Nesse caso mais especificamente, a biografia de Amorim deixa fatos implícitos e tenta resolver casos, diante da dificuldade do biógrafo em abordar certos assuntos, principalmente da vida íntima de João Baptista e Luísa.

Sabino presume o que poderia ter acontecido e imagina o que ficara fora das páginas do biógrafo Amorim. O resultado é ler um informativo como uma biografia e é convencer-se que é uma ficção; é um jogo com o leitor: ele oscila entre diferentes pontos de leitura, registrando o ensaio biográfico e o texto ficcional.

<sup>72</sup> Ver MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *Garrett como personagem: da biografia à ficção*. In: *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa* (coordenação de Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio). Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009, p. 11.

<sup>73</sup> FILIZOLA, Anamaria. *Almeida Garrett: ficção e biografia*. In: FILIZOLA, A., CARDOSO, P. S., OLIVEIRA, P. M., JUNQUEIRA, R. S. (orgs). *Verdade, amor razão, merecimento*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2005, p. 165-183.

<sup>74</sup> Ver SABINO, Amadeu Lopes. *A Lua de Bruxelas*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 47-54.

O narrador d'*A Lua de Bruxelas* proclama sua posição privilegiada de poder usar a imaginação para preencher as lacunas da vasta informação de que dispõe, provinda da leitura dos textos do escritor e dos seus biógrafos, inclusive Amorim. Esses espaços vazios também são preenchidos com a criação em *Garrett – Memórias Biográficas*: Amorim utiliza os depoimentos de Garrett e de seus contemporâneos, além de documentos para construir a história. Em partes não bem explicadas, Amorim as recompõe, adicionando novas considerações.

O caráter invulgar de *A Lua de Bruxelas* reside em Sabino ter composto: um relato biográfico apoiado na história, um ensaio sobre a conjuntura nacional e um diário contendo comentários pessoais do narrador-autor. Outra vez, faz-se um paralelo com a biografia de Amorim que também apresenta várias faces: ora lê-se uma mera narrativa de aventuras, ora percebe-se um texto bem arquitetado para dar existência a um perfil definido.

Os elementos simulados, unidos aos dados históricos, são cobertos de verossimilhança. O narrador, na qualidade de autor ficcional, advoga para si, a todo o momento, o seu direito de inventar, mas também faz questão de sustentar seu relato e suas posições com documentos; também reitera a importância da liberdade de criação sempre que a imaginação é usada para complementar as informações factuais. Algumas opções e hipóteses levantadas pelo narrador são colocadas de maneira declaradamente fantasiosa; em outras palavras, são expostos pelo sujeito da escrita os mecanismos criativos:

*Imagino os outros. Vejo Sá da Bandeira, com aquela pose de caudilho taciturno que, desde jovem, entendeu passar à História através da sagração popular. Fantasio o obsequioso Reboredo, gordo e alvo, investido no papel de secretário de legação. Presumo os nobres e oficiais bávaros, companheiros do príncipe naquele exílio incerto [...]. E congemino sobretudo os pensamentos do príncipe, hirto e amável [...].* (SABINO, 2000, p. 109, grifo nosso).

Já, em *Garrett – Memórias Biográficas*, Amorim não deixa claro em qual momento combina a imaginação e a realidade. Ele sabe quais fatos utilizará para compor a obra e o modo como apresentá-los. Para obter a justa medida, Amorim é capaz de distinguir quando deve mostrar, quando deve calar e quando deve insinuar, mas não explicita aos leitores em que circunstância e como isso ocorre.

Nesse sentido, *A Lua*, com um jogo entre o factual e o ficcional bem demarcado, não incorre nesse engano biográfico. Por se tratar de um romance, a veracidade dos fatos mencionados, e mesmo a verossimilhança entre o protagonista e o sujeito biográfico, são sempre acompanhados pelos leitores, que têm assim a chance de duvidar e de construir a sua própria versão.

O primeiro capítulo abre com um narrador, em primeira pessoa, que nos descreve um percurso a pé pelas ruas da cidade:

Vou descendo a rue de la Roi sob a chuva oblíqua e, regressado do Sul, confesso-me rendido à grisalha bruxelense – sobretudo à do fim da tarde, amálgama de branco, negro e malva. [...] eis a Bruxelas que eu amo, a do cinzento exterior e do brilho interior, a dos reflexos luminosos nos cenários neoclássicos do Haut de la Ville compreendido entre o Parlamento, o Mont des Arts, a rue de la Regence e a place des Barricades. Há a Bruxelas da Grand-Place e do ilôt Sacré, a dos turistas que fotografam o Hôtel de Ville e se restauram seguindo fielmente os conselhos do Guide Michelin. (SABINO, 2000, p. 9).

O narrador vai apresentando o panorama da cidade que ele percorre em pleno final do século XX: “No dia 4 de Fevereiro de 1999, quando passam duzentos anos precisos sobre o nascimento de Garrett, acendo uma vela em memória do poeta num dos altares da catedral dos S. S. Miguel e Gudula” (SABINO, 2000, p. 11). Em outro momento, tem-se a ligação do tempo da narração – ano de 1999 – ao tempo do narrado, ou seja, Almeida Garrett e os anos entre 1834 e 1836, que permaneceu em Bruxelas:

No primeiro andar do número 15, a chama de uma vela projecta uma mancha caprichosa na parede do fundo. Com a oportuna intercessão de Santa Gudula, admito tratar-se de Garrett, que viveu nessa casa entre 1834 e 1836. O contorno da silhueta corresponde à iconografia que passou à posteridade: fronte alta e saliente, nariz esculpido a cinzel, lábios finos, porte elegante. (SABINO, 2000, p. 12).

Então, abre-se instantaneamente para a apresentação da sua personagem principal: “João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, ou apenas Almeida Garrett ou Garrett, em literatura, o poeta romântico por excelência da língua portuguesa; Monsieur d’Almeida na sociedade bruxelense da época; ou João Baptista – como pelos nomes próprios o designa Gomes de Amorim, amigo, discípulo, servidor e biógrafo [...]” (SABINO, 2000, p. 12).

A partir daí, o que vai dominar a narrativa é um misto do presente do narrador, com a sua imaginação em torno do passado – a história de Garrett. A cena do passado invade o presente do narrador e o faz detalhar os movimentos de sua personagem; assim, a narrativa prossegue intercalando os eventos de João Baptista, desde sua chegada até a noite final de sua estadia, com o presente do narrador que observa Bruxelas.

O que se observa, do mesmo modo, é a presença de um narrador, personagem que fala em primeira pessoa e, simultaneamente, que conta a história de Garrett e sua esposa nesses dois anos, em terceira pessoa, assumindo-se também como autor da narrativa: “Na companhia de Júlia, digo eu, que continuo a recorrer às prerrogativas de deus *ex machina* exclusivas do autor” (SABINO, 2000, p. 138).

O narrador reestrutura a história de João Baptista, interpondo a sua autoridade de forma explícita e indicando aos leitores que não há a necessidade de entenderem os acontecimentos do romance como verdadeiros, somente especularem sobre isso, deixando a dúvida. Essa voz existente no romance se torna o elemento literário mais importante para a constituição da obra:

Pois eu – que, a partir do que li, vi, ouvi e vivi, pretendo reconstituir as atribuições de Garrett – ponho-me a imaginar como, nessa terra de ninguém de cerca de meio ano, entre o isolamento e a renúncia, tocado pela acídia que transforma os infortúnios em ápices de glória, Garrett exercitou a vertiginosa paixão do fracasso. (SABINO, 2000, p. 155).

Assim, o narrador constrói a história a partir das suas impressões e, ao expor a sua versão da história para o leitor, relembra que esta é uma versão e não a verdade. Já o leitor aparece de forma explícita na narrativa – o narrador utiliza-se da interlocução para criar mais proximidade com aquele que irá ler o romance: “Neste capítulo dos embates nocturnos, o leitor e a leitora devem ter em conta que o amor romântico não é o mesmo que o amor platónico” (SABINO, 2000, p. 105).

A participação do leitor é solicitada em muitos momentos, ou seja, ele é um elemento textual (inserido na narrativa). O narrador incita a capacidade imaginativa dos seus leitores:

Assim aconteceu. A negra cúmplice abriu-lhe a porta e Júlia abriu-lhe os braços. O benévolo leitor e, sobretudo, a leitora versada nestas práticas (qualidade feminina que, mais de século e meio depois dos factos, já não é objecto de censura social e pode livremente ser assumida) sabem, estou certo, conjecturar a natureza do acolhimento. (SABINO, 2000, p. 100-1).

Ao mencionar que esse narrador de *A Lua de Bruxelas* dialoga com seu leitor, conforme se observa na citação apresentada acima, faz-se também uma referência ao próprio estilo narrativo garretiano, quando trata o leitor como “benévolo leitor”: “[...] é chegado o momento, benévolo leitor – assim diria o Garrett da maturidade, o das *Viagens na minha terra* –, é chegado o momento de, nesta semi-novela, introduzir uma nova personagem [...]” (SABINO, 2000, p. 84).

O narrador d’ *A Lua* retoma o romance *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett, publicado em livro em 1846, e faz alusão às variadas vezes em que Garrett dialoga com o seu leitor:

Benévolo e paciente leitor, o que eu tenho decerto ainda é consciência, um resto de consciência [...]. (GARRETT, 1965, p. 188).

O que lhe era fora, assaz to tenho explicado, leitor amigo e benévolo: o que ela será... Podes tu, leitor cândido e sincero — aos hipócritas não falo eu [...]. (Ibid., p. 250).

Leitor amigo e benévolo, caro leitor meu indulgente, não acuses, não julgues à pressa o meu pobre Carlos (Ibid., p. 251).

Outras aproximações entre os discursos dos narradores de *A Lua de Bruxelas* e de *Viagens na Minha Terra* podem ser evidenciadas. Por exemplo, na abertura d' *A Lua*, já mencionada anteriormente, quando o narrador liga o passado com o presente, também aparece em *Viagens*:

Desde pequeno que fui jacobino, já se vê: e de pequeno me custou caro. Levei bons puxões de orelhas de meu pai por comprar na feira de S. Lázaro, no Porto, em vez de gaitinhas ou de registos de santos ou das outras bugigangas que os mais rapazes compravam... não imaginam o quê... um retrato de Bonaparte. (GARRETT, 1965, p. 186).

Nessa mesma abertura, o narrador faz menção a Lord Byron: “No *Childe Harold*, Byron exalta a beleza dos serões de Bruxelas [...]” (SABINO, 2000, p. 9). O que também está presente na digressão do narrador das *Viagens*, logo nas primeiras páginas: “Não me lembra que Lorde Byron celebrasse nunca o prazer de fumar a bordo.” (GARRETT, 1965, p. 145).

Em outro momento, Sabino coloca o narrador novamente fazendo referência à literatura de Garrett:

Luísa continuava enclausurada no silêncio, dormindo de dia e deambulando noite fora pela casa em desalinho. Quando o fosso entre ambos se revelou intransponível, João Baptista deixou escrita uma mensagem num caderno que, em melhores tempos, ela utilizava para as contas da casa: *Suspiro que nasce da alma,/ Que à flor dos lábios morreu.../ Coração que o não entende/ Não o quero para meu.* (SABINO, 2000, p. 143).

Verifica-se a apropriação do poema de Garrett *Suspiro d'Alma*, publicado em *Flores Sem Fruto*, no ano de 1845, como forma de dar uma representação ficcional para o processo de criação, recriando, inclusive, o momento no qual foi escrito. Quem escreve o poema não é mais Almeida Garrett, e sim João Baptista, personagem de *A Lua de Bruxelas*.

O narrador procura apresentar ao leitor os seus conhecimentos, contribuindo para uma melhor compreensão da época, das personagens e do próprio devir literário. Vejamos estes trechos em que surgem o rei belga e os soldados que estavam em Bruxelas:

Leopoldo I nasceu príncipe sem herança do ducado de Saxe-Coburgo, um dos muitos Estados-miniatura de uma Alemanha que, após o Congresso de Viena, inicia o processo de unificação nacional. Desprovido de fortuna e de reino, partiu jovem em busca de um destino. Oficial do exército russo, combateu Napoleão [...]. (SABINO, 2000, p. 24).

Chegados a Portugal em Janeiro de 1834, os Artilheiros Belgas – a maioria dos quais não era belga – participaram na campanha do Algarve sob as ordens de Sá da Bandeira. Após a capitulação de D. Miguel em Évora-Monte (26 de Maio de 1834), a Torre e Espada foi, por

proposta de Sá da Bandeira, liberalmente distribuída pelos sobreviventes. Aos sargentos e praças ofereceu-se uma medalha com a effigie de D. Maria II [...]. (Ibid., p. 45).

O narrador também se apresenta como um bom conhecedor da cidade e um bom leitor. Como se autodenomina autor em vários momentos do romance, associa-se, então, o narrador com Sabino. O narrador-autor de *A Lua de Bruxelas* revela ser o seu trabalho fruto da experiência.

Amadeu Lopes Sabino nasceu em Elvas no ano de 1943. Foi jornalista, advogado, docente universitário. Exilado na Suécia, foi preso pelo regime militar nos anos finais da ditadura salazarista. Sua obra é muitas vezes construída a partir de uma evocação de suas vivências.

Por exemplo, *A Homenagem a Vénus*, publicada em 1997, trata-se de um romance que conta a trajetória do jovem Daniel durante os anos portugueses de 60 e 70, ou seja, em plena ditadura salazarista.

Outro exemplo, o romance *A Cidade do Homem*, publicado no ano 2010, tem como figura principal António Dinis da Cruz e Silva que desempenhou em Elvas, local de nascimento de Sabino, e posteriormente no Rio de Janeiro, as funções de magistrado; era simultaneamente poeta e ficou conhecido por ter escrito uma sátira sobre um desentendimento protocolar no século XVIII, entre o bispo e o cônego da Sé de Elvas. Essa obra segue a mesma linha d' *A Lua de Bruxelas*, sendo parcialmente documentada e muito imaginativa.

O narrador d' *A Lua* insere sua própria história dentro da narrativa, por meio de suas memórias, possuindo uma experiência de vida que o aproxima da história de sua personagem, João Baptista, bem como se confundindo com o próprio autor (Sabino). A respeito dessas evidências biográficas, Luís Bueno, no artigo *Garrett cá e lá: uma leitura de A Lua de Bruxelas*, informa que:

[...] a faculdade de imaginar permanece como prerrogativa de um homem absolutamente normal, que sofre os rigores do clima belga, que estava na quarta classe da escola primária em 1953, que traz suas pequenas aflições e seus gostos pessoais e cujos dados biográficos gerais batem com aqueles que aparecem, na orelha do livro, por sob a foto do autor. (BUENO, 2003, p. 572).

É possível, então, encontrar alguns paralelos entre as histórias desses três homens: narrador, autor – Lopes Sabino – e personagem – Almeida Garrett, situados em épocas de transição, sendo Garrett, assim como Sabino, também perseguido, devido aos seus ideais políticos, e exilado algumas vezes.

O romance emprega o conhecimento adquirido pela própria vida do narrador-autor para recuperar os dados biográficos de Almeida Garrett. Aproveita o enigma existente em torno da separação de Garrett e sua esposa, Luísa Midosi, para reconstruir os dois anos de estadia do poeta português na capital belga. Dessa forma, tem-se um entrelaçamento da narrativa histórica, baseada em estudos sobre Garrett, e a narrativa ficcional, assentada na imaginação do narrador.

O narrador de Lopes Sabino cita inúmeras vezes Gomes de Amorim, como forma de mostrar que buscou na biografia deste a base para as referências da vida do poeta: “devotado biógrafo”, “discípulo Amorim”, “impagável Amorim” são as formas de referi-lo. Porém, Sabino também o critica, chamando-o de “entusiasmado, grandíloquo e pomposo”, levantando suspeitas, deste modo, em relação àquela que tem sido considerada a grande biografia de Garrett:

O prazer cega, diz o cronista [Amorim], que atribui ao marido a formação do gosto vestimentário da mulher. E, com os excessos laudatórios, do admirador, trata de afirmar que os vestidos e chapéus de Luísa ditavam então a moda na capital da Bélgica, onde “quase todos os adornos femininos” se teriam, na época, chamado *à Garrett*. A afirmação, reproduzida depois, com variações quanto aos tais adornos, por todos os biógrafos do poeta, é própria do discípulo [...]. Não sei em que fontes foi Gomes de Amorim desencantar este dado, mas devo confessar que não me foi possível confirmá-lo, nem nas publicações do tempo nem nas obras dedicadas à moda na Bélgica. (SABINO, 2000, p. 79-80, grifo do autor).

Assim, pode-se afirmar que, pela ótica do narrador de Lopes Sabino, há muitos pontos de *Garrett – Memórias Biográficas*, principalmente os referentes a esses dois anos belgas, que guardam contradições, geram dúvidas, produzem um vazio de significação. Na busca de novos fatos, de uma outra versão, é que se pauta o romance *A Lua de Bruxelas*.

Além de Amorim, Sabino também refere outros estudiosos de Garrett, como Calvet de Magalhães, Aquilino Ribeiro e Ofélia Paiva Monteiro, conforme se pode verificar na “nota final” do romance. A partir desses dados biográficos, o autor insere os registros de caráter ficcional, mostrando que não ignora a relevância das biografias e, muito menos, as lacunas nelas existentes.

Portanto, observa-se que o narrador conduz a história de acordo com as fontes biográficas, ao mesmo tempo em que questiona esses espaços em branco. Em vários momentos, faz menção a fatos, para depois se interrogar acerca da procedência das fontes documentais:

Doente, roído pela amargura, pelas dúvidas e pelas dívidas, abandonado pelo governo que o deixa meses e meses sem instruções e sem dinheiro, o pobre pergunta-se: Mas que mal fiz eu? [...] Custa-me acreditar – e estou em crer que o mesmo se passa com os leitores desta crónica

imaginada – na bondade de opiniões tão radicais acerca de quantos, com desinteresse e sacrifício, ocupam os lugares cimeiros do poder político. No entanto, com razão ou sem ela, certo é que João Baptista interpreta como perseguição o abandono a que o votam a majestade de Lisboa e os seus acólitos. E a partir daí, teoriza, generaliza, suspeitando má vontade e vexações nos comportamentos alheios. (SABINO, 2000, p. 53-54).

As fontes documentais, a partir das quais o narrador reconstrói o período belga de Garrett, estão inseridas n' *A Lua de Bruxelas* e também comentadas com a subjetividade do narrador. O narrador interpreta esses dados histórico-biográficos a seu modo e não se priva de questioná-los; desse modo, diluem-se as fronteiras entre a narrativa factual e a narrativa do romance.

Quando paira a dúvida sobre a história de João Baptista, o narrador faz uso de um processo único de criação para fomentar a sua hipótese:

João Baptista terá, na ocasião, voltado a sacar sobre Carbonell como fizera meses antes? É provável. Por poucas que tivesse havido, sempre houve despesas na passagem do carregamento por Ostende. E Carbonell adorava negócios de carne humana, saques, garantias, juros. Para efeitos narrativos, assentarei no montante de dois mil francos. (SABINO, 2000, p. 62).

É, por vezes, mesmo com a imaginação que o narrador compõe a história do período de João Baptista na Bélgica:

Mas onde, perante o silêncio de pedra de Lisboa, conseguiu João Baptista desencantar o dinheiro necessário para lhes pagar? [...] Que João Baptista não tinha onde cair morto já o leitor certamente concluiu. Que tivesse acesso ao crédito quem não dispunha sequer de numerário suficiente para pagar ao padeiro, eis algo mais difícil de entender. [...] Como os banqueiros não se ficam apenas pela boa fé – sobretudo quando se trata de bagatelas – decidirei pois, na economia desta semi-novela, que Charles Gordon serviu de fiador da primeira livrança bancária. (SABINO, 2000, p. 45-47).

Ele ainda indica no seu discurso, de forma declarada, conforme visto nos exemplos já citados, os momentos nos quais se distancia da realidade biográfica:

E, pois que, nesta pseudo-crónica, a virtude é de muito imaginar, faço uso das minhas prerrogativas de autor e, de coincidência em coincidência, recrio as intimidades de Luísa e Charles Gordon durante a viagem de João Baptista a Portugal. É provável que tudo tenha começado pela ida ao Caillou, a quinta onde Napoleão passou a noite anterior à grande batalha. (SABINO, 2000, p. 123).

O aproveitamento dos pontos histórico-biográficos para construir a passagem de Garrett por Bruxelas, como já foi visto, está diretamente relacionado com a procura por certa autenticidade narrativa com elementos de época; isto é, a pesquisa histórica que está presente no romance permite definir um quadro a partir do qual o autor elabora a ficção. Por outro

exemplo, o narrador cita, em muitos momentos, a correspondência protocolar de João Baptista, enviada ao governo português: “Em ofício datado de 5 de Agosto de 1834, comunica de passagem ao ministro ter tido várias reclamações de oficiais e soldados [...]” (SABINO, 2000, p. 42-43).

Assim sendo, o narrador do romance, ao retomar esses fatos do passado de Almeida Garrett, constrói uma narrativa de ficção, tendo sempre em conta o discurso historiográfico. O discurso montado estrategicamente, sob a forma da invenção literária, irá servir para contar o que ninguém imaginou ou provou ter acontecido, criando, assim, outra realidade.

Ao tratar dessas relações, o narrador aponta na “nota final” que “embora tenha sido escrupuloso na citação das fontes e na referência a eventos, propus-[se] recriar ficcionalmente uma vida, um tempo e um conjunto de relações, e não escrever uma biografia ou uma monografia histórica” (SABINO, 2000, p. 187). Não se trata, então, de cobrar do narrador uma fidelidade absoluta com relação às suas fontes bibliográficas e sim atentar para a sua criação, que, embora utilize os dados históricos, não é completamente servil a eles, nem também se exime de comentá-los.

Sabino, por isso, afirma: “é contudo da minha total e exclusiva responsabilidade o que de inexacto à luz das ciências literárias e históricas, figurar no texto” (SABINO, 2000, p. 187). Desse modo, valoriza o discurso ficcional como instrumento para a reflexão, juntamente com o exercício pleno de liberdade.

Ainda na “nota final”, o autor de *A Lua de Bruxelas*, por força da sua posição, comenta que:

Para isso recorri a materiais díspares: constantes de arquivos ou publicados, intelectuais e existenciais, alheios e próprios, ousando até, sempre que tal me pareceu necessário, intervir na acção narrativa, enquanto autor onnipotente e omnisciente, fazendo uso de memórias, dados e vivências pessoais. (SABINO, 2000, p. 187).

Assim como Sabino, Amorim também recorreu a diversos materiais para a produção de *Garrett – Memórias Biographicas*. Só que com uma vantagem: além de arquivos e documentos, uma das suas fontes foi o próprio Garrett, que era interrogado sobre seus principais episódios:

Debrucei-me, pois, sobre o seu passado: costumei os olhos á escuridão que n'elle havia, e interroguei-o, quasi dia a dia, luctando com as repugnancias do homem, tentando adivinhar, ás vezes, o que elle não ousava dizer-me, surprehendendo-o com perguntas inesperadas, investigando os factos contradictorios e decompondo-os, como a analyse chimica faz aos corpos para poder apreciál-os. (AMORIM, 1881, t. I, p. 20).

Apesar disso, no que diz respeito à vida privada, Garrett sempre se manteve silencioso e reservado, o que, de resto, é uma posição que podemos surpreender também na autobiografia (do *Universo Pitoresco*, 1844).

Nesse período, Amorim se atém na transcrição da volumosa correspondência na qual Garrett afirma e reafirma o seu abandono por parte do governo português e suas dificuldades financeiras. Além de não explicar a fundo as causas da situação humilhante de seu biografado na capital belga, somente argumentando que era “caluniado” e “esquecido”, também não trata da vida íntima do mesmo. Aquilino Ribeiro, no ensaio *Garrett Glorificado*, comenta acerca da biografia de Amorim: “depois de manusearmos os três calhamaços e relê-los, somos levados à conclusão benévola de que Amorim foi um bom e solícito escrivão da pureza [...]”<sup>75</sup>.

Assim sendo, é nesse espaço desconhecido da vida de Garrett, em torno do qual hesitam tantos questionamentos sobre o seu comportamento, sua relação com a esposa, o fim do seu casamento, a conduta de Luísa Midosi em Bruxelas, as relações do poeta com seu governo, que Amadeu Lopes Sabino recria as possibilidades.

Na próxima parte, será abordado como esses aspectos são representados no romance e como o narrador de *A Lua de Bruxelas* desconstrói, ao mesmo tempo em que reconstrói a realidade.

### 3.2 Retratos ficcionais do período de Bruxelas

Francisco Gomes de Amorim em *Garrett – Memórias Biográficas* não se cansa de afirmar que sua maior intenção estava em modificar a visão dos leitores sobre seu mestre, pela forte relação de amizade que manteve com o poeta português; porém, em alguns momentos, Amorim peca em se omitir sobre determinados acontecimentos, talvez para que não manchasse a imagem e a honra do poeta perante a sociedade.

Amorim põe efetivamente em destaque a inteligência, o cidadão empenhado, o trabalhador infatigável pela liberdade da pátria e o indivíduo generoso que foi Garrett. Também não esconde as suas fraquezas: a vaidade e o grande apetite para os amores, por exemplo (o que sob certo aspecto pode também ser visto como um galardão). Amorim traz-nos as mentiras de Garrett: a data de nascimento e a origem fidalga, pontos que, se não

---

<sup>75</sup> RIBEIRO, Aquilino. *Garrett Glorificado*. In: *De Meca a Freixo de Espada à Cinta, Ensaios Opcionais*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1960, p. 231.

provam a sua “imparcialidade”, ao menos mostram que, de algum modo e em vários aspectos, o desvelado biógrafo de Garrett zelou pela verdade.

Sem dúvida com grande qualidade narrativa, Amorim emprega um tom moderado com a finalidade de mostrar a isenção que tanto defende; contudo, assume que, em muitos aspectos, mistura memórias suas, tendo em vista a privacidade que manteve com João Baptista como amigo e secretário que foi.

Narrando segundo uma ordem cronológica, Amorim ajusta, com coerência, a série de mudanças por que passa Garrett, encaixando o que acontece no presente para justificar o passado e o que acontecerá no futuro para explicar o presente. Para isso, revela, muitas vezes, um Garrett ignorado, integrante do complexo tempo que vivera.

Resultara, então, na prudência que entendera necessária para a divulgação do material. Contudo, essa forma comedida escondeu alguns pontos importantes da vida de seu biografado, principalmente o que concerne à sua vida amorosa. Aquilino Ribeiro completa:

Com os amores de Garrett, onde tinha pano para mangas, belas mangas, falta ao signo do novelista de verdade. O novelista, de modo geral, é um monstro de curiosidade insaciável e comunicativa. Ele trata os amores de Garrett como um reitor de seminário aos pecadilhos dos ordenandos, em tom confidencial, nunca superando as meias vozes. (RIBEIRO, 1960, p. 238).

Diferentemente de Amorim, Amadeu Lopes Sabino tem nos detalhes da vida amorosa conturbada do casal o tema principal do seu romance. A causa da separação e a insegurança de Garrett com relação a sua esposa são delineadas, mostrando o que Amorim não ousou escrever.

Relativamente a Luísa, Amorim é inegavelmente parcial e afirma na biografia que entre os dois havia “desproporção das inteligências”<sup>76</sup>. Claro, quando se casaram, em 11 de novembro de 1822, Garrett somava 23 anos e Luísa tinha apenas 14 anos. Amorim não é brando com aquela menina. Esquece que, como todas as meninas do tempo, ela se casa sem saber nada da vida e dos homens.

Com um discurso contaminado de preconceitos, Gomes de Amorim, além de tratá-la assim em todos os anos de casamento com Garrett, especificamente em Bruxelas, não toca no seu comportamento impróprio, como o qualifica, de modo a guardar a representação de glória que desejava em Garrett.

Outros estudiosos repisaram esse mesmo tratamento a Luísa: “os biógrafos de Garrett não têm sido ternos para Luísa” afirma o narrador d’ *A Lua*. E continua: “É acusada de crime

---

<sup>76</sup> Ver AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett - Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, t. I, p. 272.

tão terrível que raramente é nomeado. “Aquele puro affecto, que fortifica até os mais fracos”, diz Amorim, no estilo atamancado que lhe é característico [...]” (SABINO, 2000, p. 55).

Em *Garrett – Memórias Biográficas*, acerca do primeiro encontro de Garrett com Luísa, que se deu na noite de estreia da tragédia *Catão*, Amorim afirma ao seu leitor:

A noite de 29 de setembro, que pelas circunstancias referidas deu ao poeta a mais gloriosa e mais apreciada de quantas ovações recebeu no teatro, marcou também o ponto mais negro da sua vida. [...] aquella com quem veiu a casar-se, para infelicidade de ambos, e d'elle principalmente. (AMORIM, 1881, t. I, p. 225).

Em outro momento, Amorim, após transcrever trecho do diário da primeira emigração de Garrett à Inglaterra, no qual se encontram palavras dirigidas à Luísa, afirma:

[...] E a mulher, que elle amou com tal paixão e com tão sinceros sentimentos, mereceria acaso essas paginas eloquentes, em que ficará immortal e que ninguem tem o direito de sonegar-lhe, visto que não as destruiu o calumniado poeta? Que ella as gose, pois, salva da obscuridade pelo poder portentoso do genio, que tudo transforma e embelleza! Que ella as gose... se as mereceu; porque melhor lhe fôra nunca haver nascido do que pagar com ingratição monstruosa aquelle amor sublime! (AMORIM, 1881, t. I, p. 288).

Tal “ingratição monstruosa”, que foi a recompensa de Garrett pelo “amor sublime” dado à esposa, não é, em nenhuma das quase duas mil páginas da biografia, elucidada ao leitor. O biógrafo somente menciona que existiram “circunstâncias” que levaram Garrett a separar-se de Luísa, não deixando claro o que realmente aconteceu:

E ainda hoje penso que elle escrevêra largamente as suas memórias e peregrinações d'esse tempo; mas que ellas eram demasiado íntimas; e que as circunstancias que o levaram mais tarde a separar-se da mulher o forçaram a destruil-as, salvando, calculadamente, apenas esses fragmentos. No principio refere-se a D. Luiza, ainda com a vehemencia dos sentimentos affectuosos. Mas, depois, nem uma só vez torna a fallar n'ella. Limita-se a dizer <nós> sem a nomear! (AMORIM, 1881, t. I, p. 336).

Ainda na biografia, Garrett, vivendo em Bruxelas desde julho de 1834, pediu três meses de licença para cuidar dos negócios da família, pois seu pai havia morrido recentemente; assim, viaja para Lisboa e retorna em maio de 1835. Amorim afirma em uma nota de rodapé que “por uma carta de sua mãe, de 30 de março d'esse anno sabe-se que D. Luíza não acompanhára o marido a Lisboa. D'ahi, os desastres sobrevindos, de que adiante se trata.” (AMORIM, 1884, t. II, p. 112).

Esses “desastres sobrevindos” não são adiante tratados, como afirma o biógrafo, que se contentará em ilustrar as perseguições que Garrett sofreu por parte do governo português. Ele somente faz uma pequena menção à possível traição de Luísa com um inglês, durante esta viagem de Garrett, na qual sua esposa permaneceu em Bruxelas.

Em outro momento, Amorim alude ao comportamento de Luísa em Bruxelas como responsável pelos infortúnios de Garrett: “Talvez porém que a este tempo já Garrett soubesse que devêra ao proceder de outrem parte do seu infortúnio; e, para satisfação ao mundo e a si proprio, tomou então a grave resolução de que adiante fallaremos.” (AMORIM, 1884, t. II, p. 194). Assim, os “infortúnios” acontecidos na vida do poeta, provavelmente advindos da viagem de Garrett a Lisboa desacompanhado da esposa, desenrolariam em “grave resolução”, ou seja, a separação.

E, sempre pronto a defender Garrett, após transcrever a escritura de separação, afirma:

Em vez de descer a maiores revelações, inuteis para a sua memoria, deploremos os motivos que levaram a similhante extremidade o homem mais inimigo de escandalos que eu tenho conhecido, e que amára sua mulher até ao excesso. Baste provar-se, como vou fazer, que elle se deixou accusar de ter sido o principal culpado d’essa eterna separação; que, sabendo-se vilissimamente calumniado, e tendo soffrido as duras consequencias d’essas calúrnias, nunca se queixou, nem pretendeu justificar-se. (AMORIM, 1884, t. II, p. 204-207).

É verdade que Amorim toca em pontos tão íntimos da vida do poeta, sem, contudo, esclarecê-los para os leitores; à vista disso, pouco se conhece sobre o relacionamento do casal em *Garrett – Memórias Biographicas*. Dessa parte, se aproxima Sabino, pois se compromete a explicar o que, justamente, Amorim deixa como enigma.

Calvet de Magalhães observa em *Garrett, a Vida Ardente de um Romântico*, publicado em 1996, que “Gomes de Amorim [...] mantém uma exagerada reserva sobre as verdadeiras circunstâncias que levaram à separação do casal, limitando-se a fazer insinuações vagas sobre o comportamento de Luísa, deixando sem respostas acusações graves que atingiam a honra de ambos” (MAGALHÃES, 1996, p. 89).

Essa reserva por parte de Gomes de Amorim gerará inúmeras especulações a respeito da conduta de Luísa. O que se tem, ao ler a biografia, são apenas suspeitas, em cima de um fato concreto: a separação. Em *A Lua de Bruxelas* não há nenhuma cautela ao tratar desse assunto; tem-se a exata descrição do momento da traição de Luísa Midosi, em um contexto pleno de significados:

O que depois aconteceu foi mais uma coincidência. [...] nua sob o casaco de vison, Charles veio trazer-lhe um copo de aguardente para, disse, matar a gripe. [...] Charles beijou-a na nuca, na cabeça, na boca; e, numa inacção bendita, ela deixou-se conduzir até ao leito imperial. “Para matar a gripe”, pensou, quando, sob as mantas de campanha e o casaco de vison, sentiu, junto do seu, o corpo quente do companheiro. (SABINO, 2000, p. 128).

Com isso, Aquilino Ribeiro critica Amorim: “não era mais razoável, uma vez chegado ali, que nos contasse a história daquela pobre mulher bonita, vaidosa e tola, que se rendeu a

um inglês ricoço, espécie de lord Byron na desvergonha e ociosidade?” (RIBEIRO, 1960, p. 247). Ele, ainda, ao contrário de Amorim, argumenta em defesa de Luísa: “Que tinha a esperar duma jovem e linda mulher, a quem não deviam faltar galantis? Pelo menos, desamor” (RIBEIRO, 1960, p. 218).

O narrador d’ *A Lua* também defende a posição de Luísa e pede clemência de seus leitores. Afinal, nos países de exílio, nas andanças de Garrett em busca da pátria livre, Luísa Midosi sempre era deixada em segundo plano, às vezes esquecida sem recursos, em um país estranho, não esquecendo que Luísa sofria junto com Garrett da infelicidade pela qual passavam.

Os doze anos de casamento tinham sido marcados não apenas por exílios e misérias, mas também pelas sucessivas saídas do marido do já de si precário domicílio conjugal. Deixa-a em Lisboa e parte para Inglaterra. Vem buscá-la, leva-a para Londres e desaparece para França. Juntos em França, deposita-a no Havre e vai para Paris. De novo em Inglaterra, vira-lhe as costas para se alistar no exército de D. Pedro. Foge de uma mulher bela mas com pouco ou nenhum cérebro, como quer Aquilino? Talvez; mas, o que é bem pior, esquece-se da bela em qualquer canto e deixa-a sem dinheiro. (SABINO, 2000, p. 55-56).

Ofélia Paiva Monteiro, em *A Formação de Almeida Garrett*, também compreende Luísa:

Desculpemo-la: casada aos quinze anos, que dura experiência não fora a sua na idade dos sonhos! O gentil moço que tão exaltadamente a cortejara, e lhe prometera as venturas sem par do amor e da sociabilidade prazenteira, pouco se mostrar afinal, constantemente envolvido nos baldões da política ou nos absorventes trabalhos da literatura e do jornalismo. A compensá-la do desengano, nem êxitos sociais, nem risos de criança: perseguições, angústias de dinheiro, incômodos de saúde, dois filhos mortos... (MONTEIRO, 1971, volume II, p. 66).

Sobre Luísa, *A Lua de Bruxelas* não lança censura, como já visto, em Amorim. Luísa é-nos apresentada como uma mulher deslumbrada pela elegância que o resplendor social no início da estada na Bélgica traz, uma mulher que compreensivelmente se deixa atrair pelo prazer da graça, depois dos sofrimentos passados: miséria, solidão e maternidades que não vingaram. O narrador coloca Garrett observando o quanto Luísa é bela: “através da porta de comunicação com a sala da rainha, via como a beleza de Luísa esmagava a das outras mulheres [...] era ela a rainha, a imperatriz, a senhora do Universo” (SABINO, 2000, p. 34); mas também chama a atenção para o quanto é tola: “Luísa, que tinha ideias políticas bizarras [...]” (SABINO, 2000, p. 99).

Apesar de tudo, em consideração aos anos vividos, ainda permanecia uma admiração mútua: Garrett admirava a beleza da mulher e, recordava-se, às vezes, dos bons momentos com ela. O narrador faz uma representação disso:

De regresso a casa encontrou aberta a porta do quarto de Luísa, que dormia nua na cama revolta. O luar, que atravessava as cortinas de tule da janela, iluminava-lhe a pele alva, os cabelos negros, o corpo feito de vales, depressões, meandros, declives, cavernas. João Baptista engoliu em seco [...] a tremer de desejo, despiu-se e deitou-se junto de Luísa. Acariciou-a, despertou-a, mergulhou nos abismos daquele corpo magnífico. (SABINO, 2000, p. 144-145).

Já Luísa apreciava a singularidade do marido, como confessa, em uma hora de intimidade:

Procurei um homem que pudesse ser o teu semelhante, talvez uma cópia tua – disse ela em voa sumida. – Um homem que soubesse fazer de mim o seu objeto precioso, o seu tesouro escondido. E que quisesse amar-me de todas as maneiras e em todas as circunstâncias. Foi em vão. Não há dois homens como tu. (SABINO, 2000, p. 161).

Quanto ao Garrett reconstruído por Sabino, tem-se um homem pretensioso, vaidoso e encantado com o que é belo. Surge conivente com a fascinação de Luísa pelo prestígio e lisonjeado pela admiração que a beleza de sua mulher suscitava entre os homens. Há, então, um círculo cujo centro está Luísa, objeto de desejo dos homens; isso pode ser comprovado por uma passagem d’ *A Lua*, na qual Garrett já percebe que ambicionavam sua esposa:

Houve mais charutos, mais conhaques, mais ditos espirituosos de Gordon, mais risos magníficos, diáfanos, de Luísa. João Baptista pagou a conta. À despedida combinou-se que o inglês avalizaria uma livrança de quinhentas libras sacada pelo encarregado de negócios de Portugal sobre a Société Générale. E assim se fez. Quando Gordon assinou o título, João Baptista sentiu no peito, pela primeira vez, um fogo que ardia lentamente: amor, ciúme ou desprezo, uma dor nova, pujante, minava-lhe as entranhas. Passou essa noite de olhos abertos, observando-se a si mesmo, como se alguém de diferente tivesse começado a habitá-lo. (SABINO, 2000, p. 48-9).

O casal acreditava que, com a nomeação de Garrett como Encarregado de Negócios na Bélgica, haveria chegado o momento de usufruir do prazer. Alegria passageira, destruída pelas dificuldades que surgem, o que aumenta a irritação do casal. Quando o dinheiro torna-se escasso, também diminui o amor. Sabino novamente esclarece essa questão:

De início, Bruxelas revela-se para os dois um paraíso. Porém, quando o dinheiro nem sequer chega para o pão de cada dia, o paraíso adquire os contornos do inferno. João Baptista e Luísa oscilam entre a euforia e o desânimo. [...] Depois, quando os momentos mais negros se eternizam instalam-se entre ambos o azedume, a incompreensão e o silêncio. (SABINO, 2000, p. 56).

Crises políticas e afetivas, além de desilusões ideológicas, após sonhos de emancipação e liberdade, são muito presentes no Garrett dos anos belgas; via continuar o “cretinismo lusitano”<sup>77</sup> e reproduzir a ambição desonesta dos *devoristas*. Sabino mostra que

<sup>77</sup> Ver SABINO, Amadeu Lopes. *A Lua de Bruxelas*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 95.

Garrett foi alvo dos piores infortúnios em Bruxelas: “o grande íntimo de João Baptista em Bruxelas foi o Diabo” diz o narrador.

Apesar de lamentações, Lopes Sabino mostra, assim como Amorim, que Garrett tentava tirar proveito dos exílios:

[...] a Pátria foi o lugar do meu primeiro desterro e do meu primeiro exílio. Fui perseguido, preso, expulso, ignorado, silenciado e saí de Portugal. Fiz então do exílio a minha nova Pátria, edificada na amargura mas também na exaltação, na infelicidade mas também na liberdade do corpo, dos sentidos e, sobretudo, da alma. Transformei frequentemente a existência numa vertigem. No entanto, construí raízes, inventei uma biografia, encontrei os motivos e as referências da minha criação, ou seja, de mim próprio. Reconstruí-me, refiz-me, renasci. Agora, regressando a Portugal, regresso ao exílio. (SABINO, 2000, p. 166).

O narrador, ao reconstituir os dois anos de Garrett na Bélgica, não se abstém de investigar os sentimentos de suas personagens e retirar-lhes as mais íntimas sensações e pensamentos. Para isso, Sabino cria personagens que atuam junto com os personagens reais: Charles Gordon, o inglês rico a quem Garrett teria vendido a mulher; Júlia Medeiros, mestiça brasileira que faz Garrett esquecer seus infortúnios; Juliana, criada do casal; Cornelis e Lugones, espiões que, a pedido de Garrett, investigam a infidelidade de Luísa. Outros vários são as personagens com referentes históricos como Sá da Bandeira, Rodrigo da Fonseca Magalhães, príncipe Augusto de Leuchtenberg etc.

Lopes Sabino caracteriza as personagens criadas, dando-lhes feições e gostos. É claro ao dizer que elas são fruto da imaginação do narrador; porém, do jeito que coloca para os leitores, deixa, ainda, uma pequena porção de dúvida: será que Garrett, assim como Luísa, teve realmente uma amante em Bruxelas?

Criei-a a partir de *Flores sem fruto*, dedicado a alguém com esse nome e que começa: “Oh!, que suave foi este momento!” O poeta inspirou-se num verso de Schiller – *Seele ran in Seele* – que utiliza como epígrafe. É em Bruxelas que Garrett estuda a língua e a literatura alemãs. Conheceu esta Júlia na Bélgica? Talvez. Pelo menos, nesta narrativa assim acontecerá. Olhos castanhos, cabelo cor de azeviche, pele cor de cobre, Júlia era obviamente uma mestiça em cujas veias corria sangue negro, índio e branco. (SABINO, 2000, p. 84).

Essas personagens são muito importantes para o desenrolar da trama. Charles Gordon, amante de Luísa no romance, serve de antagonista. Da mesma forma, Charles Gordon é minuciosamente caracterizado:

Também Luísa se torna objecto das fobias de João Baptista. Ele começa a suspeitar – imagino – dos pensamentos da mulher desde os primeiros encontros de ambos com aquele que, neste conto exemplar, se chama Charles Gordon. O homem é rico, insinuante e de aparência agradável, naquele estilo de senhorito britânico, entre o convencional e o cavaleiro, de tez bronzeada, ventre levemente proeminente, cabelo louro, pouco mas bem tratado, e à-vontade que baste. (SABINO, 2000, p. 55).

Outras são as personagens reais que aparecem no romance: o príncipe Augusto chegou a Bruxelas em janeiro de 1835 e foi recebido por Garrett. Amorim noticia isto: “Em 6 de janeiro de 1835 escreve Garrett ao conde de Villa Real, ministro dos negócios estrangeiros, comunicando-lhe a próxima chegada a Bruxellas do príncipe Augusto.” (AMORIM, 1884, t. II, p. 100).

Dessa maneira, cria um duplo adultério na vida do casal: João Baptista traiu sua esposa com a jovem Júlia Medeiros, e Luísa envolve-se com um inglês, Charles Gordon. Na recriação dos pensamentos de João Baptista o narrador revela:

Uma luz filtrada pelas nuvens baixas clareava a cidade. Luz lateral, luz diagonal, luz oblíqua. “Oblíqua”, repetiu. O adjectivo perseguia-o. Oblíquo tornara-se o olhar de Luísa. Oblíquo fizera-se o sorriso de Charles Gordon quando, no dia anterior, se despedira. Oblíquo, assim, qualificava também o comportamento de Lisboa a seu respeito. (SABINO, 2000, p. 59).

O adjectivo oblíquo empregado representa as suspeitas que pairavam no íntimo de Garrett em relação ao comportamento de sua esposa e de sua pátria, mais especificamente a traição. O Encarregado de Negócios sentia-se enganado e perseguido pelos governantes que estavam no poder em Portugal. O Olhar “oblíquo” de sua esposa denuncia a traição e mistura sensações, pois Garrett, ao mesmo tempo em que queria vê-la revelada, também a queria dissimulada.

Oblíquo é como pinta o olhar de Luísa. Lembra um clássico olhar, o de Capitu, protagonista também de um enigma de traição, do romance *Dom Casmurro*. Capitu tem “olhos de cigana oblíqua e dissimulada”<sup>78</sup>.

A luz e o olhar oblíquos perturbavam a mente de João Baptista, fazendo-o refletir em torno das relações tortuosas que mantinha na capital belga. O protagonista via-se cercado de relações fingidas, como as que mantinha com seus amigos que ficaram em Lisboa, que o deixavam sem recursos financeiros, com a sua própria esposa e com Charles Gordon, com quem disputava.

Afinal, *A Lua de Bruxelas* também não apresenta o destino de João Baptista e sua esposa preenchidos, ou melhor, é complementado de forma ilusória. Há um vazio na história, deixando a dúvida e a incerteza. Sabino cita e dá detalhes da traição, mas não dá o desfecho da relação do casal.

Essa sensação de incerteza deixada pelo narrador dá espaço para o leitor imaginar e fantasiar, assim como ele mesmo fez a todo o momento, abertamente. Assim, o narrador

<sup>78</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Editora Globo, 1997, p. 53.

acaba também por indicar e reforçar o clima de indefinição e ambiguidade que atravessa o relato.

É por meio da reconstrução da história de Garrett que o narrador vê a possibilidade de iniciar uma reflexão sobre o seu tempo. Ora, João Baptista instalara-se em um país que acabara de se tornar independente, representando Portugal, que também não apresentava uma situação política consolidada.

À vista disso, o narrador encontra no seu presente um panorama de incerteza e de indefinição acerca do futuro, mesmo cenário no qual o Encarregado de Negócios estava inserido em meados do século XIX. Assim, nos vai sendo mostrada a importância que teve o século XIX para a formação da Bélgica:

O Parc é uma ágora imaginada por livres-pensadores que, com relva e árvores, riscaram no chão o compasso maçônico. Palco do nascimento da Bélgica, representativa e moderada, aqui se feriu, em Setembro de 1830, a batalha entre as tropas do príncipe de Orange e os cidadãos em armas que promulgaram uma constituição republicana e quase republicanamente elegeram um rei. O local e o cenário convêm ao feito: o Parc tem a dimensão e o aparato discreto do jardim público de uma cidade de província que, embora rica e com pergaminhos, recusa o luxo e o desgoverno. O Parc é o meio termo, a conveniência, a mediania, a Bélgica. (SABINO, 2000, p. 175).

Hoje a Bélgica é o centro de diplomacia europeia, que abriga em sua capital a sede administrativa da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. O narrador não ignora a importância das relações que se iniciaram no período em que João Baptista ali viveu, para o desenvolvimento e a afirmação do país, enquanto um poderoso centro diplomático que une muitos países do mundo:

Garrett, que viveu a dois passos, sentava-se com certeza num dos bancos onde agora me sento e, tal como meia dúzia de curiosos se propõe assistir ao cortejo diplomático, também ele espiava a sucessão dos visitantes do Palácio para entender os humores da corte. A História europeia – e em parte a mundial – representaram-se aqui durante o reinado de Leopoldo I. [...] Uma audiência ao ministro dos Estados Unidos fortalecia a crença do Saxe-Coburgo no progresso técnico e na necessidade de inventar uma colônia para a Bélgica nas partes da África, da América, da Ásia, talvez da Lua. (SABINO, 2000, p. 176).

Contudo, também observa que as relações fingidas que dominavam o seu protagonista continuam presentes naquele ano de 1999. Ele deixa transparecer em seu discurso a instabilidade em relação ao que vivencia no seu presente:

Ouve-se o grasnar agourento de um bando de aves negras, e eu pergunto-me se os corvos não estarão de regresso a Bruxelas, precedendo uma vez mais o rufar dos tambores e o crepitar das metralhadoras que, ao longo dos séculos dos séculos, fizeram da Bélgica um campo de batalha. A guerra – temo-o – saiu do nosso passado e faz por se instalar no nosso presente. (SABINO, 2000, p. 175-176).

Diante dessa cena, é possível constatar que a figura do corvo representa um sinal de tempos ruins que virão. Assim também a vidente prevê olhando sua bola de cristal:

A bola de cristal adquirira o brilho pálido de um astro noturno. [...] Um corvo! – gritou, horrorizada, a mulher. – Os corvos estão de regresso! João Baptista tentou desdramatizar: – De regresso? Mas há tantos em Bruxelas! No Parc, na Allée Verte, até no meu jardim! – Engana-se, Monsieur d’Almeida – ciciou a vidente. – Há gralhas em Bruxelas. Gralhas, ouviu bem? Os corvos foram dizimados depois das guerras de Napoleão. (SABINO, 2000, p. 60-61).

A inquietação de Garrett era tamanha, que o poeta resolve procurar uma vidente, para descobrir, de uma vez por todas, de onde vem aquela aflição que sente no peito; eis a resposta:

Porquê? Porquê? – perguntou João Baptista, mais interessado no episódio do que no seu próprio destino. – Cavaleiro – murmurou a bruxa, que readquirira a compostura –, o senhor tem gasto a vida a procurar a verdade e a beleza, não é assim? – Assim é – confirmou ele. – Quer um conselho útil? Continue a procurar a beleza, nessa procura vai cruzar-se com o prazer a até com a glória. Mas não procure a verdade. Não insista, aconselho-o a que não insista. Há perigos terríveis, medonhos, na Lua de Bruxelas. (SABINO, 2000, p. 61).

Nos dois anos em que Garrett ficou em Bruxelas, a cada dia se desiludia mais com a política portuguesa e com os amigos de D. Pedro que estavam no poder. Acuado, esses anos representaram uma grande tristeza em sua vida. O narrador coloca Garrett a resumir sua estadia em Bruxelas: “[...] E, num impulso, quase com volúpia, repete: “Desolação!” O substantivo resume a estadia em Bruxelas, as desgraças e atribulações de toda a ordem.” (SABINO, 2000, p. 147).

O narrador não cansa de sublinhar a situação incômoda que Garrett está: abandonado e sem dinheiro, chega a vender toda a mobília para sobreviver. A Lua só traz maus presságios, nunca há esperança de algo melhor. Assim, “desolação” é a palavra repetida pelo narrador em outro capítulo:

A Lua nos céus de Bruxelas. Noite de chuva e frio, desolação e escassez, indigência e abandono. Quarto minguante, minguia de tudo, luta com o Anjo, encontro com o Diabo. Suspensa no firmamento, recortada num céu de antracite, a Lua provoca em João Baptista uma sensação de expectativa sem objecto. (SABINO, 2000, p. 113).

É possível observar que as configurações do maligno também estão presentes no romance. O diabo aparece para corromper os seres por meio dos seus poderes de “fascinar, seduzir e encantar”, diz o narrador, que ainda completa: “[...] o grande íntimo de João Baptista em Bruxelas foi o Diabo. [...] Possui este – pensa – qualidades mutantes: o poder de fazer o Mal absoluto, de causar a dor e a pena, mas também o atributo, bem mais medonho, de fascinar, de seduzir, de encantar. O Diabo é a tentação [...]” (SABINO, 2000, p. 181).

No romance *A Lua de Bruxelas*, o diabo é um novo personagem que impede que se cumpram os ideais, é o tentador que “fascina, seduz e encanta” e depois condena os homens ao fracasso, abandonando-os à desolação. O narrador do romance de Amadeu Lopes Sabino coloca a figura satânica como causa do estrago nas relações: o amor racha e a ideologia fracassa, conforme se pode observar na trajetória de sua personagem principal.

Então a reconstituição das angústias e aflições de João Baptista, devido a sua situação na Bélgica, se configura em uma forma de apontar as desgraças que acontecerão, ou seja, o próprio presente do narrador. O diabo faz com que nada seja definido naquele tempo, tudo fique suspenso; ao final, também se silencia sobre o rompimento entre Garrett e Luísa.

A presença do maligno na vida de João Baptista e de Luísa já é apontada pelo narrador desde o momento inicial em que ambos conhecem o inglês Charles Gordon; ele é a figura que veio para perturbar mais uma relação. Ele guiará Luísa pelo caminho da traição, que levará ao fim do casamento.

Sob o prisma do narrador, o diabo bagunça as mentes humanas e faz com que todos percam as suas identidades. Em um diálogo do casal, há a indicação dessa perda de identidade de João Baptista: “Então, João Baptista falou mansamente, como se um outro falasse por ele: – Não é uma relação, é uma coincidência. Vejo agora que a minha vida se tem construído em torno de coincidências, que tomei por relações.” (SABINO, 2000, p. 121-2).

Assim como ele, Luísa, a partir das relações que travou, também não reconhece a sua identidade:

Passou o dia seguinte em casa, sem João Baptista, que saiu cedo, mudo e lúgubre como a sombra. Pôde assim tomar as disposições que decidira e, sem pena, cortar os laços com a existência alheia que vivera nos últimos meses. Era outra, e não ela – sabia-o agora – quem aceitara as dádivas e o amor de Charles. Essa outra habitara-a, desapossando-a do passado, condenando-a [...]. (SABINO, 2000, p. 132).

Ela tenta voltar ao passado e recuperar uma imagem de si mesma já perdida, mas não consegue. Já não é a mesma: “Durante horas manteve-se em frente do espelho do toucador, tentando reconstruir uma personalidade que, como um tecido frágil, se rompera. Quis colar cacos quebrados, refazer percursos e acontecimentos, organizar os dados de uma biografia.” (SABINO, 2000, p. 132).

Luísa Cândida Midosi também não escapou às investidas do diabo. O narrador ressalta as forças sedutoras de Charles Gordon: “Gordon veio buscá-las a casa no *char à bancs* fechado que acabara de adquirir, uma viatura magnífica com bancos forrados de veludo e seda e o monograma do proprietário na porta envidraçada” (SABINO, 2000, p. 123).

Charles Gordon representa, assim, o demo na vida do casal português e Luísa firma o pacto maldito se ligando clandestinamente a ele. João Baptista e Luísa não sabem ainda o alto custo que esse tipo de transação teria.

O narrador renova, no século XX, a discussão em torno dessa figura emblemática do mal, que persegue o protagonista e sua esposa em todo o romance. Ele diz que o diabo está nas relações, nos objetos e nos homens: “Na maior parte das circunstâncias modernas, o Diabo banalizou-se, civilizou-se, adoptou os hábitos e os comportamentos dos cidadãos.” (SABINO, 2000, p. 182). Assim, cada lugar teria uma versão específica do maligno, como se o diabo assumisse a forma da época e do espaço que se figuram.

Cada cidade teria um tipo próprio de diabo, em forma humana. Em seguida, o narrador afirma que – “e, tanto quando sei, João Baptista era da mesma opinião – que o Diabo de Lisboa e o Diabo de Bruxelas são bem mais inquietantes”. Para ele o Diabo de Lisboa “é aventureiro, correu Mundo, descobriu terras e gentes, teve nas mãos o poder e a glória”; já o de Bruxelas “tem também o seu quê de detective, como o londrino, e muito de mesquinho, como o de Lisboa. Dado que não é cartesiano, não busca a solução de um problema: cria esse problema – procura, faz, inventa a verdade [...]” (SABINO, 2000, p. 182-183).

Em tal grau, as personagens se veem presas pelo tempo, ou pelo diabo, que ronda as ruas de Bruxelas em busca de uma vítima, e que aparece quando menos se espera. Entende-se que o diabo continuará fazendo parte da vida das pessoas no final do século XX; desse modo, há uma aproximação entre os dois séculos, XIX e XX, indicando ausência de fronteiras temporais.

Além de indicar também o encontro do narrador com a sua personagem no mesmo espaço, o romance se move em ciclos, apresentando um retorno da História. A história se repete na fusão do presente com o passado. Por isso, o narrador, em vários momentos, une a sua história com a história de João Baptista; ao longo do romance, o narrador vai criando identificações entre as duas:

No dia 6 de Março de 1953, o professor da quarta classe da escola primária do antigo Colégio dos Jesuítas, em Elvas, dirigiu aos alunos uma catilinária cujo tema era a morte, na noite anterior, de um dos grandes criminosos da História. [...] Fui o único que, levantando o dedo, pronunciei o nome do monstro em questão: “Estaline”. (SABINO, 2000, p. 21).

Essa lembrança acerca da figura de Estaline e do movimento comunista que atravessou a sua infância é utilizada pelo narrador como forma de semelhança de sua história com a da sua personagem, João Baptista. Mais adiante, o narrador indica que o interesse de seu protagonista pela figura de Napoleão se deu da mesma forma:

Imagino que o comércio de Garrett com Napoleão passou por idênticos percursos. Nado e criado no Portugal fradesco e santão de D. Maria I, país em diminutivo sob domínio militar inglês, o jovem João Baptista entusiasmou-se com as investidas francesas contra os privilégios aristocráticos e régios. (SABINO, 2000, p. 22).

Essa característica da narrativa é tão marcada, que o narrador acaba por encontrar-se com o próprio Garrett personagem, em um único tempo, andando pelas ruas da cidade:

Durante dois anos, Garrett estabeleceu uma relação íntima com o Parc. Imagino-o a calcorrear as alamedas, andando e sonhando, às vezes esboçando mentalmente uma estrofe ou a arquitectura de uma novela. É ele, estou certo, quem agora se cruza comigo: um homem de olhar ausente, enrolado numa capa azul-escura e acompanhado por um teckel. (SABINO, 2000, p. 177).

Por meio da aproximação da experiência de ambos, o narrador vai explicitando, ao longo do romance, as suas vivências mais íntimas e ligando-as com a de João Baptista. Mostra aos leitores que, apesar de viverem em séculos diferentes, buscam igualmente um país livre de repressão.

João Baptista nasceu em um Portugal repressor, que instituíra a censura para manter vivo o poder de uma monarquia absolutista. Garrett depois, após a implantação do regime liberal, adquire uma moderação política, diz o narrador: “A moderação política do Garrett da maturidade levá-lo-á a teorizar a conciliação da legitimidade dinástica com a liberdade na “monarquia nova constitucional”, personificada no imperador D. Pedro”. (SABINO, 2000, p. 22).

Apesar de as forças miguelistas terem bastante representação na sociedade, o liberalismo terminou por se propagar e se impor. Anteriormente a 1834, isto se deu fundamentalmente na clandestinidade: pela imprensa, pelas associações secretas e pelo teatro. Nesse ambiente, o jovem Garrett era atraído pelas forças revolucionárias e, com isso, pela figura de Napoleão, que representava uma nova sociedade, liberta das amarras do conservadorismo, que crescia em um país fradesco adormecido há séculos.

Já o narrador, que, em 1953, era aluno “da quarta classe da escola primária do antigo Colégio dos Jesuítas”, pode-se notar que, como Garrett, também nasceu em um país sombrio, beato e salazarista. A censura, que no Portugal da infância de João Baptista visava combater os inimigos do Estado monárquico, visava agora perseguir os comunistas, que lutavam contra o poder instituído.

Nascidos em épocas diferentes, mas dominadas pelo totalitarismo, o protagonista do romance e o narrador d’ *A Lua de Bruxelas* aderem juntos às causas revolucionárias e, depois,

assumem suas decepções. O caráter de João Baptista e o do narrador são representativos do bem-estar que as causas liberais incitaram, vivenciando, naquele tempo, sentimentos contraditórios entre a propriedade do seu espírito e a natureza de sua época. Dotado de um espírito romântico, o protagonista vê no amor e na beleza as soluções para contornar o vazio que por vezes lhe atravessa a existência. Sabino insere na sua narrativa dados biográficos comuns:

No plano da mesa e no lugar que ocupo num jantar de embaixada, o meu nome figura antecedido da preposição *de*. Eis a partícula, como os belgas tanto apreciam, o *de* ou o *van* minúsculos, índices seguros de linhagem nobre! Bruxelas presta-se à nobilitação expedita, e as várias comunidades nacionais domiciliadas na capital administrativa da Europa praticam-na, regularmente e de acordo com as respectivas tradições. (SABINO, 2000, p. 69, grifo do autor).

Mais adiante, o narrador, depois de mostrar ao leitor que é um homem bem relacionado politicamente e que ocupa um lugar importante, vai aproveitar o mesmo dado biográfico, ou seja, a busca pela linhagem nobre, a fim de fazer uma conexão entre as vidas:

De acordo com lídimas tradições nacionais, João Baptista desenterrara aos vinte anos os títulos que validavam a junção aos prosaicos nomes da família recebidos na pia batismal – *da Silva Leitão* – de dois apelidos de consonância patricia: *de Almeida Garrett*. Em Portugal, as famílias em ascensão reivindicam-se com frequência de remotas origens estrangeiras que, adicionadas às preposições vernáculas, enevoam as linhagens no espaço e no tempo. (SABINO, 2000, p. 69, grifo do autor).

Portanto, o narrador, que se situa no século XX, relembra fatos importantes da sua vida e menciona aspectos da sua biografia, fazendo um paralelo com as ações que remetem à história da sua personagem principal; dessa forma, a história da vida do narrador vai sendo encaixada com a narrativa. A este respeito, Luís Bueno indica que:

Em *A Lua de Bruxelas*, o narrador erudito, que manipula com mestria vasta bibliografia sobre seu personagem, age da mesma forma: usando do dado pessoal como trampolim para a narrativa ficcional. Esse narrador se apresenta, então, como um português que trabalha em Bruxelas, perfeitamente familiarizado com as peculiaridades do serviço diplomático. (BUENO, 2003, p. 572).

Certo é que o narrador informa ao leitor que a história da sua personagem está sendo reconstruída mediante as suas impressões pessoais. Desse jeito, tudo está conectado: os fatos aparecem através dos acontecimentos da vida do narrador, palavras são escritas com base em sua experiência de leitura e personagens são criadas a partir de suas vivências. O narrador deixa claro quando começou a imaginar a história do poeta, partindo de um hábito de vida seu: “Imaginei a digressão do poeta há uns quatro anos, enquanto eu próprio percorria Bruges,

à maneira peripatética, na companhia dos participantes num congresso sobre as relações luso-flamengas na época das Descobertas.” (SABINO, 2000, p. 102).

Assim, embora baseada na realidade histórico-biográfica de Almeida Garrett, o romance assenta-se também nas impressões da memória do narrador. O narrador conta, então, duas histórias ao mesmo tempo: a sua e a de João Baptista, permitindo um diálogo entre séculos, vidas e memórias. Vejamos:

Aqui, na minha régia qualidade de autor desta história de proveito e exemplo, peço vénia para introduzir um personagem construído a partir de um argentino de nome Lugones que conheci num congresso de juristas. O homem fascinou-me, não apenas pelo apelido de ressonâncias borgesianas, mas também pelo aprumo: alto, magro, nariz adunco, bigode negligentemente caído sobre os beiços, sorriso céptico e fatigado, ajustava-se como um figurino à condição de personagem de novela. (SABINO, 2000, p. 168).

O romance tem como chave principal a história de João Baptista e sua esposa, convivendo com relações políticas e sentimentais perversas, na capital belga. Entretanto, o romance apropria-se também de um tema que vai além dos limites da narrativa: uma reflexão sobre o ser humano na sua infinita busca pela satisfação, seja no campo pessoal, seja no campo dos assuntos da esfera política. A superação vem acompanhada de desgosto e de desilusão. O homem não cessa de deparar-se com a insatisfação, a dúvida, o medo, a sensação de impotência diante de um mundo imperfeito.

O leitor encontra a ligação da história do narrador-autor, que também é personagem, com a de João Baptista, bem como com a do próprio Amadeu Lopes Sabino. As reflexões existentes no romance funcionam como união entre o século XIX e XX, passado e presente, aproximando trajetórias diversas, unidas pelas ruas, pela lua de Bruxelas.

Os aspectos que distinguiriam o romance da biografia são necessários para a arquitetura do livro de Sabino. Através deles consegue-se saber em que posição está a lacuna, ou seja, a carência de informação. O romance preenche esses vazios com a imaginação, reinterpretando dados biográficos já sabidos e dados históricos do país e do mundo.

Uma representação dos dados histórico-biográficos de Almeida Garrett, a forma como o narrador-autor se apropria desses dados, para construir a narrativa, e a estrutura mista de história e ficção são aspectos centrais de *A Lua de Bruxelas*. A presença de um narrador não totalmente onisciente dá aos leitores a certeza de que o direito à dúvida está mantido, bem como a possibilidade de se escrever sempre uma nova versão.

## 4 CONCLUSÃO

Na trajetória literária e de vida de Almeida Garrett, há diversos períodos que merecem atenção especial. Os anos em que esteve em Bruxelas, de 1834 a 1836, como Encarregado de Negócios Estrangeiros e Cônsul de Portugal foram, assim como os exílios, muito conturbados. Apesar de não ter publicado qualquer obra literária e de a sua carreira diplomática não ter decorrido, nesse momento, de forma satisfatória, suas cartas e os ofícios que expediu podem lançar luz sobre as relações que manteve com os representantes do governo (liberal) de Portugal. Além disso, foi nesse tempo que se decidiu a separação entre Garrett e Luísa Midosi.

Gomes de Amorim transcreve algumas cartas políticas de Garrett, desses anos, que testemunham a vida de um homem muito acuado pela política *devorista*, sem ordenados, desprestigiado, afastado de Lisboa pelos amigos de D. Pedro.

Neste período, imediatamente posterior à vitória liberal, Portugal apresentava uma política mal consolidada, com enormes dívidas provenientes da guerra civil. Os conflitos decorriam majoritariamente da divisão em facções dentro do próprio liberalismo. Na Câmara se formavam grupos e as sucessivas agitações internas continuavam. Garrett, como outros letrados, sofreu também com o devorismo. Condiicionado aos infortúnios, foi totalmente esquecido na Bélgica. Sem dinheiro e sem informação, era obrigado a implorar por seus direitos, humilhando-se. Amorim ressalta em sua biografia essa condição: o tremendo descaso que o governo português manteve com um homem tão empenhado com a causa revolucionária de seu país, com a liberdade e com a Constituição; diz que foi “caluniado” e “perseguido”, por pessoas que anteriormente dava como seus amigos.

Pela grande intimidade que teve com Garrett em seus últimos anos de vida (1846-1854), Amorim apresenta-se, em *Garrett – Memórias Biográficas*, como um escritor em plenas condições de compor a biografia do seu mestre. Amorim o retrata como: um homem generoso, que aceita um jovem sem instrução em sua casa, a fim de doutriná-lo e torná-lo um cidadão útil à sociedade. Amorim conseguiu a educação intelectual que queria, tendo um rol de obras em seu nome; é lembrado hoje para além da biografia, mas também pela sua contribuição ao jornalismo, à dramaturgia, ao romance e ao conto.

Para o poeta-operário, que trabalhava longe do seu país como mão de obra barata e que não tinha grandes estudos, receber auxílio de um homem com grande influência como Almeida Garrett representava a sua liberdade e seu retorno à terra natal. Garrett o acolheu com a devida generosidade e, por isso, Amorim o glorifica, assumindo-o como seu pai

literário e padrinho. Ao escrever *Garrett – Memórias Biográficas*, Gomes de Amorim certamente se preocupa com a imagem que seu mestre sustentará perante a sociedade.

A biografia é, indubitavelmente, dotada de enorme riqueza de informações. Amorim descreve, relata, recupera, traça o perfil – principalmente a partir de 1846, data que conhece Garrett – de lugares, acontecimentos, datas e pessoas que rodearam o célebre autor de *Camões*. Comprovando tudo com uma vasta documentação, o biógrafo declara como seu objetivo modificar a visão dos leitores, levando a memória daquele que foi seu professor à posteridade.

*Garrett – Memórias Biográficas*, em seus longos três tomos, é uma obra incontornável para quem estuda a vida e a literatura de Garrett. Gomes de Amorim destaca-nos a inteligência e o cidadão vinculado, até a morte, ao compromisso com a liberdade da pátria; mostra-nos, também, um homem dotado de caráter nobre.

Amorim luta contra vários perfis já existentes, ajudando a esclarecer muitos aspectos da vida de Garrett como: o título de Visconde, quando “fizera o sacrifício pela filha”, diz Amorim. E complementa: “Sendo sabido o seu gosto por condecorações e títulos, quase ninguém queria acreditá-lo. Acreditei-o eu, comtudo; e acreditá-lo-hão facilmente todos os paes que não forem egoistas e ricos.” (AMORIM, 1884, t. III, p. 301). Amorim também esclarece aos leitores fatos duvidosos até então (a data de nascimento de Garrett e a sua origem nada fidalga).

Apesar de defendê-lo, Amorim não deixa de elucidar as fraquezas: ressalta um Garrett vaidoso, afeito às glórias e inconstante nos amores. Com grande qualidade narrativa, utiliza-se de certa prudência para tornar públicos alguns pontos importantes da vida do poeta. Amorim vai pintando um retrato, num ângulo mais ou menos aberto, retocando quando necessário e apresentando o homem que, como todos os outros, tem suas vacilações, fraquezas e angústias. Ainda assim, o resultado final não deixa de guardar certo verniz, fruto da devoção de quem conheceu de perto um grande vulto das letras portuguesas.

Gomes de Amorim dá ao seu relato leves toques romanescos. Não esquecendo que queria se consagrar como escritor, ele ajusta seu discurso com o objetivo de torná-lo mais condizente com as circunstâncias do tempo em que ele próprio viveu e escreveu. Não nega que não consegue separar suas impressões com as de Garrett e, por isso, coloca-as na biografia, pelo forte vínculo de amizade que tiveram.

Nos casos em que, depois de uma pesquisa rigorosa, faltou algum dado ou alguma parte que não foi devidamente explicitada, Amorim não lança mão da imaginação. As omissões são deixadas de propósito: Amorim não toca em alguns assuntos delicados da vida

do poeta. Determinados acontecimentos são deixados sem esclarecimento, principalmente com relação à sua esposa.

Amorim, em vários momentos, dá polimento ao que está sendo escrito, priorizando a perfeição de estilo. Isso se deve aos condicionantes da sua época, que certamente o tolhiam. Ele não é extremamente exato em diversas ocasiões, o que não lhe tira os méritos inegáveis.

Com relação à Luísa Midosi, Amorim se ocupa da documentação de casamento e separação, mas em nenhuma ocasião diz ao certo o que aconteceu no momento em que o casal decide já não mais levar vida em comum. A perspectiva de Amorim é mesmo contrária ao feminismo. Afirma também que uma não servia para o outro, pois havia “incompatibilidade de gênios” (AMORIM, 1881, t. I, p. 272). É uma saída honrosa. Mas é bem provável que Amorim soubesse muito mais. Preferiu calar-se, talvez por decoro.

O casamento de Garrett e Luísa chegou ao fim: é nesse fato que, ao contrário de Amorim, Amadeu Lopes Sabino se detém.

A *Lua de Bruxelas* mostra o romance de Luísa Midosi com um rico inglês. O narrador do romance se ocupa justamente desse enigma para recriar, ficcionalmente, a temporada de Garrett como Encarregado de Negócios Estrangeiros e Cônsul Geral de Portugal na Bélgica.

Misturando ficção com história, *A Lua* subverte a visão de Amorim a respeito de Luísa, apresentada por Sabino como uma mulher jovem e bela, deslumbrada com a elegância e com o bem-estar social. O narrador registra uma Luísa sem muitas alternativas: necessitava de um carinho e de um afeto, o que não encontrava há tempos no casamento. Na ótica do narrador de *A Lua de Bruxelas*, ela deixa de ser a “culpada” da separação.

Para a reconstituição desses dois anos belgas, o narrador utiliza muitos documentos, por vezes os mesmos transcritos por Amorim. A biografia é tomada como base; contudo, onde Amorim é escasso de esclarecimentos, Sabino coloca o poder da imaginação de seu narrador. Ao final, tem-se, ainda, uma incógnita, pois Sabino não coloca o desfecho das histórias paralelas: a de Charles Gordon e Luísa Midosi e a de Garrett e Júlia Medeiros.

A exposição complexa de Sabino está nessa metodologia: uma amostra da conjuntura nacional, um ensaio de comentários pessoais do narrador e um relato baseado na História, tudo isso frisando a liberdade de criação. O narrador dá-nos uma nova versão para “a história de Garrett” na Bélgica.

“O grande íntimo de João Baptista em Bruxelas foi o Diabo” diz o narrador d’ *A Lua de Bruxelas*. É ele quem ronda o protagonista, quem lhe causa a desilusão com a pátria e com o casamento, quem lhe traz mau agouro. É ele quem traz a obscuridade, que faz fracassar a

ideologia, que faz o homem buscar eternamente a satisfação. É inerente ao ser humano a sensação de impotência com relação ao mundo imperfeito e o diabo traz isso à tona.

Em suma, pode-se constatar que, pela ótica do narrador de Sabino, há muitos pontos em *Garrett – Memórias Biográficas*, que guardam contradições e geram um vazio de significação. Na busca de novos fatos, de uma outra versão, é que se pauta o romance *A Lua de Bruxelas*.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Francisco Gomes de. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858.
- \_\_\_\_\_. *Garrett – Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1884.
- \_\_\_\_\_. *Ódio de Raça*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.
- \_\_\_\_\_. *Os selvagens*. 2. ed. rev. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2004.(Coleção Resgate; II).
- \_\_\_\_\_. *Teatro. Ódio de Raça; O Cedro Vermelho*. Edição de Maria Aparecida Ribeiro e Fernando Matos Oliveira. Braga: Editora Angelus Novus, 2000.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Globo, 1997.
- BOTTON, Fernanda Verdasca. A Genealogia do Melodrama sob a Ótica de Gomes de Amorim. In: ENCONTRO PAULISTA DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA, 1., 2005, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 146-154.
- BUENO, Luís. *Garrett cá e lá: uma leitura de A Lua de Bruxelas*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA, 19., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 2003, p. 570-573.
- DAVID, Sérgio Nazar. *O século de Silvestre da Silva. Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Prefácio, 2007. v.1.
- \_\_\_\_\_. O último Garrett: inquietudes na esfera pública, dramas íntimos na vida e na literatura (1843-1854). *Revista Matraca, Rio de Janeiro*, v. 16, n. 25, 2009.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *De Garrett a Mouzinho: um necrológio pungente*. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira et al. (Orgs.) In: *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- FILIZOLA, Anamaria. Almeida Garrett: ficção e biografia. In: FILIZOLA, A., CARDOSO, P. S., OLIVEIRA, P. M., JUNQUEIRA, R. S. (Orgs). *Verdade, amor, razão, merecimento*. Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 2005. p. 165-183.
- GARRETT, Almeida. Autobiografia – O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett. *Universo Pittoresco – Jornal de Instrução e Recreio*, Lisboa, nº 19-21, t. III, 1844.
- \_\_\_\_\_. *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*. Introdução, fixação do texto e notas de Sérgio Nazar David. 2.ed ver. Famalicão: Quasi Edições, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Carta de Múcio Cévola: ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em português se publicar*. Londres: Edição Princeps, 1830.

GARRETT, Almeida. Cartas Íntimas. In: \_\_\_\_\_. *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1.

\_\_\_\_\_. Cartas Íntimas. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas de Almeida Garrett*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Frei Luís de Sousa; Viagens na Minha Terra*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

\_\_\_\_\_. Memórias Biográficas. In: \_\_\_\_\_. *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1. p. 986-1000.

\_\_\_\_\_. Memória histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira. Lisboa, 1849. In: Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.) et al. *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. In: *O Português Constitucional*, nº 1, 2 de jul. 1836.

\_\_\_\_\_. Parecer da Comissão sobre a Unidade Literária: relatório. p. 188-9. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, t. 5, nº 16, 10 de set. 1846.

\_\_\_\_\_. Proclamações Acadêmicas. *Jornal O Patriota*, Coimbra, n.67, p.3-4, 15 dez. 1820.

\_\_\_\_\_. *Romanceiro*. Lisboa: Bertrand, 1863. v. I, p. 18-19.

HEUER, Glaucianne Silva dos Santos. *Um encontro de gerações portuguesas: Almeida Garrett e Amadeu Lopes Sabino sob A Lua de Bruxelas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Garrett, a Vida Ardente de um Romântico*. Venda Nova: Bertrand, 1996.

MALPIQUE, Manuel da Cruz. Francisco Gomes de Amorim, (13-VIII-1827 - 4-XI-1891): notas para um estudo. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, , v. VI, n. 1, p. 17-47, 1967.

\_\_\_\_\_. Francisco Gomes de Amorim, (13-VIII-1827 - 4-XI-1891): notas para um estudo. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, v. IV, n. 2, p. 245-260, 1965.

MENDONÇA, António Pedro Lopes de. *Memórias de Litteratura Contemporânea*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1855.

MÓNICA, Maria Filomena, et al. *Uma polémica sobre os caminhos de ferro*: Alexandre Herculano e A. P. Lopes de Mendonça. In:\_\_\_\_\_. *Para a História do Caminho de Ferro em Portugal*. Lisboa: Edição CP, 1999. v. 2. (Estudos Históricos; 1)

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. Garrett como personagem: da biografia à ficção. In: SÁ, Maria das Graças Moreira de; ANASTÁCIO, Vanda. (Coord.)*História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa*.. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

\_\_\_\_\_. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971. v. 2.

OLIVEIRA, José Osório de. *O Romance de Garrett*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1952.

PEIXOTO, Jorge. Novos elementos bibliográficos da obra de Francisco Gomes de Amorim. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultura*, Póvoa de Varzim, v. XI, n. 2, p. 326-359, 1972.

PÉREZ-SANJULIÁN, Carme Fernández. Francisco Gomes de Amorim (1827-1891). *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, 2007. Artigo do 3º Colóquio do PPRLB – Entre Iluminados e Românticos

RIBEIRO, Aquilino. Garrett Glorificado. In: *De Meca a Freixo de Espada à Cinta, Ensaio Ocasional*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1960, p. 195-264.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. In: REIS, Jaime; MÓNICA, Maria Filomena; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.). *O Século XIX em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1981. p. 437-457.

SABINO, Amadeu Lopes. *A Cidade do Homem*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Homenagem a Vénus*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Lua de Bruxelas*. Porto: Campo das Letras, 2000.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, Lisboa, v.. XV, p. 69-115, 1975.

\_\_\_\_\_. A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX. *Análise Social*, Lisboa, 1992, v. XXVII, p. 539-546, 1992.

SILVA, António Martins da. A vitória definitiva do liberalismo. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.v.V, p. 89-105.

TORRE, M. Gomes da. Evocação de Francisco Gomes de Amorim no primeiro centenário da sua morte. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, v. XXX, nº 1/2, p. 441-453, 1993.

VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993.